



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**



**LEONARD JÉFERSON GRALA BARBOSA**

**COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO  
FUNDIÁRIA DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA  
AMAZÔNIA – PA**

**Belém-PA  
2019**

**LEONARD JÉFERSON GRALA BARBOSA**

**COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO  
FUNDIÁRIA DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA  
AMAZÔNIA – PA**

Trabalho apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mirleide Char Bahia

Belém-PA  
2019

---

Barbosa, Leonard Jéferson Grala, 1982-

Comunidades ribeirinhas no processo de consolidação fundiária do refúgio de vida silvestre Metrópole da Amazônia – Pa. / Leonard Jéferson Grala Barbosa; Orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mirleide Char Bahia. — 2019.

181 f. : il. ; color. : 30 cm.

Inclui bibliografias.

Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2019.

1. Comunidades agrícolas. 2. Área de conservação. 3. Direito agrário. I. Bahia, Mirleide Char, *orient.* II. Título.

CDD - 23. ed. 307.72098115

---

**LEONARD JÉFERSON GRALA BARBOSA**

**COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO  
FUNDIÁRIA DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA  
AMAZÔNIA – PA**

Trabalho apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mirleide Char Bahia

**Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.**

**Banca examinadora:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mirleide Char Bahia

Orientadora: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) – NAEA – UFPA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcela Vecchione Gonçalves

Examinadora interna: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) – NAEA – UFPA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Solange Maria Gayoso da Costa

Examinadora externa: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) – ICSA – UFPA

BELÉM-PA  
2019

## AGRADECIMENTOS

Agradecer adequadamente a todas as pessoas que participaram desta caminhada é uma tarefa difícil. Nomear um por um traria ou uma lista infindável ou o fatídico esquecimento de nomes que por vezes nos acomete neste tipo de situação. Devo agradecer ao IA com toda sua equipe, que me possibilitou conhecer essa unidade de conservação, ao pessoal do IDEFLOR-Bio sempre prestativos, ao CNPQ pela bolsa durante uma parte do curso. À todas as pessoas que trabalham para deixar o PPGDSTU e NAEA funcionando tão bem, bem como aos colegas de curso que se tornaram amigos e amigas nesta jornada. Quero fazer um agradecimento nominal à minha orientadora Mirleide que possibilitou uma experiência acadêmica suave o tanto quanto possível. No mais, quem me acompanha está no meu coração, portanto genericamente escolho agradecer à minha família do sul que segura sua saudade comendo vergamota no sol do inverno, à minha família do norte onde conheci novos costumes, em especial a Carol Alves em nossas andanças. Aos que considero família espalhados aos quatro cantos do Brasil, como o povo de PVH e SP. Agradecer ainda à outra família que me apoiou nos momentos de solidão que é a família da bicicleta dos Coletivos ParáCiclo e Bike Anjo, pois muitos choros e risos acompanharam nossas pedaladas na construção de uma cidade mais humana. É essencial agradecer às comunidades que me receberam sempre muito bem e com a irreverência que lhes é característica fica aqui o meu muito obrigado a todas as famílias de Santo Amaro e de Ponta Negra que ainda têm uma longa jornada pela frente para manter seu modo de vida da forma como melhor lhes convém.

## RESUMO

A Amazônia paraense é citada em diferentes momentos da história global, entre os quais se destacam aqueles ligados aos processos econômicos que conectaram o Brasil aos mercados mundiais. Neste contexto, o período da extração da borracha é responsável por profundas alterações no estado do Pará, especialmente na Região Metropolitana de Belém (RMB). Para atender ao avanço deste mercado, grandes empresas passaram a explorar as árvores de seringa a partir do plantio ordenado. A exemplo disto, a empresa Pirelli S/A instalou-se em uma área que abarca quatro municípios da RMB e estabeleceu suas atividades a partir da mão-de-obra local. Por sua vez, estes trabalhadores e suas famílias residiam na área desde tempos remotos. Com a falência da referida empresa e após momentos conflituosos entre esta e as famílias empregadas, a área passa ao poder do governo do estado do Pará que a transforma em Unidade de Conservação (UC) de proteção integral cujo Plano de Gestão (mais conhecido como Plano de Manejo) foi elaborado apenas dez anos após sua criação (IDEFLOR-BIO, 2018a). A elaboração deste plano marca uma nova etapa na vida destas famílias ribeirinhas de Ponta Negra e de Santo Amaro. Esta pesquisa traz reflexões sobre a constituição histórica da atual UC de proteção integral a qual está entrelaçada com a presença de famílias de populações ribeirinhas, tendo como objetivo geral analisar como a territorialidade das comunidades ribeirinhas do Refúgio de Vida Silvestre pode influenciar ações de regularização fundiária e/ou reconhecimento do poder público na construção de instrumentos legais. Para tanto, são utilizadas metodologias ligadas à História Oral Temática (BOM MEIHY, 1996), que permitiram entender alguns dos mecanismos que levaram o Órgão Gestor da UC (IDEFLOR-Bio) a permitir a estas comunidades manter suas residências na área, com direito à utilização da floresta para sua subsistência, algo incomum em uma UC de Proteção Integral. Foram utilizadas pesquisas documental e bibliográfica, agregadas a entrevistas realizadas com os diferentes grupos envolvidos no processo de consolidação da presença das famílias no interior da UC. A partir das informações obtidas foi possível perceber que a resistência das comunidades ribeirinhas para manterem suas residências colaborou para um processo de reconhecimento inicial, que, porém, ainda deve ser aprofundado com garantias mais perenes de moradia e manutenção de seu modo de vida tradicional.

**Palavras-chave:** Populações Tradicionais Ribeirinhas; Unidade de Conservação; História Oral.

## ABSTRACT

The Paraense Amazon region is mentioned in different moments of global history, among which the ones related to the economic processes that connect Brazil to the world markets. In this context, the period of rubber extraction is responsible for profound changes in the state of Pará, especially in the Metropolitan Region of Belém (RMB). To meet the advancement of this market, large companies began to explore the syringe trees from the tidy planting. As an example, the company Pirelli S/A settled in an area that covers four municipalities of the RMB and established its activities from the local workforce. In turn, these workers and their families had resided in the area since ancient times. With the bankruptcy of this company and after conflicting moments between this and the families employed, the area passes to the power of the government of the state of Pará that turns it into a Conservation Unit (UC) of integral protection whose Management Plan (better known as Management Plan) was elaborated only ten years after its creation (IDEFLOR-BIO, 2018a). The elaboration of this plan has marked a new stage in the life of these riverine families of Ponta Negra and Santo Amaro. This research brings reflections on the historical constitution of the current integral protection unit, which is intertwined with the presence of families of riverine populations, whose general objective is to analyze how the territoriality of the riverside communities of the Wildlife Refuge can influence land regularization actions and/or recognition of public power in the construction of legal instruments. To that end, methodologies related to Oral Thematic History (BOM MEIHY, 1996) were used, which allowed to understand some of the mechanisms that led the Managing Body of the UC (IDEFLOR-Bio) to allow these communities to maintain their residences in the area, with the right to use of the forest for their livelihoods, something unusual in a UC of Integral Protection. Documentary and bibliographical research were used, combined with interviews with the different groups involved in the process of consolidating the presence of families within the UC. From the information obtained, it was possible to perceive that the resistance of the riverside communities to maintain their residences contributed to an initial recognition process, which, however, still needs to be deepened with more permanent guarantees of housing and maintenance of their traditional way of life.

**Keyword:** Traditional Riverine Populations; Conservation Unit; Oral History

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Engenho Uriboca.....	39
Figura 2: Publicação sobre o avanço do plantio de seringueiras. ....	49
Figura 3: Reprodução da <i>Rivista Pirelli</i> : cultivo das mudas de seringueira. ....	54
Figura 4: Seringueiro no Oriboca. ....	55
Figura 5: Publicação do estado que demonstra o uso da Fazenda Pirelli pelo BPA. ....	62
Figura 6: Divulgação sobre a criação do Conjunto Habitacional. ....	64
Figura 7: Fragmento de jornal que comprova a antiguidade de Ponta Negra. .	75
Figura 8: Croqui de um dos terrenos do Taiassuí. ....	80
Figura 9: Comprovante de propriedade no Taiassuí (1896). ....	117
Figura 10: Comprovante de propriedade no Uriboca (1893). ....	118
Figura 11: Planta Fazenda Oriboca.....	119
Figura 12: Imóvel sobreposto à área da comunidade Ponta Negra. ....	135
Figura 13: Imóvel cadastrado na comunidade Santo Amaro.....	136
Figura 14: Folder evento turístico.....	141
Figura 15: : Importância da região do Caraparú (fronteira dos atuais municípios Benevides e Santa Isabel do Pará). ....	180
Figura 16: Fragmento de jornal, editado em italiano, tratando de assuntos locais de interesse comercial na Itália. ....	181



## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Vista aérea do balneário no igarapé Taiassuí. ....	34
Fotografia 2: Casa de funcionários da Pirelli. ....	38
Fotografia 3: Caminho das Pedras do Abacatal. ....	41
Fotografia 4: Entrada oficial do REVISMA. ....	59
Fotografia 5: Visão da comunidade Ponta Negra. ....	74
Fotografia 6: Maré cheia na comunidade Santo Amaro. ....	79
Fotografia 7: Moradores de Santo Amaro saindo para pescar. ....	81
Fotografia 8: Participação de moradores na escolha do Conselho. ....	101
Fotografia 9: Primeira reunião do Conselho Gestor do Refúgio. ....	102

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Limites do REVISMA. ....	19
Mapa 2: Fragmento da "Carta da zona da Estrada de Ferro de Bragança e da Consolidação do Estado". ....	45
Mapa 3: Igarapés onde localizavam-se os habitantes.....	52
Mapa 4: “Mosaico” de Áreas Protegidas da Região Metropolitana de Belém. .	61
Mapa 5: População residente no REVISMA e entorno imediato. ....	70
Mapa 6: TAUS Cadastrados no REVISMA e entorno oeste.....	127
Mapa 7: Presença de CAR no REVISMA e entorno.....	132
Mapa 8: Zonas de uso das comunidades tradicionais.....	138

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Resumo de variáveis e metodologias empregadas na análise.....	32
Quadro 2: Características e localização de comunidades no REVISMA.....	69
Quadro 3: Idades dos moradores de Santo Amaro e Ponta Negra. ....	72
Quadro 4: Abordagens conceituais de território para Haesbaert e Limonad (2007).....	85
Quadro 5: Proporções de áreas do Zoneamento REVISMA. ....	139

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Evolução da população nas comunidades Ponta Negra e Santo Amaro.....	73
---	----

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia  
APA – Área de Proteção Ambiental  
BPA – Batalhão de Polícia Ambiental  
CDRU – Concessão do Direito Real de Uso  
CEAP - Comissão Executiva de Elaboração e Acompanhamento de Produtos  
CEASA/PA – Centrais de Abastecimento do Pará  
CEB – Centro de Endemismo de Belém  
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira  
CIPOMA – Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente  
COHAB – Companhia de Habitação  
CONQUIBIO-Quilombo - Projeto Gestão Ambiental para a Conservação da Biodiversidade dos Territórios Quilombolas  
DGMUC - Diretoria de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação  
DIAP - Diretoria de Áreas Protegidas  
EFBB - Estrada de Ferro Belém-Bragança  
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMEIF – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental  
EUA – Estados Unidos da América  
FJP – Fundação João Pinheiro  
GRB – Gerência Regional de Belém  
HO – História Oral  
IA – Instituto Avaliação  
IDEFLOR-Bio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ITERPA – Instituto de Terras do Pará  
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi  
MPF – Ministério Público Federal  
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
OIT – Organização Internacional do Trabalho

PA – Pará (Estado)  
PAE - Projeto Agroextrativista  
PEUt – Parque Estadual do Utinga  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
RESEX - Reserva Extrativista  
REVIS – Refúgio de Vida Silvestre  
REVISMA – Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia  
RM – Região Metropolitana  
RMB – Região Metropolitana de Belém  
RVS – Refúgio de Vida Silvestre  
S.A – Sociedade An nima  
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente (antes da altera o)  
SEMAS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conserva o  
SPVEA - Superint ndia do Plano de Valoriza o Econômica da Amazônia  
SPU – Secretaria do Patrimônio da União  
SUDAM – Superint ndia de Desenvolvimento da Amazônia  
TAUS – Termo de Autoriza o de Uso Sustentável  
TBC – Turismo de Base Comunitária  
TEQ – Território Quilombola  
UC – Unidade de Conserva o  
UFPA – Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	15
1.1	Procedimentos Metodológicos .....	24
2	HISTÓRIA DA REGIÃO: DOS ENGENHOS À CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO .....	36
2.1	Vestígios indígenas e quilombolas esmaecidos pelo tempo .....	36
2.2	Ocupação Regional a partir da Ferrovia Belém-Bragança (EFBB) .....	43
2.3	Consolidação da RMB/Rodovia Belém – Brasília (BR-010) .....	47
3	CARACTERIZAÇÃO DA UC REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA .....	58
3.1	O Processo de Criação da Unidade de Conservação .....	62
3.2	Contexto de ocupação atual.....	67
3.2.1	Comunidade Ponta Negra.....	74
3.2.2	Comunidade Santo Amaro .....	78
4	TERRITÓRIO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS.....	83
4.1	Território e Territorialidade .....	83
4.2	Populações Tradicionais .....	91
5	PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES .....	97
5.1	Mobilização das comunidades ribeirinhas de Ponta Negra e Santo Amaro .....	98
5.2	Participação das comunidades no Conselho Gestor.....	100
5.3	Participação Comunitária na Elaboração do Plano de Gestão da UC 107	
5.4	Diferenças entre SEMA e o IDEFLOR-Bio na gestão da UC .....	109
6	TERRAS PÚBLICAS: VÁRZEA E POSSE TRADICIONAL.....	112
6.1	Sesmarias e áreas de várzea.....	114
6.2	Ocupação e uso das áreas de várzea: Ribeirinhos e Pirelli S/A .....	117

6.3	Secretaria do Patrimônio da União e a área de várzea do REVISMA e seu entorno.....	125
6.4	Cadastro Ambiental Rural (CAR) e moradores do Refúgio de Vida Silvestre .....	129
6.5	Refúgio de Vida Silvestre e moradores tradicionais.....	137
6.5.1	Limitações Futuras aos moradores tradicionais do REVISMA .....	140
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	143
	REFERÊNCIAS.....	150
	APÊNDICES.....	164
	ANEXOS .....	179

## 1 INTRODUÇÃO

A Unidade de Conservação (UC)<sup>1</sup> Refúgio<sup>2</sup> de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia (REVISMA), localizada às margens do Rio Guamá, possui mais de seis mil hectares distribuídos entre quatro municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB)<sup>3</sup>. Por muitos anos, essa Unidade foi desconhecida para o autor desta disserta o, assim como para muitas pessoas que moram nas localidades adjacentes   mesma. Tampouco era conhecida a existência de um Território Quilombola (TEQ)<sup>4</sup> na mesma região, dentro do município de Ananindeua-PA.

Dentre as cerca de setenta pessoas que residem oficialmente dentro da UC,   possível encontrar popula es tradicionais<sup>5</sup> ribeirinhas em duas comunidades, Ponta Negra e Santo Amaro (IDEFLOR-BIO, 2018a). Há ainda, moradores que estiveram presentes em momentos diferentes durante a constitui o da atual UC. Dentre esses personagens, citam-se seringueiros, ex-funcionários da empresa Pirelli S/A<sup>6</sup> (antiga proprietária da área que constituía sua fazenda), e ainda, policiais<sup>7</sup> e suas famílias, que ocuparam a área após a falência da empresa (IDEFLOR-BIO, 2018a).

Em 2017, o presente autor tomou conhecimento desses lugares quando passou a integrar a equipe de elabora o do Plano de Gestão da UC<sup>8</sup>. Nessa ocasião,

---

<sup>1</sup> Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conserva o (SNUC) em seu Art. 2 , Unidade de Conserva o   um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conserva o e limites definidos, sob regime especial de administra o, ao qual se aplicam garantias adequadas de prote o” (BRASIL, 2011, p. 05).

<sup>2</sup> Categoria de UC de Prote o Integral, definida pelo SNUC em seu Art. 13 : “O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condi es para a existência ou reprodu o de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória” (BRASIL, 2011, p. 11).

<sup>3</sup> Os quatro municípios abrangidos são Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Isabel do Pará. Os demais municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém, são Castanhal e Santa Bárbara.

<sup>4</sup> Território Quilombola do Abacatal, vizinho   UC.

<sup>5</sup> As discussões sobre o conceito de Popula es Tradicionais serão tratadas na se o 4, por ora pontuamos o entendimento de que essas popula es estabelecem rela es de interdependência com o meio em que habitam, no caso dos ribeirinhos, a várzea.

<sup>6</sup> Na década de 1950, a empresa de componentes de borracha Pirelli S/A instalou-se nesta propriedade, a fim de produzir o látex, extraído de seringueiras plantadas de modo ordenado.

<sup>7</sup> Quando a área passa ao poder público (na década de 1990), passa a ser utilizada pela Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente (CIPOMA) para atividades de treinamento, o que leva, algumas famílias de policiais a residir na área, antes habitada por funcionários da Pirelli S/A.

<sup>8</sup> Denomina o adotada pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-Bio),  rg o Gestor da UC, para se referir ao Plano de Manejo. A diferencia o, segundo informado, teria a finalidade de melhorar o entendimento da popula o local que associa a palavra “manejo”   prática de desbaste (corte seletivo de folhas e brotos novos) do a aizal (informa o cedida via comunica o pessoal pelo IDEFLOR-Bio em 2017 durante uma reunião do Conselho Gestor da UC).



foi possível obter ciência da existência de assuntos que são relevantes para o debate atual de áreas protegidas. Um deles diz respeito à interação entre pessoas e floresta, mais precisamente o uso da floresta como meio de subsistência para populações que a comunidade científica costuma categorizar como populações tradicionais, tema que será abordado no decorrer do estudo.

Para aprofundar esse assunto, houve a necessidade de estudá-lo, levando em consideração o enfoque na interação entre ser humano e natureza (MORAN; OSTROM, 2009), que é permeado por teorias e conceitos, que ora respondem a cada um destes contextos, ora atravessam ambos, rompendo algumas barreiras construídas por uma ciência tradicional que tende, em diferentes situações e variadas gradações, a compartimentar o conhecimento.

Como ponto de partida para compreender melhor a trajetória de formação das Unidades de Conservação (UC), toma-se como referência o trabalho de Diegues (2000), o qual afirma que a criação inicial de uma UC remete a um período histórico, em que sua fundamentação teórica começa a ser consolidada, entre o final do século XIX e o início do século XX. Nesse período, foram estabelecidos os primeiros exemplos de UC e, conseqüentemente, a orientação técnica de como e o porquê de sua criação. Ainda segundo Diegues (2000), os exemplos que viriam a se tornar modelo, anos mais tarde, não pressupunham a interação humana que não fosse aquela contemplativa, relação trazida por uma lógica de “ilhas de florestas naturais”, nas quais o morador da cidade poderia desfrutar da “natureza intocada”.

Para Diegues (2000), a criação dessas Unidades implicava em um “mito moderno” de uma “natureza intocada”, ou seja, seus idealizadores ignoraram um largo trabalho de manejo do meio ambiente pelas pessoas no passado. Trabalho este que vem sendo demonstrado por diferentes autores, dentre os quais cita-se Posey (1983). Mesmo nos Estados Unidos, em que esta proposta de UC teve início, surgiram críticas a esse modelo de natureza “apartada” das pessoas. Em países do hemisfério sul, sobretudo na América do Sul, onde há um largo histórico de ocupação milenar de áreas de floresta, a criação deste tipo de UC viria gerar inúmeros conflitos.

Os conflitos entre populações residentes (e/ou usuárias) e a gestão de Áreas de Proteção Ambiental<sup>9</sup> fazem parte da história recorrente do Brasil, desde que fora

---

<sup>9</sup> SNUC, Art. 15. “A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente

adotado o modelo de UC norte americano de Proteção Integral<sup>10</sup> (DIEGUES, 2000; LITTLE, 2004; ABIRACHED; BRASIL; SHIRAISHI, 2010). Apesar de praticada por diferentes tipos de populações ao redor do mundo, a conciliação entre ser humano e natureza, dentro das políticas de proteção, é parte de movimentos que perpassam a crítica ao modelo econômico-político vigente como responsável pelo colapso ambiental e, por conseguinte, populacional (ESCOBAR, 2005; DIEGUES, 2000). No caso em análise, atas do processo de criação da UC representam relatos oficiais dos conflitos constantes; relatos dos movimentos sociais contam ter havido uma grande mobilização naquele período, entre aqueles que defendiam a utilização da antiga Fazenda Pirelli como área de preservação e aqueles que almejavam parcelas para serem destinadas à construção de conjuntos habitacionais<sup>11</sup>.

O avanço do movimento ambientalista, representado por seu segmento socioambiental, reconhece atualmente a importância de grupos que usam a natureza de modo tradicional, proporcionando a manutenção e, até mesmo, a ampliação da biodiversidade local (BALÉE, 1989; DIEGUES *et al.*, 2000). Esta congruência no Brasil, atinge um ápice após os primeiros passos do movimento de luta dos seringueiros no Acre, quando são consolidadas, na Constituição Federal de 1988, o que seriam as garantias mínimas de existência, seja do meio ambiente, seja de grupos considerados tradicionais.

Segundo Diegues (2000), em oposição ao “movimento ambientalista puro”, os componentes do “movimento ambientalista social” compreenderam que parte da destruição da natureza pelas pequenas populações residentes no interior da floresta é fomentada por desequilíbrios econômicos e sociais, principalmente com a implementação de projetos que alteram o cotidiano e o ambiente ao seu redor dessas populações. Tais modificações podem ser geradas por obras de infraestrutura, como estradas, portos e hidrelétricas, e/ou pela criação de áreas protegidas, que podem

---

importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2011, p. 11).

<sup>10</sup> Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2011, p. 05), proteção integral é considerada a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”.

<sup>11</sup> No contexto apresentado, a criação da UC recebeu apoio de parcela da população, especialmente do ativista André Nunes (falecido em 2018). O assunto será tratado em mais detalhes na seção 3.

restringir o uso tradicional (heterogêneo) que essas populações fazem do meio em que vivem.

A princípio, retomar esta discussão pode parecer algo desnecessário ou extemporâneo, entretanto, o embate entre estas visões distintas de como se preservar a natureza se faz presente dentro do órgão de gestão, incluindo o Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade (IDEFLOR-Bio), que responde pela gestão do REVIS Metrópole da Amazônia, como será visto no decorrer deste estudo.

Então, têm-se que os instrumentos legais de criação de áreas protegidas e de reconhecimento dos direitos sociais e territoriais dessas populações diferenciadas trouxeram avanços em termos de preservação da diversidade social e ambiental no país. Entretanto, estes mecanismos passam por constantes influxos e um período de continuidade incerta. De acordo com Almeida (2012), uma destas incertezas seria em decorrência de um processo de avanço do controle das fronteiras (expansão agrícola e de soberania nacional), o que acaba por gerar movimentos que buscam a redução de áreas protegidas, bem como a remoção de direitos territoriais concedidos a populações tradicionais residentes nestas localidades.

Este movimento, quando trata das fronteiras nacionais, encontra lastro no antigo ideal desenvolvimentista<sup>12</sup>, atualizado por embates entre um tipo de Estado-nação, portador de máscaras de sustentabilidade e as discussões atuais que questionam a capacidade de governos incorporarem a diversidade de grupos locais em suas políticas. Encontram-se em curso até mesmo discursos mais preocupantes, que negam a relevância da manutenção socioambiental, negando as consequências da destruição das florestas e da biodiversidade, e questionando o direito à existência da manutenção da tradicionalidade de povos originários.

A Unidade de Conservação de Proteção Integral<sup>13</sup> que servirá de *locus* desta pesquisa (Mapa 1) encontra-se em processo de consolidação. No ano de 2018 houve a publicação de seu Plano de Gestão, onde verifica-se que a Unidade poderá manter

---

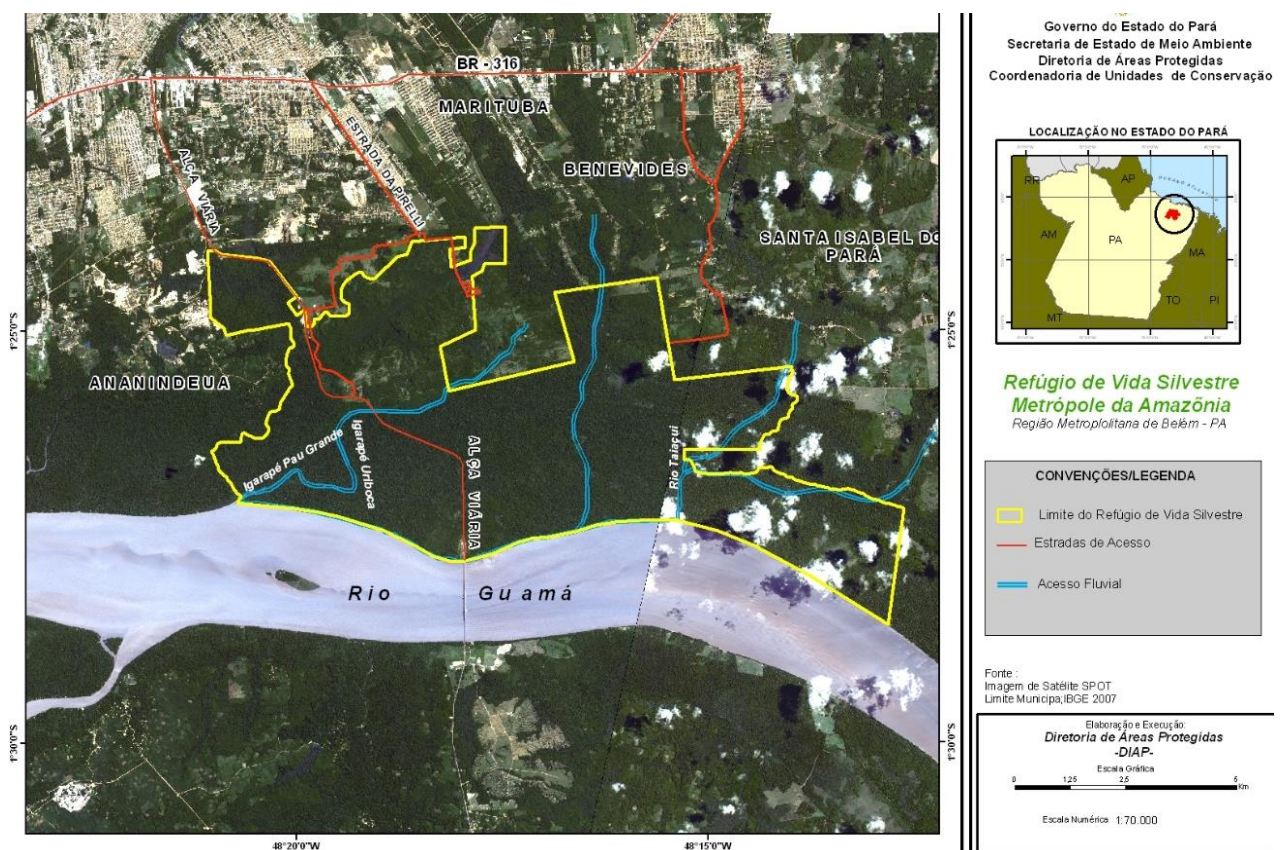
<sup>12</sup> É utilizada a noção verificada em Castro (2012), segundo a qual, o desenvolvimento é visto como um processo modernizante, inaugurado a partir do avanço das sociedades industriais do século XVIII. Quando o Iluminismo (secularização das relações) passou a vigorar, em detrimento de conhecimentos populares/religiosos, elevando a tecnologia e a razão ao ápice para alcançar um desenvolvimento dos dias atuais, que é sinônimo de crescimento econômico capitalista.

<sup>13</sup> Dentre as UC de Proteção integral especificadas pelo SNUC, Art. 39, § 1º, estão “[...] as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre” (BRASIL, 2011, p. 19).

em seu interior, os atuais residentes, garantindo a eles o acesso aos recursos tradicionalmente manejados. Compreender a possibilidade que parece desenhar-se, ao ser garantida aos moradores tradicionais a possibilidade de permanecerem habitando o local e mantendo suas práticas de subsistência é algo relevante, no sentido de consolidar o rompimento do paradigma preservacionista<sup>14</sup>, que pretendeu imaginar a floresta sem os seres humanos. Ações como esta interrompem um mito frequentemente atualizado da “natureza intocada” (DIEGUES, 2000).

Para além de imposições de um refluxo que extrai recursos e direitos, as organizações locais parecem consolidar alternativas a esses modelos antigos de desenvolvimento desenfreado.

**Mapa 1: Limites do REVISMA.**



Fonte: Pará (2009).

<sup>14</sup> Diegues (2000) explica que esta vertente preservacionista compreende que a única forma de garantir a manutenção natural seria retirar o fator humano, restando à sociedade o uso contemplativo da natureza; de outra parte, a vertente conservacionista, ligada ao movimento socioambiental, compreende a construção conjunta entre natureza e sociedade.

Para garantir a consolidação de outros modelos, mais atentos e até mesmo construídos localmente, as populações tradicionais passam, por vezes, a experimentar o enfrentamento de poderes desiguais, tanto em âmbito de suas relações internas quanto externas. Os resultados deste tipo de negociação costumam gerar prejuízos para o lado com menor articulação e força, seja política e/ou econômica.

Em alguns dos casos, parece ter havido uma conjuntura favorável para que as populações locais pudessem sentir menos o peso dessa balança desigual<sup>15</sup>. O contexto encontrado no Refúgio de Vida Silvestre MetrÓpole da Amazônia traz a oportunidade de explorar este tema relevante socialmente, no momento do seu desenrolar.

A partir desta leitura, de um contexto aparentemente favorável, pode-se afirmar que a área escolhida para o estudo, a Unidade de Conservação de Proteção Integral Refúgio de Vida Silvestre MetrÓpole da Amazônia (REVISMA), é emblemática. Compõe um dos últimos fragmentos de floresta preservada da Região Metropolitana de Belém (RMB) e é classificada como uma das últimas porções do Centro de Endemismo Belém<sup>16</sup>.

Esta condição natural está constituída na interface com sua larga utilização histórica, haja vista que a trajetória local percorre fatos do período da escravidão, com os engenhos de cana-de-açúcar; os períodos de exploração intermitente das drogas do sertão; os momentos de auge e declínio do comércio da borracha; até o momento presente, com o avanço mais acelerado do capitalismo.

Algumas das populações residentes no interior e no entorno da atual Unidade de Conservação (UC) fazem parte desta constituição histórica de longa duração (BRAUDEL, 1965). Esse processo envolve, dentre outros atores, ribeirinhos, seringueiros e residentes do atual TerritÓrio Quilombola do Abacatal.

Tais grupos vêm sendo tratados, em âmbito legal e acadêmico, enquanto populações tradicionais. Isto implica, como será discutido neste estudo, a necessidade de manter e até ampliar demandas diferenciadas, que significam a manutenção de

---

<sup>15</sup> Como exemplo cita-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (CORRÊA; MOURA, 2008).

<sup>16</sup> Segundo Almeida e Vieira (2014), o Centro de Endemismo Belém (CEB), possui uma área de 243.000 km<sup>2</sup> e se localiza a Leste do Pará e a Oeste do Maranhão, "São unidades importantes tanto para a análise biogeográfica quanto para a formação de hipóteses sobre os processos responsáveis pela formação da biota regional" (ALMEIDA; VIEIRA, 2014, p. 09).

seu modo de vida. Em diferentes situações, essas populações são obrigadas a negociar sua própria existência<sup>17</sup> face ao avanço estatal (por exemplo elenca-se UC e estradas), privado (como indústrias, mineradoras, barragens) e empreendimentos mistos (no caso de parcerias público-privadas) sobre áreas de onde extraem seu sustento.

As ponderações suscitadas acima, podem indicar um dos caminhos prováveis para se compreender esses processos, ou seja, analisar-se demandas de garantia da segurança territorial, de garantia de moradia digna, com acesso aos meios de subsistência provenientes da floresta, bem como à utilização dos mesmos. Observando-se que são tradicionalmente manejados, tendo por base o respeito pelos direitos conquistados, porém, por muitas vezes, ignorados.

Neste caminho sugerido, uma possível hipótese que procura explicar a permanência de populações tradicionais dentro de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral seria de que a organização social local é suficiente para garantir a posse territorial de famílias ribeirinhas residentes no Refúgio de Vida Silvestre (REVISMA). Embora em disputas internas, de acordo com a conjuntura, tornam-se capazes de influenciar ações de regularização fundiária e/ou reconhecimento realizados pelo poder público para a construção de instrumentos legais.

Na tentativa de verificar a pertinência dos processos que levaram a conjuntura descrita e a hipótese suscitada, busca-se evidenciar, por enquanto, alguns dos conceitos principais que estarão compondo a análise oferecida, dentre os quais se enfatiza "populações tradicionais", "participação social" e "territorialidade". Será apresentado, ainda, um histórico de formação da região e das comunidades estudadas.

Estes elementos visam compreender a construção das condições locais que permitiram às comunidades estudadas permanecer residindo dentro da então criada UC de Proteção Integral. Fato evidenciado durante a experiência do autor junto a essas comunidades quando de sua participação na elaboração do Plano de Gestão

---

<sup>17</sup> Termo utilizado aqui no sentido de embate com estes elementos externos que, vez por outra, tomam de assalto os direitos de populações locais, restando a estes, em muitas ocasiões, fazer algum tipo de barganha mínima de compensação. A perda da utilização de áreas de floresta, por vezes pode significar obrigar estas populações a abandonarem seus locais de moradia por não conseguirem adaptar-se a outras formas de subsistência.

da Unidade, no qual os comunitários estiveram envolvidos, em um processo que, segundo o Instituto Avaliação<sup>18</sup> (2017a), utilizou ferramentas participativas.

Os paradigmas da Participação e Organização Social<sup>19</sup> são temas constantes para entender as desigualdades enfrentadas por comunidades tradicionais. Então, se em um dado contexto, é possível perceber arranjos que tornam possível pequenas alterações na balança de poder, que em muitas ocasiões coloca Sociedade Civil e Estado em lados opostos, parece necessário esmiuçar tais acomodações, compreender suas naturezas, articulações, potencialidades e limites.

A Participação Social utilizada neste estudo segue os passos de Pateman (1992), que, por sua vez, é ancorado em Ammann (1978), especialmente quando a define como um processo “mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (AMMANN, 1978, p. 61). Já a ideia de Organização Social, conceito igualmente complexo, será percebido de acordo com Matos (2003), que trabalha com a noção de envolvimento social a partir de diferentes níveis, sendo que um dos primeiros seria o nível da “base”. Esta seria alicerçada segundo diferentes relações importantes, dentre as quais o Capital Social, conforme Putnan (1996).

O Capital Social, para Putnan, diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas, ainda para este autor, o conceito de Capital Social conseguiria resolver o principal problema da ação coletiva, que é a deserção/desistência.

Neste sentido, a execução do Plano de Gestão da UC Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia parece oferecer uma possibilidade interessante para analisar parte da dinâmica entre Estado e sociedade. Diferentes indagações podem ser extraídas deste processo, tais como as seguintes questões: existem mecanismos (internos e/ou externos, legais e/ou tácitos<sup>20</sup>) que promovem garantia ou segurança na posse da terra entre os moradores no interior do Refúgio e moradores que residem

---

<sup>18</sup> O Instituto Avaliação (Instituto de Avaliação, Pesquisa, Programas e Projetos Socioambientais) é uma entidade privada, credenciada como “Organização Social de Interesse Público (OSCIP). Esta OSCIP elaborou o Plano de Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, tendo o autor sido integrante da equipe de trabalho.

<sup>19</sup> Estes conceitos abordados na introdução, serão tratados em mais detalhes na seção 5.

<sup>20</sup> Não formalmente expresso, implícitos, subentendidos.

em seu entorno? Se existem, como esses mecanismos são acessados pelos comunitários? Como as comunidades residentes no Refúgio fazem sua gestão territorial em casos de expansão/desmembramento das famílias e com a chegada de novos moradores?

A partir de diversas inquietações chega-se a uma questão central que norteou as demais: como a territorialidade das comunidades ribeirinhas do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia pode influenciar ações de regularização fundiária e/ou reconhecimento pelo poder público na construção de instrumentos legais?

Com estas questões em vista, buscou-se apreender o que é a territorialidade e o território para as comunidades que fazem parte do contexto da UC e de que forma este entendimento pode ajudar a perceber o modo como se constituíram as relações com o Órgão Gestor da UC – IDEFLOR-Bio, possibilitando a manutenção das comunidades dentro da UC. Este arcabouço quando reunido, mostrou-se capaz de colaborar para alcançar o objetivo geral da pesquisa, que consistiu em:

Analisar como a territorialidade das comunidades ribeirinhas do Refúgio de Vida Silvestre pode influenciar ações de regularização fundiária e/ou reconhecimento do poder público na construção de instrumentos legais.

No percurso escolhido para a concretização do objetivo geral, elencou-se três objetivos específicos, que poderão fornecer os elementos principais para compreender como se desenvolve o processo da gestão da UC em sua interface com os modos de vida e de organização das populações residentes, que são:

a) investigar o processo histórico de constituição e formas de organização das comunidades ribeirinhas do REVISMA;

b) investigar a existência ou inexistência de documentos fundiários nas comunidades ribeirinhas do REVISMA;

c) averiguar se a organização das comunidades ribeirinhas do REVISMA consegue produzir efeitos nas políticas públicas para a garantia à moradia, dentre as quais podem ser citadas o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) e o Plano de Gestão (conhecido como Plano de Manejo), por exemplo.

Para alcançar esses objetivos, procurou-se dispor de metodologias que permitissem uma leitura plural e multifacetada, dada a complexidade da própria região onde se insere o objeto desta pesquisa. A Amazônia impele desafios de pesquisa do



tamanho de sua extensão, na subseção seguinte apresenta-se a forma como serão trabalhados os instrumentos e sob quais perspectivas a pesquisa se ancorou.

### 1.1 Procedimentos Metodológicos

As relações entre Estado e povos da floresta amazônica trazem uma multiplicidade de situações, dentre as quais se ressalta um desconhecimento mútuo, os embates, as omissões, as dependências, o uso de imagem como em caso de exaltações por serviços ambientais prestados. Talvez a constância neste relacionamento seja a percepção de dois mundos distintos, um “nós” e um “eles” consolidado, que se desdobra, ao longo dos anos, ao sabor de interesses variados.

Estudar as condições e contradições presentes nessa construção, por ora dual, entre “nós” e “eles”, perpassa compreender metodologicamente como cada um dos grupos envolvidos constitui-se, e como cada grupo articula suas ferramentas para garantir seus interesses e demandas, bem como em quais instâncias dão-se esses processos, que se configuram, muitas vezes, como um embate entre Estado e Sociedade.

É com esse entendimento crítico acerca das relações existentes entre Estado e Sociedade, representado *a priori* por esses dois grupos macro, os quais sejam Unidades de Conservação de um lado e Populações Tradicionais de outro, que se procura trabalhar com métodos que deem conta de relações que são ao mesmo tempo dialéticas e plurais, em seus variados níveis. As situações abordadas neste estudo evidenciam a existência de contradições decorrentes das diferentes relações de poder entre agentes e atores, muitas das quais são inerentes aos processos históricos nos quais se constituíram.

A própria relação do pesquisador, enquanto agente participe da produção do Plano de Gestão da Unidade estudado, representa uma faceta destas contradições, pois enquanto integrante da equipe que estava elaborando o Plano poderia encontrava algumas facilidades, como o acesso mais facilitado a dados. Por outro lado, essa relação previamente estabelecida pode ser entendida como um desafio metodológico e, inclusive, apresentar elementos negativos quando, por exemplo, se depara com uma visão opaca em decorrência da abundante bagagem de informações adquiridas por ter contribuído na construção do processo estudado. Estas questões,

que discutem o papel e a posição do pesquisador em campo, são centrais no debate das ciências sociais, pois “toca diretamente na questão da produção dos dados, uma vez que, no trabalho de campo [...] o pesquisador se coloca ao mesmo tempo enquanto objeto e sujeito de pesquisa” (JACCOUD; MAYER, 2008).

Para compreender as relações internas ao Órgão Gestor, toma-se como ponto de partida o conflito interno ao movimento ambientalista, representado entre as correntes Biologistas e Socioambientais (DIEGUES, 2000). Estas contradições, atualizadas na gestão que promoveu a elaboração do Plano de Gestão do REVISMA, fazem parte de um embate que atravessa as próprias tensões decorrentes da dialética existente entre Estado e Capital, vinculados a uma lógica de controle do território.

As construções históricas das pessoas que habitam a Unidade de Conservação são analisadas a partir da relação que constituem com uma ocupação e intervenção sistemática que realizam no território, a forma como constroem e significam o seu lugar (TUAN, 1983).

Neste sentido, para compreender as relações da composição de um dado território na Amazônia, o aporte metodológico proposto neste estudo teve a interdisciplinaridade (JAPIASSU, 1976) como linha mestra, ao buscar abarcar o objeto a partir de diferentes aproximações. Evidencia-se a utilização da História Oral como um método capaz de congrega as inquietações advindas de várias disciplinas nas ciências humanas, em especial a história e a antropologia:

*Primeiramente, ela é um método que sempre foi essencialmente interdisciplinar, um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura e cultura, e assim por diante [...] vejo como uma força crucial da história oral que ela permaneça como uma forma fundamental de interação humana que transcende essas fronteiras disciplinares (THOMPSON, 2002, p. 10, grifos do autor).*

Thompson (2002) enfatiza, ainda, os vínculos da história oral com a sociologia e a antropologia (tanto na interpretação quanto no método), especialmente quando se trata de entender os “mitos de fundação” de grupos e comunidades.

Os depoimentos e as entrevistas, como fontes orais, fazem parte de um arcabouço de instrumentos científicos que geram questionamentos. Parte são fatos “verificáveis”, e outra parte é composta por processos de reescrita da história compartilhada (THOMPSON, 2002), uma vez que perpassam por representações sobre os fatos da vida de grupos, constituindo sua história social e cultural

(PESAVENTO, 2008; JEUDY, 1990) e sobre fatos da memória coletiva que se constitui como uma colcha de retalhos (HALBWACHS, 1990).

Uma das motivações que levou a adoção da história oral é a consonância encontrada no que Benjamin (1985) descreve a respeito do narrador e das artes de narrar, trazendo à tona a relevância da tradição oral<sup>21</sup>, que estaria intimamente ligada à capacidade de ouvir; sua reprodução e manutenção seriam favorecidas pelos tipos de trabalhos que demandam um tempo diferenciado. Tempo este que poderia ser encontrado entre os moradores do Refúgio de Vida Silvestre.

Para Alberti (2002), a História Oral tem na narrativa seu principal pilar metodológico. Esta narrativa, gravada em entrevistas, possui um caráter histórico e documental. Trabalha com sujeitos da história, que ao relatar suas experiências de vida, realizam um trabalho de seleção e ordenamento das ideias e fatos sob a sua lógica dos acontecimentos, dá sentido à história do vivido, com sua linguagem adicionam cores que muitas vezes não são alcançadas pela história tradicional.

Segundo Bom Meihy (1996) há, ao menos, três abordagens principais em História Oral (HO): História Oral de Vida, Tradição Oral e História Oral Temática. Quando a HO é pautada pela História de Vida, há uma maior liberdade do narrador em contar suas histórias pessoais, demandando mais tempo e uma maior quantidade de entrevistas. Este autor enfatiza a abordagem da História Oral Temática, a partir da qual haveria possibilidade de alcançar assuntos específicos com maior objetividade, uma vez que os temas seriam pré-determinados pelo pesquisador, que faria as entrevistas com um pré-roteiro focado em obter uma narrativa mais claramente direcionada ao tema.

Na presente pesquisa foi adotada a História Oral Temática, na qual os principais argumentos durante as abordagens com os interlocutores trataram de aspectos constitutivos das comunidades, que envolvem os deslocamentos de suas moradias provocados por fatores variáveis; as relações estabelecidas para consolidação da vida em comunidade; e as relações estabelecidas durante a criação da Unidade de Conservação.

---

<sup>21</sup> Benjamin (1985) refere-se à importância da fala, da transmissão das histórias contadas, como é o caso de diferentes comunidades que não possuem escrita.

Dentro das técnicas específicas de documentação em História Oral, deu-se atenção especial ao procedimento de checagem do material coletado juntamente com o entrevistado. Este movimento é conhecido como “devolutiva”, na qual o pesquisador se dirige ao entrevistado com o material que deve ser repassado junto ao interlocutor, para que este faça eventuais correções e/ou solicite a exclusão ou inclusão de partes que julgue relevante (ICHIKAWA; SANTOS, 2003).

Quando se trata das narrativas que envolvem relatos de vida, há que se atentar para algumas limitações dessa ferramenta de acesso às memórias como uma pretensa falta de objetividade na reconstrução histórica fornecida pelos grupos e/ou indivíduos, tal como salienta Alberti (2004).

Relatos de vida fazem parte da construção narrativa, sobretudo ao se levar em consideração o protagonismo dos sujeitos dentro da temática que será abordada. Com tais elementos adicionados aos materiais analisados, é possível colocar luz em parcelas da história, ou ainda, vislumbrar os mesmos fatos por outros ângulos. Mesmo os documentos escritos passam por um processo de construção, no qual cada palavra é cuidadosamente escolhida, o que não poderia ser diferente nas representações que os atores fazem de suas próprias vidas.

Deste modo, é importante tratar as histórias individuais a partir das representações, isto implica problematizá-las, buscando entender suas origens e suas razões de existência, como aponta Pesavento (2008):

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2008, p. 39).

As estratégias aqui descritas foram elaboradas a partir da reflexão de Minayo (2000) sobre as relações de proximidade e distância da pesquisa com a realidade, no sentido de que a função da pesquisa estaria carregada de sua carga histórica, refletindo interesses e contradições da interação humana. Por se tratar de método das ciências sociais, o objeto conduz a uma abordagem do sujeito enquanto construtor de determinada realidade, por sua vez, composta de várias camadas, que exigem

complexos níveis de abstração.

Neste aspecto, cabe salientar que o pesquisador já havia estabelecido relação prévia com as comunidades de Ponta Negra e Santo Amaro, que fazem parte deste estudo. Esta relação constituída no período da participação na elaboração do Plano de Gestão da Unidade na qual essas famílias residem, contou com diversas etapas de visitas, conversas, diálogos e, mesmo, entrevistas com as pessoas que compõem agora parte do estudo proposto para esta dissertação<sup>22</sup>.

Para a realização da análise de narrativas e no intuito de acessar memórias coletivas, foi utilizada a concepção de Dartiegues (1998), que orienta o entendimento acerca das narrativas como um meio de compreender identidades individuais e, ainda, como uma ferramenta metodológica para acessar a identidade coletiva do grupo. De acordo com o autor, é por meio do ato narrativo que o indivíduo e o grupo se reconhecem.

As individualidades e peculiaridades de cada pessoa entrevistada foram respeitadas, entendendo as características individuais. A utilização da metodologia da História Oral Temática, permitiu abordar os temas relevantes para a pesquisa de maneira mais objetiva, especialmente com pessoas que têm como características contar suas histórias de modo abrangente. Apesar disso, como todo método possui limitações e, considerando-se o entendimento de que as vidas das pessoas transbordam as pesquisas acadêmicas, o caderno com anotações de campo acabou por registrar outras situações onde a temática atravessava o objeto.

Também constituem importantes referências os apontamentos de Halbwachs (1990) acerca dos processos de construção da memória social, sobretudo, o aspecto essencial das memórias, enquanto arcabouço coletivo. Assim sendo, ao levar em consideração as memórias narradas por um indivíduo, pode-se acessar também as lembranças de certa quantidade de pessoas que este “carrega” consigo, com noções comuns e que continuam a fazer parte do mesmo grupo, pois as lembranças e os sentimentos, por mais individuais que pareçam ser, originam-se em meio a contextos sociais coletivos.

Para trabalhar o campo técnico do fazer científico, levou-se em consideração o exposto por Bruynne; Herman e Schoutheete (1977), que explicam: “Parece que a

---

<sup>22</sup> O período de elaboração do Plano de Gestão ocorreu entre o final de 2016 e a metade de 2018.

complexidade das problemáticas em ciências sociais exige interpenetrações e voltas constantes entre os polos epistemológico, teórico, morfológico e técnico da pesquisa” (BRUYNNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 30). Na mesma linha de raciocínio, esta relação de complexidade inerente às ciências sociais, Feyerabend (1977) afirma que as escolhas metodológicas não se fazem de forma sucessiva estruturada, exclusivamente, se interpõem a idas e vindas entre os polos epistemológico, teórico, morfológico e técnico.

Considerando estas peculiaridades do fazer científico em ciências humanas em geral, para as etapas que constituem a aproximação científica, foi proposta a utilização de certos instrumentos, alguns dos quais sofreram adaptações de acordo com as necessidades demonstradas, quer seja após um aprofundamento da pesquisa bibliográfica e documental, quer seja no confronto com as realidades em campo. Como descrito por Thompson (2002), há que se considerar a confluência entre abordagens qualitativas e quantitativas em pesquisas sociais para compreender como se dão os processos de organização comunitária, uma vez que este tipo de organização nem sempre possui formalizações e/ou procedimentos quantificáveis.

Como parte dos procedimentos técnicos dessa pesquisa, foram realizados levantamentos de dados bibliográficos nas Bibliotecas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA); Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA), Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e no acervo digital da *Fondazione Pirelli*, entre outros locais. Para a realização da busca foram utilizados termos-chave e períodos de datas previamente mapeados como sendo momentos de referência aos acontecimentos que poderiam influenciar na história das comunidades. São citados a seguir alguns dos termos buscados: Pirelli; Fazenda Pirelli; Fazenda Guamá; Engenho Uriboça (e suas variações gráficas); Estrada de Ferro Belém Bragança; Participação Social; Populações Tradicionais; Ribeirinhos; Unidade de Conservação e Refúgio de Vida Silvestre.

Como afirma Severino (2016), a análise bibliográfica pressupõe a compreensão das estruturas de cada texto, a partir de leituras com graus variados de interpretação, um exemplo seria ater-se apenas à uma análise temática ou aprofundando para uma análise interpretativa, para somente após organizar uma síntese pessoal e uma problematização.

Outros dados foram obtidos, especialmente, em pesquisa documental junto a arquivos de órgãos públicos e material disponível na *internet*, dentre os quais cita-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e a Superintendência do Patrimônio da União no Pará (SPU/PA).

Os materiais de estudos anteriores (SEMAS, IDEFLOR-Bio e Instituto Avaliação) trouxeram a disponibilidade de dados mais quantitativos que esta pesquisa, talvez, não pudesse alcançar. Além disso, nestas e em outras instituições (SPU, IPEA, ITERPA), encontrou-se publicado um arcabouço de informações que demonstram algumas interações entre a ocupação tradicional das comunidades em relação com a lógica do Estado constituído e sua burocracia por parte de registros de posse de pretensos donos das áreas em questão. Entre os documentos encontram-se aqueles referentes à posse e à realização de reuniões e capacitações, que poderão prover informações relevantes.

As informações obtidas junto aos atores envolvidos, contaram com entrevistas com atores-chave (MINAYO, 2000), mapeados em oportunidade anterior e acrescentados durante a pesquisa. As entrevistas seguiram a temática definida por roteiro pré-estabelecido, conforme Bom Meihy (1996). Como citado anteriormente, algumas técnicas empregadas apresentaram certa variação de acordo com a situação ou, ainda, com a categoria de ator acessado, quer este seja órgão público, ente/empresa privada, representante de comunidade tradicional, sindicatos etc. Deste modo, os agentes foram separados em dois grandes grupos, conforme descrição abaixo:

O primeiro grupo, que representa o cerne do estudo, foi composto por duas comunidades tradicionais ribeirinhas residentes no interior do Refúgio, Ponta Negra e Santo Amaro, compostas por cerca de 60 pessoas, entre adultos e crianças (IDEFLOR-BIO, 2018). Para estas entrevistas, optou-se por omitir os nomes das pessoas que se dispuseram a participar, mesmo que essas pessoas tenham seus nomes e imagens constantemente divulgadas nas ações do Órgão Gestor da UC. Para este grupo foram observadas as seguintes variáveis:

1) Formação histórica – ocupação do lugar; 2) Endereço fornecido para acessar benefícios públicos (como bolsa escola, aposentadoria, fomento, assistência

técnica, etc.), endereço fornecido para aquisição de bens junto a lojas; 3) Existência de conflito/disputa de terras entre moradores da região ou de fora; 4) Documentos legais disponíveis às comunidades estudadas; e 5) Influência e uso desses documentos nas variáveis elencadas.

Neste grupo foram entrevistadas sete pessoas. Dentre estas, buscou-se selecionar, em cada uma das comunidades, aquelas identificadas com a formação das mesmas, pessoas mais antigas, e aquelas pessoas que se constituem enquanto referência de organização e engajamento local. Procurou-se, ainda, abordar pessoas que participaram dos processos de formação da Unidade de Conservação, como reuniões do Conselho Gestor e reuniões de elaboração do Plano de Gestão da UC.

O segundo grupo foi composto por representações institucionais, dentre as quais elencamos o Conselho Gestor da Unidade, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-Bio), o Instituto Avaliação (que conduziu a elaboração o Plano de Gestão), a Superintendência do Patrimônio da União no Pará (SPU/PA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Foram consideradas as seguintes variáveis:

1) Levantamento documental, análise de instrumentos legais; 2) Depoimentos de interlocutores que desenvolvem, implementam e/ou avaliam as políticas; e 3) Existência de ações convergentes/divergentes.

Neste grupo, foram realizadas cinco entrevistas. Algumas das pessoas entrevistadas faziam parte de mais de uma categoria, por exemplo membros da equipe de elaboração do Plano de Gestão, membros do Órgão Gestor e do Conselho da UC. As pessoas foram escolhidas por sua atuação no processo, bem como pelo critério de tempo de engajamento/participação nas atividades relacionadas. Neste grupo de entrevistados também optou-se por omitir os nomes das pessoas que se dispuseram a participar. Os nomes presentes em atas e documentos públicos disponíveis na *internet*, em jornais ou revistas não serão omitidos.

O quadro a seguir sintetiza os métodos e as variáveis acima descritos, de acordo com os objetivos almejados.



**Quadro 1: Resumo de variáveis e metodologias empregadas na análise.**

Objetivo específicos	Método	Variável
Investigar o processo histórico de constituição e formas de organização das comunidades ribeirinhas do REVISMA;	a) Levantamento bibliográfico; b) Entrevistas com atores-chave (moradores das comunidades).	1) Formação histórica – ocupação do lugar a. data; b. quantidade de famílias; c. número de pessoas nascidas na comunidade. 2) Engajamento (de morar no lugar); a. participação em associações; b. vontade de permanecer no lugar; c. filhos permanecendo na comunidade ao constituir família; d. comunitários participando de atividades externas representando a comunidade.
Investigar a existência ou inexistência de documentos fundiários nas comunidades ribeirinhas do REVISMA;	a) Consulta a dados cadastrais: em programas de assistência (CadÚnico); cadastro na Superintendência do Patrimônio da União (SPU), cadastro na Instituto de Terras do Pará (ITERPA), cadastro n Instituto Nacional da reforma Agrária (INCRA), e cadastro no Órgão Gestor (IDEFLOR-Bio).	3) Documentos legais disponíveis nas comunidades estudadas; a. Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS); b. título do Instituto de Terras do Pará (ITERPA); c. doc. Compra-Venda (recibo, reg. cartório, etc); d. Concessão do Direito Real de Uso (CDRU); 4) Existência de conflito/ disputa de terras entre moradores da região ou de fora; a. relatos de comunitários; b. reclamações de comunitários junto ao órgão responsável pelo documento; c. ações judiciais (contestação, reintegração de posse, etc).
Averiguar se a organização das comunidades ribeirinhas do REVISMA influencia nas ações de regularização fundiária e/ou reconhecimento pelo poder público na construção de instrumentos legais (TAUS, CDRU, Plano de Gestão etc.).	a) Análise de instrumentos legais (consulta documental – TAUS, Plano de Gestão); b) Entrevistas com atores-chave (representantes das comunidades, de órgãos gestores – SPU, IDEFLOR-Bio).	5) Acordos locais sendo respeitados; a. existência de associação/grupo organizado; b. existência de acordos locais sobre questões fundiárias. 6) Reconhecimento externo garantido a. comunitários usando o endereço na comunidade para acessar serviços públicos; b. comunitários usando o endereço para acessar benefícios sociais; c. comunitários usando o endereço para acessar fomentos e/ou assistência técnica; 7) Comunidade reconhecida no Plano de Gestão; a. comunidades participando do Conselho Gestor; b. áreas de moradia e uso reconhecidas/aceitas no Plano de Gestão (zoneamento); c. órgão gestor promovendo ações de fortalecimento junto às comunidades.

Fonte: Elaboração por Leonard J. Grala Barbosa (2019).

As entrevistas foram registradas com aparelho tipo *smarthphone*, haja vista que esta ferramenta é bastante versátil, sendo utilizada para os registros rápidos de imagens em campo, para a marcação de pontos de GPS (*Global Posicion Satelity*) por meio do aplicativo (*app*) *Avenza Maps*® versão 3.6.3 Build (266), que permite registrar com precisão o posicionamento a ser registrado. Este aplicativo, inclusive, torna possível realizar o registro diretamente em um mapa plotado previamente e convertido em formato *.pdf*. Os áudios das entrevistas foram gravados utilizando a ferramenta chamada *Audio Recorder* versão 2.01.41 (*Sony Mobili Commnications*™), pois o mesmo possui funções que permitem a equalização adequada do áudio, além de outras ferramentas adicionais, como correção de ruídos e filtro de vento, por exemplo. Isso é relevante à medida que é preciso gravar em algumas condições adversas.

Outra técnica para a obtenção de dados foi a observação direta, que colabora sobretudo na etapa descritiva. Muitas situações não cabem nas entrevistas e registros estáticos, sendo assim, em diferentes momentos, a percepção do pesquisador indica a necessidade de registrar uma situação que se concretiza ou, porventura, tenha sido embargada, interrompida, não sendo finalizada. Este tipo de abordagem é possível a partir do contato com participantes da pesquisa, em especial quando já se estabeleceu certo grau de confiança (JACCOUD; MAYER, 2008).

Lógicas diferentes, não mutuamente excludentes, orientaram o debate e a prática de pesquisa no âmbito da observação direta. Ao menos três tipos de lógicas podem ser destacados quanto à argumentação que guia a escolha de uma estratégia de pesquisa: uma lógica de pureza-verdade do objeto (descrição ou explicação do meio, tal qual ele é "realmente"), uma lógica de acessibilidade ao objeto (realização prática da pesquisa) e uma lógica de profundidade do objeto (riqueza da produção do saber). Uma mesma lógica pode subentender estratégias, por vezes opostas; ou uma mesma estratégia pode ser justificada por lógicas diferentes (JACCOUD; MAYER, 2008, p. 263).

O acesso ao campo foi realizado a partir de uma combinação de meios: para acessar a Comunidade de Ponta Negra, utilizou-se ônibus de linha (Belém-Acará), que permite chegar no perímetro da atual balança de pesagem de veículos, junto à ponte da Rodovia Alça Viária (PA-483). Deste ponto em diante, seguiu-se a pé até as casas, por caminho de terra. O caminho que leva à última residência torna-se mais fechado, uma vez que os moradores acabam por transitar mais por canoa e rabeta, mesmo entre as casas, especialmente em períodos mais chuvosos.

Para acessar a comunidade de Santo Amaro, foram utilizadas duas rotas. A partir da comunidade Ponta Negra, onde foi possível, em algumas ocasiões, contratar o traslado de rabeta pelo Rio Guamá, entrando no Igarapé Taiassuí. Outro caminho utilizado foi por ônibus de linha até Benevides (Belém-Benevides) e por uma segunda condução neste município (ônibus que entra nos ramais uma vez por dia ou moto-taxi) até o Balneário chamado “Xoxota Molhada” (Fotografia 1). De lá, contratou-se o traslado por rabeta<sup>23</sup>, que levou diretamente no Taiassuí.

**Fotografia 1: Vista aérea do balneário no igarapé Taiassuí.**



Fonte: Cedido por Instituto Avaliação (2018).

Antes da realização das entrevistas, a pesquisa era explicada em seus pormenores, com as informações contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em cada entrevista fora solicitado que respondessem se as informações disponibilizadas por eles poderiam ser usadas na pesquisa. Este aceite, registrado em áudio, é especialmente importante uma vez que há pessoas nas comunidades que não podem escrever.

Durante todas as etapas de campo foi realizada a observação sistemática (MINAYO, 2000), anotando-se informações relevantes que, em determinadas

---

<sup>23</sup> Embarcação local com motor de popa.

ocasiões não eram captadas durante as entrevistas. Esta observação não-participante ocorreu em diferentes momentos, desde o momento em que os comunitários desempenhavam suas atividades, e em especial, quando em incursões às áreas cultivadas.

## **2 HISTÓRIA DA REGIÃO: DOS ENGENHOS À CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

A seguir, apresenta-se o contexto de ocupação regional, a partir de uma articulação com informações histórico-arqueológicas, tratando dos vestígios materiais que comprovam a ocupação antiga da região. Isto é, que ocorreu no período da presença de engenhos de cana-de-açúcar e contou com a força de trabalho de contingente de pessoas escravizadas cujos descendentes permaneceram na região, dando origem a atual comunidade do Abacatal.

Em um segundo momento, aborda-se as questões da consolidação do Estado Nacional, com suas interfaces econômicas, a partir de um olhar voltado ao processo de consolidação da Região Metropolitana de Belém (RMB), composto por influência da economia da borracha, e à importância da construção da Estrada de Ferro Belém – Bragança (EFBB).

### **2.1 Vestígios indígenas e quilombolas esmaecidos pelo tempo**

Esta separação inicial teve a finalidade de organizar o desenrolar da história local, não pautada pela ideia dos ciclos econômico-desenvolvimentistas, uma vez que a busca por recursos naturais variados ocorre de maneira ininterrupta, havendo apenas momentos em que um produto era mais visado do que outro, em decorrência do contexto global. Apesar disso, tais momentos foram descritos por sua influência determinante na configuração atual, que levou à criação da Unidade de Conservação onde está focada a pesquisa, e ainda, por suas potencialidades de injetar contingentes populacionais na região, dentre outras implicações.

Até pelo menos o início da década de 1980, quando do surgimento dos movimentos ambientalistas, a Amazônia ainda era considerada um vazio demográfico. Uma área inóspita, onde não haveria condições do desenvolvimento de civilizações complexas. A região oscilava no imaginário entre o “inferno verde” e o “*el dourado*” (PIZARRO, 2012). Entre as décadas de 1940 e 1960, a região recebeu uma série de cientistas, dentre os quais alguns ligados a teorias que variavam entre o

evolucionismo<sup>24</sup> e o difusionismo<sup>25</sup>.

Estas concepções dificultaram o avanço do conhecimento sobre a presença humana na região, uma vez que implicavam a certeza de haver limitações biofísicas que inviabilizariam o surgimento de organizações com um poder centralizado e divisões de tarefa. Constatações contrárias demonstram que a Amazônia é composta de abundante história de ocupação humana, muito anterior à ocupação europeia na região (BALÉE, 1989; HECKENBERGER, 2005; PETERSEN, 2001; ROOSEVELT, 1992).

A Fazenda Pirelli é parte desse complexo processo histórico composto de relações de constituição territorial, desde antigos canaviais e engenho, até sua aquisição pela empresa multinacional que daria nome à área. No período analisado sobre o empreendimento da Pirelli (1950-1980), a propriedade passou de Fazenda Oriboca, quando se construíram estruturas como a casa ilustrada na Fotografia 2 e se produzia seringa, à Fazenda Guamá, quando reorientou suas atividades ao trabalho com o gado.

---

<sup>24</sup> Segundo Castro (2005), o evolucionismo social e cultural pressupunha que todos os seres humanos passariam pelas mesmas etapas de desenvolvimento (cognitivo, técnico, etc.) do mais simples ao mais complexo grau. Steward e White foram os expoentes mais recentes de influência para os estudos que influenciaram pesquisadores brasileiros como Darcy Ribeiro (CASTRO, 2005).

<sup>25</sup> “Para a chamada escola difusionista, a ocorrência de elementos culturais semelhantes em duas regiões geograficamente afastadas não seria prova da existência de um único e mesmo caminho evolutivo, como pensavam os evolucionistas; o pressuposto difusionista, diante do mesmo fato, era que deveria ter ocorrido a difusão de elementos culturais entre esses mesmos lugares (por comércio, guerra, viagens ou quaisquer outros meios)” (CASTRO, 2005, p. 17).

**Fotografia 2: Casa de funcionários da Pirelli.**



Fonte: Leonard J. Grala Barbosa (2018)

O registro mais antigo da área<sup>26</sup>, porém, é anterior aos projetos de seringa e de gado, e remonta a evidência de que a localidade onde estava inserida a fazenda era parte do antigo “Engenho Oriboca”. Segundo estudos de Marques (2004), este engenho iniciou suas atividades em torno dos anos de 1780, sob o comando de pessoas identificadas por Escrivão Manuel José Alves Bandeira (possuidor de outros engenhos) e Alferes Antonio de Souza Azevedo (rico mercador possuidor de, pelo menos, 64 escravos). O engenho encontrava-se funcionando em 1799, conforme consta da relação de engenhos e engenhocas que existiam no Grão-Pará naquele ano (MARQUES, 2004).

Há poucas publicações que descrevem o histórico da área que pertenceu à antiga Fazenda Pirelli. Os estudos mais relevantes são de cunho arqueológico, realizados por pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), associados ao programa de monitoramento dos impactos gerados pela construção da Rodovia

---

<sup>26</sup> Com certa homogeneidade territorial, mas não se sabe ao certo quais eram os limites territoriais.

Alça Viária<sup>27</sup>.

É na pesquisa de Marques (2004) que podem ser encontradas referências à existência de inúmeros sítios arqueológicos na região. Apesar disso, em suas descrições, apenas um único sítio foi estudado dentro da área pertencente à atual UC. O sítio histórico do Engenho Uriboça, que fora impactado diretamente pela abertura da Alça Viária, e está localizado na margem esquerda do rio Uriboça (MARQUES, 2004), afluente do rio Guamá (Figura 1).

**Figura 1: Localização do Engenho Uriboça.**



Fonte: Adaptado de IA (2017a).

No referido local do antigo engenho, foram analisados, segundo Marques (2004), 11.839 fragmentos coletados na pesquisa realizada no ano 2000, dentre os quais se salienta a presença de cerâmica indígena e/ou cabocla (com cerca de 1.400 peças) e de faianças<sup>28</sup> (com cerca de 4.000 peças).

Este engenho possui relevância patrimonial e histórica, pois entre os aspectos habituais dos sítios históricos, este é parte de um conjunto denominado pelo autor

<sup>27</sup> A Rodovia Alça Viária (PA-483), que foi inaugurada em 2002, cruzou a área pertencente ao Refúgio de Vida Silvestre. Em decorrência desta obra, foram realizadas pesquisas de impacto e resgate arqueológico, cujos resultados foram publicados por Marques (2002, 2003) e Magalhães (2002).

<sup>28</sup> Faiança é um tipo de cerâmica, com qualidade inferior à porcelana em relação a sua composição com menor teor de caulim, o que a torna mais porosa, demandando a utilização de complementos de vidro (camadas externas) para aumentar a impermeabilização. Os materiais deste tipo costumam ser encontrados na região de Belém com coloração branca e decoração em azul.



como “Engenhos de Maré”. Tais estruturas utilizavam-se das forças do processo diário de cheia e vazante das águas para movimentar parte do mecanismo utilizado no processamento da cana de açúcar.

Outros dois engenhos estudados pelo autor estão na área de entorno da Unidade de Conservação: o Engenho Jaguarari, situado na margem direita do rio Moju – e o Engenho Murutucu, localizado nos limites do perímetro urbano de Belém (atualmente em frente à guarita da CEASA/PA<sup>29</sup>), às margens do igarapé Murutucu, afluente do rio Guamá (MARQUES, 2004).

Outros aspectos importantes foram demonstrados pelo referido autor, dos quais se ressalta o tamanho relativo às plantações de cana-de-açúcar necessário para atender a demanda produtiva dos engenhos. O autor indica que os canaviais se estenderiam do Engenho do Murutucu até as proximidades do engenho Uriboça, em mais de 10 km de monocultura de cana (MARQUES, 2004). Isto deixa evidente a modificação antiga da paisagem local, ao mesmo tempo que demonstra o potencial de regeneração da vegetação na interação com as populações tradicionais após a derrocada dos engenhos.

O referido autor abordou, ainda, a respeito do processo de transporte da cana desde as plantações até o engenho, onde seria beneficiada. No caso destes engenhos de margem, a produção era escoada por via fluvial, não sendo necessária a utilização de veículos de tração terrestre, nem a construção e manutenção de estradas (MARQUES, 2004). Esse conjunto de achados arqueológicos foi importante na consolidação do Território Quilombola (TEQ) Abacatal<sup>30</sup>, que teve como principal lastro, a documentação referente ao Caminho das Pedras do Abacatal (Fotografia 3).

---

<sup>29</sup> Centrais de Abastecimentos do Estado do Pará.

<sup>30</sup> A partir daqui será utilizada a sigla TEQ Abacatal para tratar do Território Quilombola do Abacatal. Quando se tratar apenas da comunidade será utilizada a denominação Abacatal.

**Fotografia 3: Caminho das Pedras do Abacatal.**



Fonte: Leonard J. Grala Barbosa (2018).

O reconhecimento e a definição do TEQ Abacatal são provenientes de um largo processo de lutas enfrentadas pelos grupos residentes na atual área quilombola adjacente à UC. Diferentes pesquisadores realizaram estudos junto a esta população (ACEVEDO-MARIN; CASTRO, 2004; SOFIATTI, 2015; ARAÚJO *et al.*, 2017; SIROTHEAU, 2013), sendo que parte destes evidencia os antecedentes históricos/arqueológicos e outra parte trabalha com aspectos sociais, culturais e ambientais. O conjunto das obras forma a imagem de uma realidade complexa compartilhada pela comunidade, com cerca de 400 pessoas.

Outro estudo relevante sobre a área foi realizado pelo Governo do Estado do Pará, por meio da Diretoria de Áreas Protegidas (DIAP), na época vinculada à gestão da Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMA), no âmbito do Projeto Gestão

Ambiental para a Conservação da Biodiversidade dos Territórios Quilombolas (ConquiBio-Quilombo). Neste relatório da SEMA são apontados diferentes aspectos da comunidade, sua história, suas relações com o lugar e seus conflitos internos e externos - contra pretensos donos (PARÁ, 2013).

A história do TEQ Abacatal parte de seu início com o Engenho do Oriboca/Uriboca. Parcelas expressivas das estruturas do antigo engenho estão localizadas às margens do igarapé Uriboquina, em Ananindeua. Acevedo-Marin e Castro (2004) documentaram que o Conde Comma Mello teria deixado as terras como herança para as três filhas que teve com a escrava Olímpia. Estas filhas ficaram conhecidas como as “Três Marias”<sup>31</sup>.

Parte de sua história é atravessada pela retomada de políticas para o setor da borracha, quando a empresa Pirelli obteve cerca de 7.300 ha ao longo do rio Guamá. Uma porção significativa desta área adquirida pela empresa pertencia, por herança, à comunidade do Abacatal.

A empresa Pirelli S/A estendeu-se, então, até o igarapé Uriboquina, onde se localizava o antigo cemitério São Sebastião, usado pelas famílias do Abacatal. Ainda segundo Acevedo-Marin e Castro (2004), este processo gerou quebra nas estratégias de reprodução social, pois foram reduzidas ou interrompidas práticas tradicionais de pesca, caça, coleta e agricultura, anteriormente realizadas livremente pelos moradores.

Afetados desde o tempo da Fazenda Pirelli, os moradores do Abacatal vivem atualmente os desafios do avanço da urbanização, com seus efeitos sociais e ambientais. São situações que abrangem a ocorrência de atividades licenciadas e não licenciadas, como a construção de conjuntos habitacionais, cemitérios, mineração, além de impactos causados pelo Lixão do Aurá<sup>32</sup> e do Aterro Sanitário de Marituba<sup>33</sup> (PARÁ, 2013; SIROTHEAU, 2013; IDEFLOR-BIO, 2018a).

Esta ocupação da região por parte de pessoas que foram escravizadas para

---

<sup>31</sup> Esta ligação não foi suficiente para garantir aos moradores a posse pacífica das terras, pois houve um processo penoso até que a titulação estivesse garantida (área inicial de 308 hectares em 13 de maio de 1999, passando a 583,3 hectares em 2 de dezembro de 2012. No momento em que esta dissertação está sendo escrita, a comunidade se organiza para tentar retomar outra parcela de terras que havia sido incorporada à empresa Pirelli no passado (Liderança local, comunicação pessoal, dezembro de 2018).

<sup>32</sup> O “Lixão do Aurá”, construído na cabeceira do Igarapé do Aurá, chegou a ser considerado o segundo maior lixão a céu aberto do país, que, mesmo desativado oficialmente em 2015, permanece recebendo entulhos.

<sup>33</sup> O Aterro Sanitário de Marituba foi construído para substituir o “Lixão do Aurá”, na cabeceira de alguns igarapés, dentre os quais o Uriboca que atravessa a Unidade de Conservação e a Comunidade de Abacatal. Ademais, este aterro encontra-se a menos de 500m da referida UC (IDEFOR-BIO, 2018a).

trabalhar nos engenhos, sejam negros ou indígenas, representa aspectos de uma herança remota da fisionomia do local. Mudanças mais aceleradas se iniciam a partir da chegada de novas demandas do mercado global, bem como a implementação das estruturas de acesso e deslocamento na região, como será tratado na subseção 2.2.

## **2.2 Ocupação Regional a partir da Ferrovia Belém-Bragança (EFBB)**

Pode-se identificar, a partir da leitura de Hurtienne (1999), três momentos históricos distintos. Tais momentos ajudam a compreender melhor o desenvolvimento e a ocupação da Região Metropolitana de Belém (RMB), um primeiro momento onde fica mais marcada a importância de práticas agroextrativistas, o segundo com uma orientação mais para a produção agrícola e um terceiro com o processo de adensamento populacional. Tais momentos ajudam a melhor compreender este período:

Durante séculos, extrativistas tradicionais e agricultores itinerantes como os grupos indígenas, caboclos e ribeirinhos (e no nordeste do Pará, os paraenses) foram os grupos populacionais mais importantes na Amazônia rural. O segmento desses camponeses agroextrativistas ainda é importante até na Zona Bragantina. Com a construção da ferrovia entre Belém e Bragança no começo do século se estabelece um campesinato agrícola na Zona Bragantina com a base numa agricultura itinerante de pousio já altamente orientado ao suprimento do mercado de Belém (HURTIENNE, 1999, p. 76).

A região onde está compreendida a área da antiga Fazenda Pirelli faz parte deste contexto de ocupação histórica da região Bragantina, descrita por Hurtienne (1999). Esta região teve sua ocupação incentivada pela Província do Estado do Pará, desde o século XIX<sup>34</sup>. Égler (1961) afirma que o processo de colonização contou com pelo menos duas fases, a primeira, sendo impulsionada por ações governamentais, e a segunda, mais espontânea.

Durante a primeira etapa, uma das estratégias de fomento do poder público se deu por meio do estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada como, por exemplo, a responsabilidade da empresa que construiria a Estrada de Ferro em

---

<sup>34</sup> Nunes (2009, 2012) afirma que o processo de colonização foi iniciado a partir de 1875, mantendo-se até o governo do interventor Magalhães Barata (1930-1937). Égler (1961), traz algumas minúcias do período, demonstrando que as iniciativas eram entrecortadas, possuindo hiatos significativos relacionados com quedas de produção, dificuldades financeiras do estado e das empresas envolvidas, entre outras causas.

“introduzir 10.000 colonos, na base de 2.500 por ano” (ÉGLER, 1961, p. 77). Ainda segundo esta autora:

A primeira colônia oficial - Benevides - precedeu a construção da estrada de ferro. O projeto inicial data de 1848, quando foi feita a concessão das terras. Somente em 1873 foi iniciada a demarcação e preparação dos lotes, chegando os primeiros colonos em 1875. Eram inicialmente 68 imigrantes franceses, italianos e espanhóis (ÉGLER, 1961, p. 79).

A localidade de Benevides<sup>35</sup> era considerada estratégica<sup>36</sup> antes da construção da EFBB e servia de ponto de abastecimento para as embarcações que subiam o rio Guamá, em direção a São Miguel do Guamá, tendo por destino final a cidade de Bragança.

Este primeiro período de migrações seria marcado ainda pela tentativa de criação de colônias agrícolas, onde o “tipo ideal” de colonos seriam os estrangeiros, arregimentados em campanhas internacionais de divulgação. Em meados de 1800, as taxas de fixação dos imigrantes estrangeiros nas colônias era algo em torno de 10% do total de pessoas que desembarcavam no estado. Apenas os migrantes nordestinos que vinham, em maioria por esforços particulares possuíam taxas de permanência maiores, a despeito de não receberem os mesmos incentivos que os estrangeiros (ÉGLER, 1961).

Em 1902, o então governador Augusto Montenegro encerra a política oficial de incentivos à colonização e emancipa as colônias formadas. A segunda fase da colonização, dar-se-ia apenas a partir de 1916, quando, segundo Égler (1961), foram registrados índices positivos de aumento populacional na Região Bragantina e entorno da EFBB, período coincidente com grandes secas no Nordeste. Esse acréscimo populacional foi marcado, ainda segundo a mesma autora, pela ampliação vertiginosa do comércio de carvão de lenha, farinha de mandioca e aguardente, uma vez que constituíam recursos os quais eram mais facilmente obtidos pelos pequenos produtores.

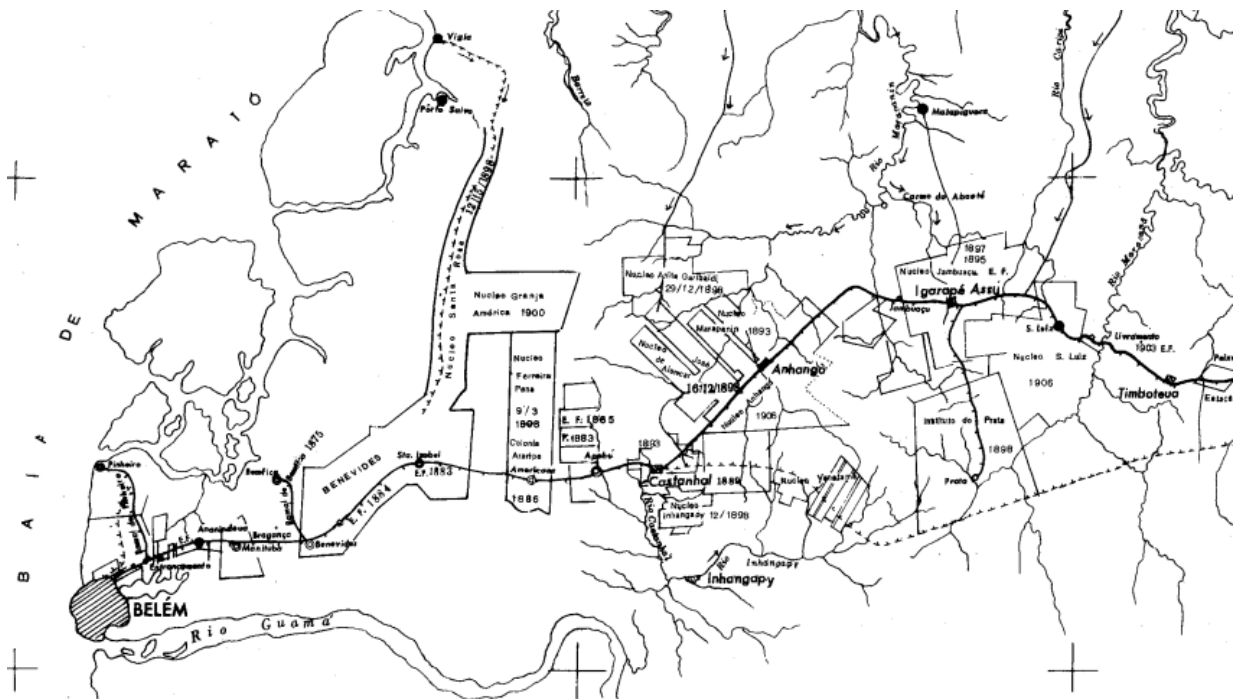
---

<sup>35</sup> A região de Benevides compreendia uma área distrital de nome Caraparú, uma área onde hoje pode ser identificada na fronteira entre Santa Isabel do Pará (que em 1946 foi denominada João Coelho) e Benevides.

<sup>36</sup> Anos mais tarde, com a mobilização da abertura da estrada de ferro e os indícios da estrada de rodagem, a região ampliou sua importância. Integrava uma das regiões estratégicas nos setores produtivos para abastecer a capital, representado pelo esforço do governo do estado do Pará em fornecer constantes investimentos para a região. Estes recursos eram empregados para abertura de estradas e limpeza de igarapés (conforme Anexo I).

Os sete municípios<sup>37</sup> que atualmente compõem a RMB estão ligados a esse período de constituição da Região Bragantina que configurou, naquele momento, uma fronteira de expansão agrária estabelecida a partir da construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFBB), conforme ilustrado pela Mapa 2, onde é possível ver os polígonos que representam as principais colônias criadas ao longo do primeiro trecho da EFBB.

**Mapa 2: Fragmento da "Carta da zona da Estrada de Ferro de Bragança e da Consolidação do Estado".**



Fonte: Adaptado de Égler (1961, p. 81).

Esta colonização oportunizada pelo governo e por agentes privados tinha por objetivo garantir a produção e o abastecimento de gêneros alimentícios (produção agrícola), sobretudo para abastecer o mercado da capital e contribuir com empreendimentos extrativos, em especial aqueles voltados à seringa. Este processo está ligado diretamente ao desenvolvimento histórico de exploração econômica regional, principalmente no contexto da expansão da economia da borracha, entre 1840 e 1910, a partir dos avanços técnicos e industriais, como o processo de vulcanização (WEINSTEIN, 1993).

<sup>37</sup> Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara e Santa Isabel do Pará.

Esta expansão também era fomentada por campanhas de propaganda no exterior. As publicações *Revue du Monde Latin* e o *L'Eco del Pará* tratavam de colocar o Pará e a Amazônia como oportunidades para negócios promissores no cenário mundial<sup>38</sup>, seja pela disponibilidade de terras, pela borracha, pelo cacau ou por outros produtos que pudessem ser descobertos. Nesta mesma lógica, anos antes da empresa Pirelli S/A ingressar no estado do Pará, com a aquisição das terras que formariam a fazenda, o pesquisador italiano Ermanno Stradelli já havia tentado convencer Giovanni Battista Pirelli a criar um empreendimento ítalo-brasileiro de borracha (CAPPELLI, 2012; GUGLIOTTA, 2008).

Porém, a negociação com a empresa Pirelli parece não ter avançado, pois, nesse período do início dos anos 1900, há uma série de flutuações nos preços da borracha no mercado internacional e as especulações a respeito das plantações de seringueiras na Ásia levaram João Antônio Luis Coelho, então governador do estado do Pará, a contratar um pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi para fazer uma incursão a Ásia e verificar as plantações de seringa naquela região. Em seu relatório, Huber (1912) constatou a condição superior da produção asiática, parte pela adaptação da *Hevea brasiliensis*, parte por condições técnicas e operacionais.

A força econômica da região modificou-se após a conclusão da EFBB na década de 1910, mesmo tendo seus primeiros anos deficitários e sendo repassada à administração nacional. A existência desta nova rota de escoamento de produtos intensificou os processos de supressão da vegetação seja para a produção de carvão, seja para ampliar as áreas de moradia e roçados.

As transformações regionais podem ser vislumbradas ainda a partir dos três formatos de deslocamento/escoamento da produção, que acabam por estabelecer certos eixos, ligando-se economicamente a regiões distintas, quer seja na produção, quer seja na venda. Égler (1961) descreve estas peculiaridades apontando que os deslocamentos fluvial, ferroviário e rodoviário tinham, cada qual, seu porto/mercado de influência:

o tradicional mercado do Ver-o-Pêso, localizado na beira do cais, está relacionado diretamente com a navegação fluvial dos pequenos veleiros que afluem das ilhas e áreas ribeirinhas. No largo de São Brás, junto à estação da estrada de ferro, o mercado do mesmo nome

---

<sup>38</sup> “Em Paris, o Dr. Frederico José de Santana Nery, diretor da *Revue du Monde Latin*, desenvolvia intensa propaganda no sentido da emigração para o Brasil” (ÉGLER, 1961, p. 78). Um outro exemplo também pode ser encontrado no fragmento do jornal editado em 1898, “*L'Eco del Pará*” (Anexo II).

representa o entreposto das mercadorias chegadas pela via férrea. É interessante observar que o movimento de transporte rodoviário criou o seu mercado próprio, localizado na praça Batista Campos (ÉGLER, 1961, p. 87).

O desenvolvimento das estradas de rodagem, em especial a Rodovia Belém – Brasília (BR-010), redefiniram algumas estratégias econômicas da Região Metropolitana, reduzindo ano a ano a importância da EFBB, como será tratado a seguir.

### **2.3 Consolidação da RMB/Rodovia Belém – Brasília (BR-010)**

Segundo Hurtienne (1999), apesar de pensada para os imigrantes europeus, a expansão da fronteira, que atualmente configura a RMB, não tardou a refletir processos de colonização, em sua maioria, orientados por fomentos estatais que possibilitaram a chegada de colonos nordestinos, a partir de campanhas organizadas para suprir a falta de mão de obra no mercado da borracha. As ocupações regionais nos anos de 1930 eram compostas por lotes de 25 hectares, distribuídos durante o Governo Vargas, por Magalhães Barata (NUNES, 2009, 2012). Este processo contribuiu para a consolidação de um “campesinato agrícola”, com e sem títulos de propriedade.

Ainda segundo Hurtienne (1999, p. 76), “nos anos 40 e 50, antes da construção, da Rodovia Belém – Brasília, esse processo de colonização se estendeu a região da Guajarina no nordeste Paraense (Capitão Poço e Irituia)”. Ou seja, a porção ocidental da região Bragantina, compreendida pela continuidade territorial entre Belém e Castanhal, poderia ser subdividida em duas porções distintas, em consideração à expansão urbana de Belém. A primeira parte desta divisão seria de Belém a Ananindeua, composta por loteamentos, granjas, retiros, pimentais; e a outra porção seria de Marituba a Castanhal, predominantemente agrícola, voltada principalmente para a produção de pimenta-do-reino<sup>39</sup> (PENTEADO, 1967).

A pimenta-do-reino, introduzida por colonos japoneses, era um negócio muito

---

<sup>39</sup> “A introdução da cultura da pimenta-do-reino no Brasil ocorreu por volta do século XVII. Contudo, foi somente em 1933, com o advento da variedade Cingapura, trazida pelos imigrantes japoneses e submetida a testes de comportamento produtivo no município de Tomé-Açu, no Estado do Pará. Que a pipericultura teve real, incremento no Brasil” (FLOHRSCHÜTZ; HOMMA; KITAMURA; et al 1983, p.11).



lucrativo para os proprietários que, residindo em Belém, dispusessem de terrenos nesta porção ocidental. Assim a cultura da pimenta-do-reino na região Bragantina, de acordo com Penteado (1967), localizava-se em Belém, Ananindeua<sup>40</sup>, Castanhal e, principalmente, em Santa Isabel. Elgler (1961) afirma que os plantios de pimenta foram mais praticados por investidores com posses para implementar os constantes processos de adubagem, ao passo que os pequenos produtores voltaram-se para a produção do carvão.

É neste território do futuro município de Marituba que, na década de 1950, foi instalada uma das maiores plantações de pimenta-do-reino. A Fazenda Oriboca, nome oficial da Fazenda Pirelli, exprimiu a força econômica da pimenta à época. Segundo Penteado (1967):

A fazenda Oriboca é o maior empreendimento, no gênero, que a Bragantina conhece. Situada em terras do município de Ananindeua vizinho a Belém, a referida propriedade ocupa uma área grosseiramente retangular, limitada, ao sul pelo rio Guamá, a leste pelos rios Tacaiunas e Tajassui; e a oeste pelo igarapé Oribocinha, e a norte, por uma linha de demarcação artificial de traçado bastante irregular [...] (PENTEADO, 1967, p. 328).

Cultivar a pimenta-do-reino na fazenda Oriboca foi uma decisão da empresa Pirelli S.A, já detentora da administração da fazenda. A plantação teve por finalidade cobrir as despesas, enquanto se aguardava o pleno desenvolvimento de seu seringal plantado.

É importante apontar uma motivação chave no desenvolvimento de seringueiras plantadas no Brasil. Há anos, diferentes pesquisas já eram realizadas sobre o tema, especialmente face aos seringais plantados na Ásia. Porém, somente no início da década de 1950, o governo brasileiro, diante do aumento da demanda interna, vendo-se na condição de importador de borracha, tomou medidas mais rígidas em relação aos cinco fabricantes de pneus no país<sup>41</sup>:

O Governo, pressionado pelo Congresso, imprensa e opinião pública, instou as companhias a organizarem uma empresa para promover o estabelecimento de seringais na Amazônia. Mas o hiato surgido entre a vontade do Governo e o desinteresse das empresas, fez com que um decreto fosse baixado, obrigando-as a investir 20 % dos lucros no plantio de seringueiras, sob pena de verem suspensas suas cotas de importação de borracha. Um acordo foi então negociado entre o

---

<sup>40</sup> Englobava terras do atual município de Marituba. Na década de 1960, o município era uma vila operária formada a partir da construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança.

<sup>41</sup> Segundo Silva (1996), das cinco empresas, quatro eram estrangeiras (*Firestone*, *Goodyear*, *Pirelli*, *Dunlop General*) e uma era nacional (Pneus Brasil).

Governo e as empresas, que assumiram o compromisso de plantar, cada uma, 1.200 ha de Hevea (SILVA, 1996, p. 151-152).

É possível que a Pirelli S/A tenha recebido investimentos de programas do governo à época. Conforme encontra-se documentado no trabalho de Torres (2012), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu na década de 1960 (talvez antes) chamados para investimentos na Amazônia, dentre os quais o autor destacou o plantio de pimenta no seguinte trecho:

O segundo tipo – lavoura intensiva – já é praticada com entusiasmo em grande parte do território, do que é exemplo frisante a cultura da pimenta-do-reino, onde a aplicação da tecnologia vai desde o emprego da ciência agrônômica até a mecanização. [...] Compete, especialmente, ao homem das zonas desenvolvidas do País, utilizar os fatores fiscais que a política econômica do governo federal lhe proporciona, e investir na Amazônia, introduzir novas técnicas para melhor aproveitar o seu potencial de riqueza (SUDAM-Banco da Amazônia, 1968?. p. 163 e 166 *apud* por TORRES, 2012, p. 76).

Figura 2: Publicação sobre o avanço do plantio de seringueiras.

CULTIVO RACIONAL DE BORRACHA NO NORTE DO BRASIL

## Inicia a Pirelli Moderna Plantação de Seringueiras

Area de 1.200 hectares a cerca de 20 quilômetros de Belem — Exploração metódica para suprir o consumo Fazenda Oriboca — Aproveitamento do gentio — Comunidade agrícola-industrial

A Pirelli S.A., Companhia Industrial Brasileira, vem empreendendo há pouco mais de um ano o cultivo de seringueiras no norte do Brasil, como meio prático e economicamente satisfatório para suas finanças.

Numa área de 1.200 hectares, distante perto de 20 quilômetros de Belem, capital do Estado do Pará adquirida para esse fim, a Pirelli, cuja matéria-prima básica é justamente a borracha, procura incrementar e desenvolver moderna plantação de seringueiras, para o abastecimento de suas fábricas. O novo sistema de aproveitamento direto da hevea amazônica contribuirá, por certo, para a emancipação do Brasil no tocante à importação de borracha natural.

**EXPORTAÇÃO E CONSUMO**  
A simples e descoberta exploração dos seringueiros do serto, por processos rudimentares e que concorrem para a acelerada desflorestação das plantações, não mais conseguem suprir o mercado interno sendo até necessária a importação de borracha da Indonésia — paga regularmente em dólares — para o abastecimento das empresas nacionais especializadas no fabrico de pneumáticos e câmaras de ar.

**FAZENDA ORIBOCA**  
O campo de cultivo racional, selecionado e científico da borracha, que recebeu o nome de Pa-

renda Oriboca, abrangendo uma área superior a mil hectares de mata virgem, nos arredores de Belem, será em pouco tempo transformada em fonte de produção indispensável para a redução da crescente escassez de goma elástica.

As plantas, cultivadas e enaxeradas em viveiros adequados, já estão sendo transplantadas para o campo definitivo, após as derubadas, queimadas e preparação do terreno.

**APROVEITAMENTO DO GENTIO**  
Grande é o número de homens e mulheres empregados no cultivo de seringueiras, proporcionando a ocupação do próprio gentio parense, que mais tarde poderá ser útil ao aproveitamento metódico dos seringueiros nativos, sem os prejuízos causados pela exploração irregular e desordenada.

**ESTRADA E CONSTRUÇÕES**  
Uma estrada de 4 quilômetros de extensão foi construída em plena mata, com emprego de grandes tratores "Caterpillar". Situada a Fazenda Oriboca à rodovia de Belem, sendo atualmente possível o tráfego de veículos motorizados.

Para acomodação da diretoria, escritório de administração, oficina mecânica, garagem e casa de máquinas para produção de energia elétrica, foram construídas

moradias pré-fabricadas, cantina e galpões para as operações rurais ao longo da estrada, formando, em campo anteriormente selvagem, uma pequena e próspera comunidade agrícola-industrial.

Assim, uma indústria brasileira, demonstra e positiva a indispensável conexão entre a minifundação e agricultura, no sentido do melhor aproveitamento de riquezas naturais em nossas próprias fábricas, ao invés de exportarmos matérias-primas e importarmos produtos manufaturados.

ACIMA DE PARTIDOS E INDEPENDENTE DE GRUPOS

Correio Paulistano  
NO MUNDO DA ECONOMIA

Ano 102 | S. Paulo domingo, 24 de junho de 1956 | Primeiro Centenário

Fonte: Correio Paulistano, 24/jun/1956, p. 07.

Do mesmo modo, as plantações de seringa foram incentivadas a partir de 1950, pelo Governo Federal, visando suprir a demanda industrial crescente pela matéria-prima da borracha. Tais incentivos no ramo da borracha estariam a cargo do Plano de Valorização Econômica da Borracha e que, depois, seria objeto dos cuidados

da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)<sup>42</sup>. Com estes suportes, a Pirelli S/A, entre outras empresas, instalou-se no Brasil, a partir de 1920, no contexto de ampliação do mercado mundial de pneumáticos, que era liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) desde o início do século XX – a demanda dessas empresas era plantar suas próprias seringueiras para reduzir sua vulnerabilidade face às flutuações do mercado da borracha.

O empreendimento da Pirelli S/A esteve sujeito às flutuações dos mercados nacionais e internacionais à época, porém atraiu a produção regional da borracha, que era obtida por moradores da região, explorando árvores de seringa nativas. Relatos de moradores da região indicam que a empresa Pirelli comprava seringa de quem pudesse fornecer o produto, para além de sua produção, o que demonstrou a alta demanda do mercado. A partir de 1950, o Brasil passa por um período de *déficit* da borracha (1996).

Percebe-se que este era um grande empreendimento multinacional, o qual combinava tecnologias avançadas na manufatura do látex e, ao mesmo tempo, estruturava-se com a extração de seringa aos moldes tradicionais, que incluíam práticas como o aviamento. A empresa conseguia garantir sucesso em sua balança comercial também pela existência de grande contingente populacional na área onde a fazenda foi instalada.

Relatos de moradores confirmam a grande quantidade de pessoas residindo nas cercanias. H.P.D. de 83 anos, estava com cerca de vinte anos quando a empresa se instalou na região. Ela lembra do tempo anterior à Pirelli: “Naquela época<sup>43</sup>, isso aqui era cheio de casa, muita gente morava aqui, no Oriboca tinha um comércio muito grande do Doutor [...] paresque<sup>44</sup> Guilherme, uma coisa assim. Aí eu trabalhava lá com eles na cozinha, eu passei uma temporada”<sup>45</sup>.

Seu filho, R.C.D. de 56 anos, também morador da Comunidade Ponta Negra, referindo-se ao seu tempo de infância, reitera a grande quantidade de famílias residentes na região entre os anos de 1960 e 1970. Quando perguntado sobre a quantidade de pessoas/famílias que moravam nas margens do Guamá, ele evidencia

---

<sup>42</sup> A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953 por Getúlio Vargas.

<sup>43</sup> A época referida por ela está situada em um período entre os anos de 1950 e 1960.

<sup>44</sup> Expressão comum no interior do Pará que une “parece que” em uma só palavra.

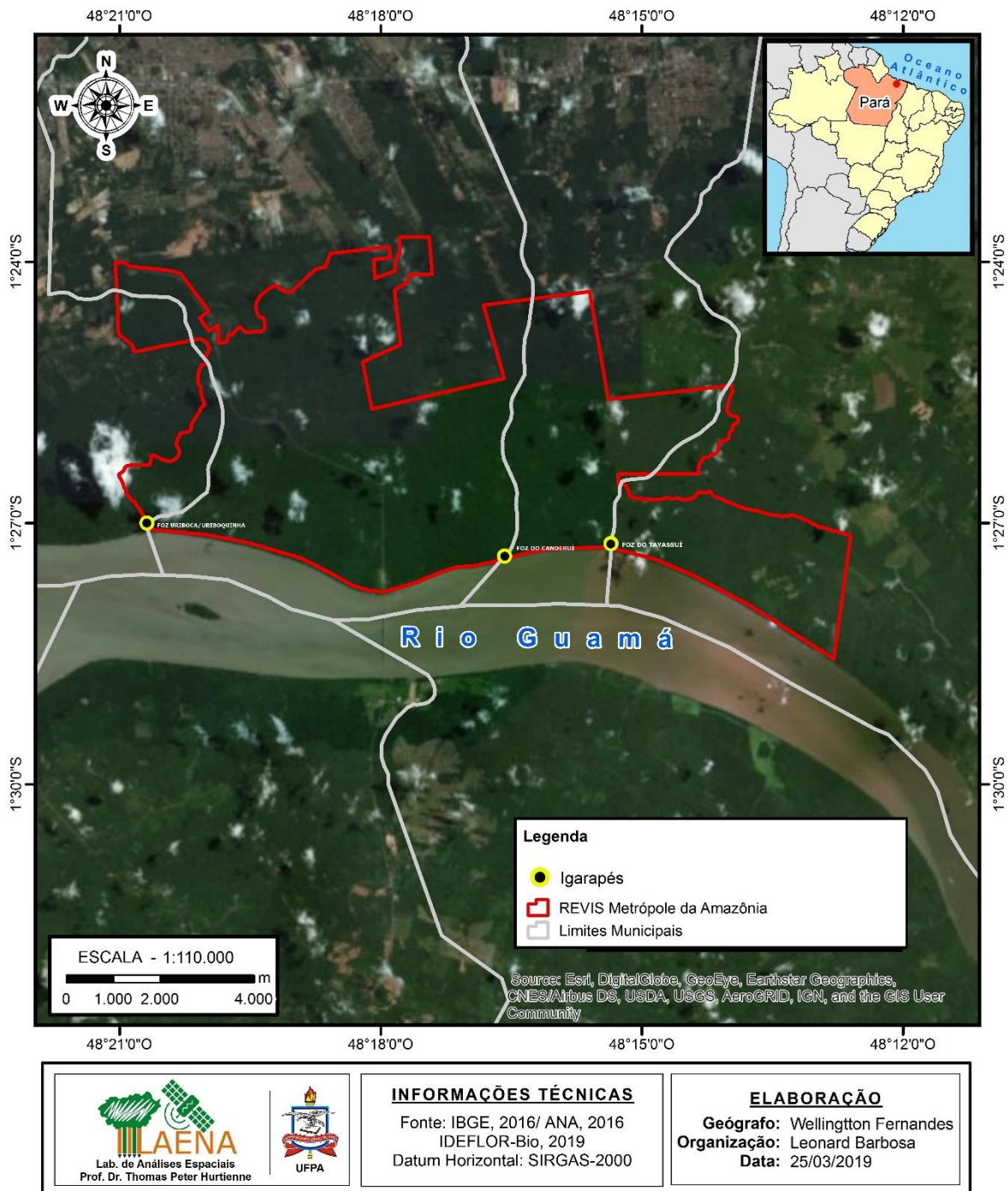
<sup>45</sup> Entrevista RVS\_CPN\_006, Comunidade Ponta Negra, 11 de dezembro de 2018.

que a ocupação se estendia entre os igarapés Taiassuí e Uriboca, em uma distância de cerca de 10km:

Olha jogador, acho que naquela época tinha mais de quarenta família. [...] Cheio de casa, era, desde lá da boca do Uriboca [...] é beirando o rio, fora os que morava dentro do Uriboca mesmo. Dá mais... dava mais de vinte família só aqui na beirada (Entrevista RVS\_CPN\_005, Comunidade Ponta Negra, 11 de dezembro de 2018).

O Mapa 3 demonstra os pontos extremos onde havia presença de famílias residentes, segundo o relato de R.C.D. (2018), entre as décadas de 1960 e 1970. Nesta época ainda não havia a Rodovia Alça Viária (PA- 483), que atualmente corta a Unidade, e todo o deslocamento era feito pelo rio e pelos igarapés, por isso os mesmos são a principal referência utilizada pelos moradores para se localizar.

Mapa 3: Igarapés onde localizavam-se os habitantes.



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurienne (LAENA), 2019.

É possível inferir que mesmo em um contexto aparentemente favorável, a empresa Pirelli S/A não esteve imune às flutuações dos mercados nacionais e internacionais da época, em que buscava minimizar esses efeitos a partir da criação de estratégias que garantissem reinvestimentos constantes de capitais. Como exemplo destas estratégias, a empresa empregou campanhas de *marketing*, visando

garantir fluxos constantes de investimentos para a fazenda. Dentre as campanhas, encontra-se a utilização de publicações em revista própria (*Rivista Pirelli*), hoje considerada como referência no cenário mundial de publicidade e propaganda.

A Figura 03, a seguir, traz uma sequência da revista de número 4, ano de 1963. “*La gomma comincia qui*” é o título de uma longa reportagem escrita e composta com imagens de um expoente da fotografia mundial (Fulvio Roiter), durante sua visita à Fazenda Pirelli, no ano de 1963. O trecho destacado<sup>46</sup> (Figura 03) evidencia a construção de uma narrativa em forma de epopeia, para enaltecer a façanha da empresa em seu trabalho de “dominar a natureza selvagem” para a produção da borracha em larga escala, tentando convencer que levava cultura e desenvolvimento a uma região considerada atrasada.

---

<sup>46</sup> O fragmento apresentado diz o seguinte: “A estrada de borracha, que, durante décadas, passou-se através das Índias Orientais Holandesas e o Malaca, voltou para o país onde os pioneiros encontraram na floresta virgem a seringueira. Vastas plantações estão surgindo no Brasil e desenvolvimentos promissores. Fulvio Roiter visitou a plantação Oriboca e Pirelli onde obteve estas fotos. Os viveiros que desenham uma composição de painéis verdes na vasta terra de Oriboca, no estado do Pará, no norte do Brasil, não muito longe do delta do Amazonas, são as primeiras indicações claras da transformação do “mato” em uma plantação de borracha racional. Quando em 1956 técnicos da Pirelli compraram estes dez mil hectares de terra, cerca de vinte quilômetros de Belém, poderiam saber os limites apenas a bordo de uma aeronave de turismo: voou para cima, pendeu algumas centenas de metros distinguidos sob ele um rio sinuoso e, de lá para cá, o olho do manto verde escuro suave de floresta. Hoje, depois de sete anos, as equipes das mulheres trabalham diariamente nos viveiros, enquanto os homens continuam a dura luta contra a selva” (*RIVISTA PIRELLI*, 1963, p. 84, tradução própria).

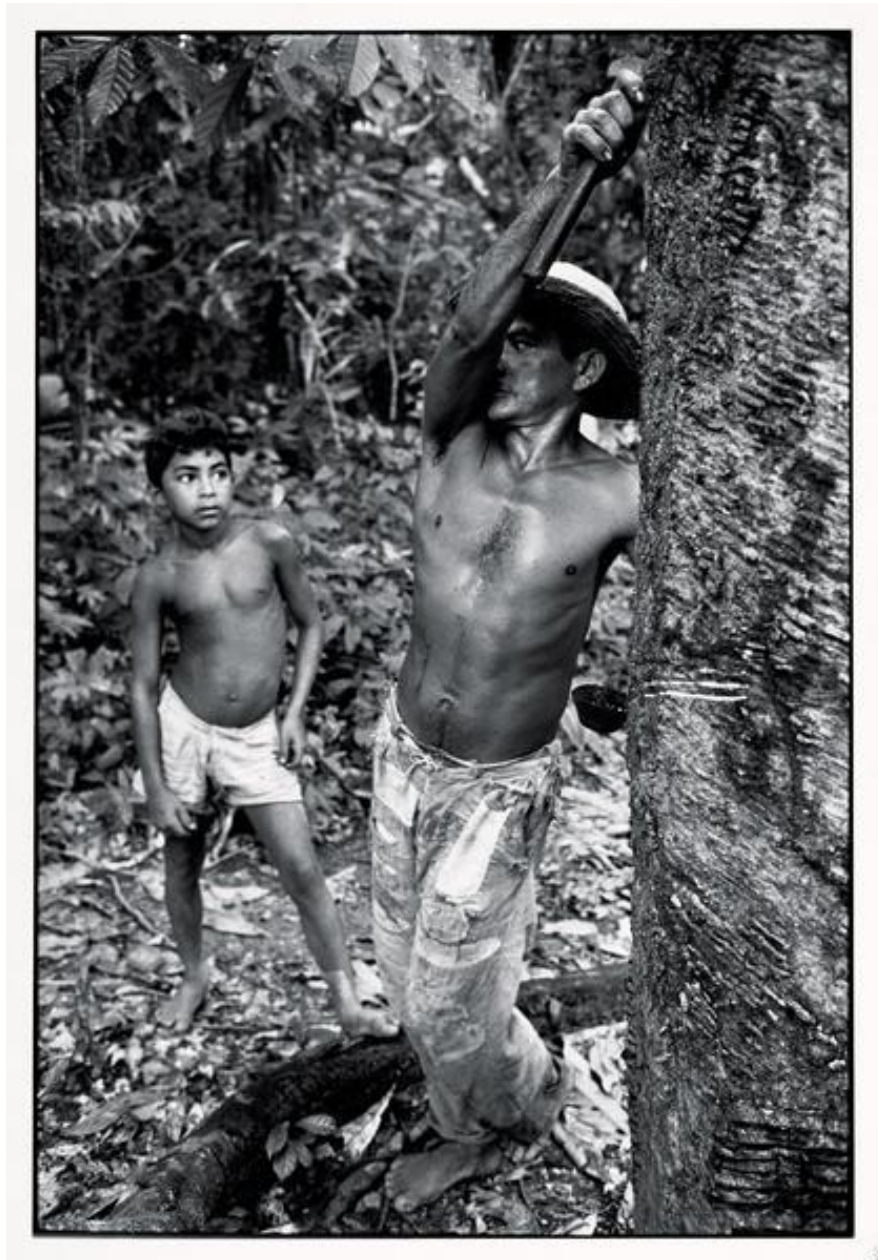
Figura 3: Reprodução da *Rivista Pirelli*: cultivo das mudas de seringueira.



Fonte: *Rivista Pirelli*, Ano 1963, nº. 4, p. 83-84.

A Figura 4, outra fotografia de Fulvio Roiter, apresenta um seringueiro no ato de preparação da árvore para extração do látex.

Figura 4: Seringueiro no Oriboca.



Fonte: Site *Perfumo di donna*<sup>47</sup> (2014).

Este tipo de situação é comum até os dias atuais, em que, as diferentes populações locais acabaram por ser “recrutadas” a trabalhar para a empresa, uma vez que as áreas que esta população ocupava anteriormente agora estariam sob regulação de um ente privado. Torres (2012) descreve esse fato como um processo de legitimação pelo aniquilamento, seja psicológico, cultural ou físico:

O esvaziamento cultural, e mesmo humano, de indígenas, ribeirinhos, quilombolas legitimaria seu massacre e a tomada de suas terras. A

<sup>47</sup> Título original: “*Seringueiros intagliano l’Hevea brasiliensis per la produzione della gomma lungo il Rio Oriboca, Stato del Para*”.



exclusão se deu por dois caminhos distintos, igualmente violentos: de um lado, o processo de “assimilação” nas pequenas cidades; de outro, a tentativa de expropriá-los de suas terras por meio da violência física (TORRES, 2012, p. 73).

As operações envolvendo seringa na Fazenda Pirelli duraram até a década de 1980, uma vez que após a Segunda Guerra Mundial aumentaram as dificuldades financeiras da empresa e se ampliaram os cultivos de seringa no sudeste do Brasil. Deste modo, a Fazenda passou a se chamar “Guamá Agroindustrial”, após passar por uma troca de acionistas, e se voltou à produção agropecuária (IDEFLOR-BIO, 2018a). Segundo o depoimento de um ex-engenheiro da empresa Pirelli S/A, as dívidas ocasionaram a venda da anterior Fazenda Guamá Agroindustrial para a Pirelli nacional<sup>48</sup>, levando-a a se tornar a Fazenda Guamá Agropecuária (INSTITUTO AVALIAÇÃO, 2017a).

A reconstrução histórica das paisagens locais não é tarefa simples, entretanto, parece haver condições de afirmar a existência de três momentos<sup>49</sup> onde a fisionomia ambiental das áreas de margem do rio Guamá mudou completamente. Um primeiro momento, com a plantação de cana; um segundo momento, associado à extração intensiva de madeiras (tanto as nobres e as menos valiosas para alimentar navios à vapor e outras demandas crescentes); e, finalmente, um terceiro momento, em que se tem o ápice do comércio do palmito, como pode ser percebido na narrativa de uma antiga moradora da região:

Quando terminou a venda aí do palmito, ficou a terra limpa. Aí tu sabe o que meu velho fez? Nós sempre tivemos canoa pequena né, ele atravessava pro outro lado, essa família ainda tão viva, e ia pedir caroço de açaí, pra nós plantar denovo. Então de lá da Rosa até a baixa da Alça Viária tudo era planta, tudo era planta nossa, tudo, nós enchemo a terra de novo, porque eles tiraram, cortaram os filhos, não viveu, não sobrou nada (RVS\_CPN\_006, Comunidade Ponta Negra, 11 de dezembro de 2018).

Entre as décadas de 1970 e 1990, houve uma intensificação na extração do palmito da palmeira do açaí. Feito a partir da técnica depredatória<sup>50</sup>, quando feito em larga escala, de corte raso das árvores. Como vemos no relato de H.P.D em 2018, os “palmiteiros”, como eram chamados, se apropriavam das beiradas dos rios e igarapés

<sup>48</sup> Empresa sediada em São Paulo.

<sup>49</sup> Pode-se dizer que esses momentos, apesar de marcados, não são estanques, flutuando entre os anos de 1700 e 1900. Apenas o terceiro momento que aparece deslocado entre as décadas de 1970 e 1990.

<sup>50</sup> Destruição, devassamento.

agindo como uma “nuvem de gafanhotos”, devastando amplas áreas e abandonando o lugar<sup>51</sup>.

Este período de transição foi marcado pelo declínio acentuado do poder econômico do grupo de acionistas que, então, administrava a Fazenda. Há a demissão massiva de funcionários e ocorrem ameaças de ocupação da área por parte de populares e do movimento dos sem-terra, em meados dos anos 1990. É neste momento que, entre os anos de 1997 e 1998, o governo do estado do Pará iniciou o processo para tomar posse da área, que levou à criação da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, como será tratado na seção 3.

---

<sup>51</sup> Esta prática começou a ser combatida, em função de suas consequências ambientais às áreas de várzea. Outro fator que incidiu nesta modificação, deveu-se em função do aumento do preço do fruto do açaí, que antes servia apenas ao consumo diário das populações locais, transformando-se, a partir dos anos 2000, numa das grandes *commodities* de exportação da Amazônia paraense. Segundo o Dicionário digital Houssais (2001), *commodity* é “qualquer bem em estado bruto, ger. de origem agropecuária ou de extração mineral ou vegetal, produzido em larga escala mundial e com características físicas homogêneas, seja qual for a sua origem, ger. destinado ao comércio externo”.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DA UC REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA**

Em 2010 foi criada a Unidade de Conservação de Proteção Integral, da categoria Refúgio de Vida Silvestre, com o nome MetrÓpole da Amazônia. Sua área possui 6.367,27 hectares, distribuídos nos Municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Isabel do Pará. O Decreto Estadual nº 2.211/2010, que instituiu o Refúgio, apresenta como objetivo da UC “proteger os ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna residente ou migratória” (PARÁ, 2010b). Configura-se em ambiente natural remanescente de Floresta Amazônica, às margens do rio Guamá - Sub-Região Hidrográfica Guamá-Mojú (IDEFLOR-BIO, 2018a), possui ainda peculiaridades históricas (ALMEIDA, 2013; CASTRO, 2016).

O Refúgio de Vida Silvestre MetrÓpole da Amazônia (REVISMA) é uma UC em contexto urbano, que se localiza na Região Metropolitana de Belém (RMB), a qual possui cerca de 2,4 milhões de habitantes, espalhados em sete municípios<sup>52</sup> (PNUD; IPEA; FJP, 2014). Trata-se de um perfil territorial com acentuada taxa de urbanização, alcançando 97,62% em 2010 (IPEA, 2015; IPEA, 2016). A região é entrecortada por cursos d’água, além de áreas de terra firme, às margens do rio Guamá e da baía do Guajará.

O acesso ao Refúgio pode ser feito por sua portaria de entrada oficial, localizada no município de Marituba, ao final da “Estrada da Pirelli”, na altura do km 14 da rodovia BR-316, sentido Belém-Benevides. Dois portões de acesso restrito podem ser encontrados na rodovia PA-483 (Alça Viária do Pará), aproximadamente nos Km 6,5 e Km 9. Esta rodovia divide a UC e foi construída sem levar em consideração a necessidade de se garantir passagens de fauna, aterrando igarapés e impactando sítios arqueológicos (IDEFLOR-BIO, 2018a).

A referida estrada da Pirelli possui cerca de quatro quilômetros, da Rodovia BR 316 até a entrada do Refúgio. Ao final da estrada pode ser encontrado o ponto final de linhas de ônibus urbano<sup>53</sup> e uma estrutura de entrada que possui uma guarita e um telhado, conforme a Fotografia 4:

---

<sup>52</sup> Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara e Santa Isabel do Pará.

<sup>53</sup> Marituba-Estrada da Pirelli e Cidade Nova-Estrada da Pirelli.

**Fotografia 4: Entrada oficial do REVISMA.**



Fonte: Leonard J. Grala Barbosa (2019).

Praticamente não existem cercas físicas, apenas um pequeno segmento junto à portaria oficial e em trechos da Alça Viária, deste modo, há inúmeros pontos de acesso não oficiais, a partir de bairros vizinhos (IDEFLOR-BIO, 2018a). Além disso, há uma série de caminhos utilizados pelas comunidades extrativistas locais que manejam os recursos naturais dentro do REVISMA. Parte destes caminhos passou por processo de estudo para uso turístico (SÁ; PALHETA, 2015).

Para o ingresso na UC, há necessidade de autorização prévia do órgão gestor, IDEFLOR-Bio, pois seu Plano de Gestão ainda não foi implementado e a UC não está aberta para o público. As atividades permitidas em seu interior, apenas depois de autorizadas oficialmente, são a realização de atividades de lazer, turismo, pesquisa científica e educação/interpretação ambiental (Art. 1º do Decreto estadual nº 2.211/2010).

Conforme o IDEFLOR-Bio (2018a), o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia compõe uma área pressionada pelo avanço da urbanização, e pode ser compreendido como um corredor ecológico<sup>54</sup>, caracterizado pelo conjunto de áreas

---

<sup>54</sup> “Porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e

protegidas de toda a RMB (Parque Estadual do Utinga (PEUt), a Área de Preservação (APA) da RMB e APA do Combu, além disso, têm-se Territórios Quilombolas<sup>55</sup> e Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE)<sup>56</sup>. No Mapa 4, são apresentadas estas áreas que compõem o contexto de preservação regional onde está inserido o Refúgio.

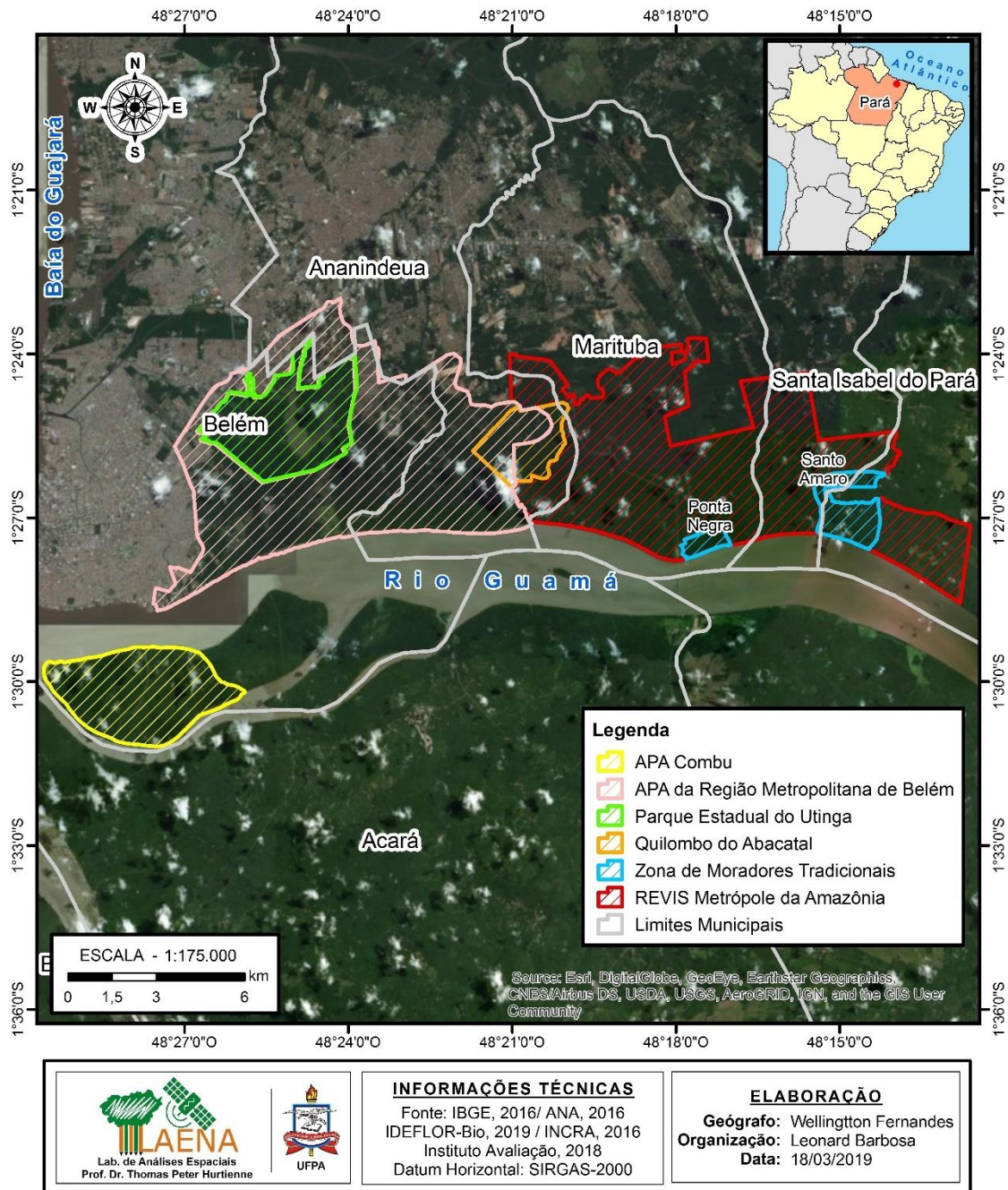
---

a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais” (BRASIL, 2011, p. 11, Inciso XIX do Art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

<sup>55</sup> Abacatal que é o mais próximo, do outro lado do Rio Guamá encontram-se os Territórios Quilombolas de Quinteira e Itacoazinho, Guajará Miri e Itacua Miri.

<sup>56</sup> Apenas na margem oposta do Rio Guamá, PAE Ilha Grande e PAE Ilha Murutucu.

Mapa 4: “Mosaico” de Áreas Protegidas da Região Metropolitana de Belém.



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurienne (LAENA), 2019.

Ainda no Mapa 4 é possível perceber que as áreas de preservação se concentram mais ao sul da BR-010, justamente áreas que margeiam o Rio Guamá e onde estão concentrados importantes corpos d'água, dentre os quais os lagos

Bolonha e Água Preta no Parque Estadual do Utinga que abastecem Belém, e os Igarapés do Aurá<sup>57</sup>, do Uriboca e do Taiassuí.

### 3.1 O Processo de Criação da Unidade de Conservação

O Plano de Gestão da Unidade (IDEFLOR-BIO, 2018a) define que a consolidação da atual área onde foi criada a Unidade de Conservação existe porque houve a presença de propriedades privadas que ofereceram uma barreira ao avanço do processo de urbanização com ocupações irregulares. Nesse conjunto de propriedades, a Fazenda Pirelli contribuiu com a maior parcela de terras.

As motivações que levaram à desapropriação da área da Pirelli S/A, sob o Decreto nº 2.112 de 1997 (PARÁ, 1997), contaram com interesses do governo do estado em criar uma UC a partir da constatação de pressões ambientais locais e da possibilidade de construção de um Parque Ecológico. O período entre a desapropriação da área (1997) até a criação da UC (2010) é marcado pelo avanço da pressão urbana. Neste período, a área foi utilizada pelo atual Batalhão de Polícia Ambiental (BPA)<sup>58</sup>, sendo inclusive conhecida como “Área Ambiental da Polícia Militar” (Figura 5), sendo que as antigas casas da fazenda Pirelli também foram ocupadas por policiais que passaram a residir no local.

**Figura 5: Publicação do estado que demonstra o uso da Fazenda Pirelli pelo BPA.**

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**AVISO DE LEILÃO**  
**LEILÃO 008/2008**  
 OBJETO: ALIENAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS  
 APREENDIDOS PELO IBAMA NA AREA AMBIENTAL DA POLICIA  
 MILITAR, LOCALIZADA NA ESTRADA DA PIRELLI, BAIRRO:  
 DECOUVILLE, NO MUNICIPIO DE MARITUBA/PARÁ  
 DATA DA ABERTURA: 29/09/2008  
 HORA: AS 10 HORAS  
 LOCAL: AREA AMBIENTAL DA POLICIA MILITAR, LOCALIZADA  
 NA ESTRADA DA PIRELLI, BAIRRO: DECOUVILLE, NO  
 MUNICIPIO DE MARITUBA/PARÁ

Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará, 12 de setembro de 2008 (PARÁ, 2008, p. 02).

<sup>57</sup> É importante mencionar que a captação de água que abastece os lagos Bolonha e Água Preta são feitas na foz do Igarapé do Aurá. Este igarapé sofre contaminação em função do Lixão do Aurá (IDEFLOR-BIO, 2018a).

<sup>58</sup> Antiga Companhia Independente de Polícia de Meio Ambiente (CIPOMA).

Encontrou-se disponível um relato<sup>59</sup> em uma comissão parlamentar de inquérito sobre o tráfico de animais silvestres em 2004, que demonstra tanto a ocupação da área de preservação pelos policiais quanto a intenção e os planos do governo do estado em utilizar a área para a criação de um parque Ecoturístico.

Entre os anos de 2008 e 2009, o governo do estado sinalizou a intenção de transformar parte da antiga Fazenda da Pirelli em um grande projeto de assentamento. Diferentes movimentos exerciam pressão sobre a área, que havia sido incorporada ao patrimônio do estado à época pelo então governador Almir Gabriel (Decreto 1.112/1997). De parte da sociedade civil, um dos expoentes na campanha contrária a este projeto foi André Nunes<sup>60</sup>, que manteve, em sua rede de *blogs* associados, uma intensa divulgação da situação que afetaria a área.

No ano de 2008, houve a convocação para a criação de um grupo de trabalho responsável pelos levantamentos iniciais para a efetivação da área como UC e parte como área de expansão urbana.

Em julho de 2009, foi criado o “Grupo de Trabalho e Estudos voltados à criação de Unidade de Conservação da área integrante da antiga “Fazenda Pirelli” (PARÁ, 2009b). Ainda neste ano, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA) convocou: “Toda a sociedade civil dos municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Isabel do Pará e do Estado do Pará [...] a fim de participar da Consulta Pública para a criação de um Refúgio de Vida Silvestre, localizado na área da antiga Fazenda Guamá (Pirelli)” (PARÁ, 2009c, s/p).

Com a visão no futuro socioeconômico, ambiental, científico e turístico do Pará, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) convoca, por meio de edital, toda a sociedade civil dos municípios de Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Isabel do Pará e de todo o Estado para comparecer dia 05 de novembro (quinta-feira) na consulta pública para aprovação da criação da Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, na categoria de manejo Refúgio de

---

<sup>59</sup> “Vou fazer um relato da trajetória da companhia hoje. O batalhão CIPOMA foi criado em 4 de abril de 1994, na Portaria nº 023, do gabinete do comando. Batalhão Ambiental, Decreto nº 4.749, de 2 de agosto de 2001 [...]. As principais atividades desenvolvidas: policiamento nas unidades de conservação. O parque ambiental onde o Batalhão está sediado, em Belém, possui uma área de 1.240 hectares. A APA, também na grande Belém, compreende do centro até o Município Santa Isabel, que dá um total de 6.840 hectares. O Parque Amazônia, antiga Fazenda Pirelli, projeto que se iniciou no Governo do Dr. Almir Gabriel, e houve continuidade no Governo do Dr. Jatene, está sendo preparado em 4 etapas, com área de 7.240 hectares. Será o maior parque temático do mundo. Esse projeto vai até 2025. São 4 etapas. Já está na primeira etapa desse projeto” (BRASIL, 2004, p. 14).

<sup>60</sup> Falecido poeta ambientalista que possuía um restaurante rural na estrada do Uriboca Velha, próximo à área da Pirelli.



Vida Silvestre, na área da antiga Fazenda Guamá (Pirelli), no município de Marituba, Região Metropolitana de Belém, na sede do Instituto de Ensino de Segurança Pública (IESP), na BR 316, km 13. A proposta da Sema é para preservação do ecossistema com sua biodiversidade e envolve pesquisa científica e ecoturismo com infraestrutura. [...] Do total da área destinada à UC Refúgio de Vida Silvestre, 918ha serão utilizados na construção de conjunto habitacional – Residencial Rio Guamá – pela Companhia de Habitação do Pará (COHAB) e o Aquário; 437 ha serão destinados para as obras de autointervenção de infraestrutura para as áreas administrativa, de ecoturismo, do parque zoológico, estudos, pesquisa científica, educação ambiental, exposições e recreação. Chamada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), [atual SEMAS] para a audiência informando a existência do conjunto habitacional (PARÁ, 2009c, s/p.).

As pressões dos movimentos sociais fizeram com que o assunto ganhasse algum espaço na mídia impressa, conforme pode ser visto na Figura 6, porém, a “disputa virtual” se deu por páginas pessoais de pessoas da sociedade civil, ainda que alguns tenham vínculos políticos notórios, ou mesmo sendo políticos. Um dos personagens envolvidos nesta disputa possui nome ligado à família tradicional da política, ele próprio estando à frente de órgãos de fomento do governo, e o pai sendo governador em um período prévio à instalação da Pirelli S/A.

**Figura 6: Divulgação sobre a criação do Conjunto Habitacional.**

## Antiga fazenda Pirelli vai se transformar em um grande conjunto habitacional

A Fazenda Guamá, popularmente conhecida como fazenda Pirelli, vai ser fatiada para se transformar em um conjunto habitacional que será construído pela Companhia de Habitação do Pará (Cohab).

A área total abrange 7.307,72 hectares e perímetro de 54.154,96 metros, inteiramente demarcada com intervenções antrópicas baixa, moderada e alta em 1.367,00 hectares contínuos e mais 60,00 hectares da Alça Viária.

Ocupa 6,3% das terras dos municípios de Ananindeua, Beneditos, Marituba e Santa Isabel do Pará, e comporta 42% do setor continental do município de Belém, de onde dista aproximadamente 18 Km, com acesso terrestre pelo Km 14 da BR 316 (Marituba), daí segue por uma distância de 04 km pela estrada



Área privilegiada em plena Alça Viária, a propriedade deve se tornar um grande favelão

da Pirelli.

Deste total, 918,65 hectares serão desmembrados para a intervenção habitacional do loteamento “Residencial Rio Guamá”, de responsabilidade da Cohab. A unidade de conservação terá uma área de 6.329,91 hectares, equivalente a cinco parques estaduais do Utinga ou 396 Bosques Rodrigues Alves. Análises em imagem de satélite e trabalhos de campo demonstraram intervenções antrópicas baixa, moderada e alta em aproximadamente 700 hectares contínuos e mais 42 hectares da Alça Viária dentro do Refúgio. A área antropizada será objeto de recuperação e estima-se que 437 hectares serão destinados para infraestrutura com fins administrativos, eco turísticos, estudos, pesquisas, educação ambiental, exposições e recreação, distribuídos em 621,67 ha na zona de alta

intervenção, assim como 5.666,24 hectares (04,7 Parques do Utinga ou 354 Bosques Rodrigues Alves) serão destinados para a preservação total da biodiversidade e dos ecossistemas.

Todas essas informações são trechos do documento oficial de estudo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) sobre o projeto do “Refúgio Silvestre”, quando se trata da sua localização. O “estudo” tem apenas seis páginas. Qualquer memorando de órgão público é maior e mais detalhado que isso, o que leva a crer que este documento não informa o que realmente importa.

Mera lição de geografia, sem apresentar qualquer tipo de informação ou justificativa relevante para se fatiar quase 1.000 hectares para a instalação de um favelão habitacional, como se fosse coisa de menos importância.

Fonte: Jornal “Tribuna do Pará”, 14 a 20 de novembro de 2009, p. 10.

As principais trocas de mensagens e publicações que foram intituladas “Batalha da Pirelli” e divulgadas em “capítulos” pela rede de *blogs* de ativistas ambientais, que apontaram diferentes considerações sobre o processo de criação da Unidade de Conservação e a destinação de parte da área a empreendimentos

imobiliários junto à Companhia de Habitação (COHAB). Segundo o autor do *blog* do C. J. K.<sup>61</sup>, a audiência pública para criação de UC e deliberação sobre projetos, apesar de obrigatória e de suma importância, teria sido convocada de maneira súbita, com pouca divulgação. Na data marcada, o mesmo descreveu o evento da seguinte maneira:

As comunidades e os cidadãos consultados na audiência pública do “Refúgio Silvestre” da Marituba, antiga Fazenda Pirelli, foram unânimes em rejeitar o projeto do governo. Fundamental para isso foi a intervenção de um velho comunista, que ao se manifestar logo no início dos debates conseguiu virar o barco e direcionar a discussão. [...] As comunidades de Marituba, Ananindeua e Benevides, que seriam as “beneficiadas”, disseram, por seus representantes, que não querem saber deste projeto de habitação. Os moradores do quilombo do Abacatal, vizinhos históricos do novo parque manifestaram-se também de forma categórica, totalmente opostos a infeliz ideia. Secretário do Meio Ambiente e o secretário de Assuntos Estratégicos do governo, sentindo a maré contrária, puxaram o time logo cedo. Os representantes do Museu Emilio Goeldi também não disseram coisa com coisa, entraram em contradição. Todos os vereadores presentes rejeitaram a proposta. Rejeição por unanimidade dos presentes, e se aprovou que a Unidade de conservação é **indivisível**, desaprovando o desmembramento da área para a realização de um projeto de habitação (TIPO ASSIM FOLHETIM, 2009b, s/p., grifos no original).

Por seu turno, sobre a audiência da qual participara, André escreveu o seu relato demonstrando o sucesso relativo quanto a repelir o projeto habitacional que estava sendo gestado para a área da Fazenda Pirelli.

Hoje (ontem), 5 de dezembro do ano da graça de nosso senhor Jesus Cristo, a SEMA, Secretaria Estadual do Meio Ambiente realizou a consulta pública sobre o projeto de construção de **15.000 casas** nos terrenos da antiga Fazenda Pirelli, área de preservação ambiental. Tudo certo como dois e dois são cinco. O circo foi armado. Convocação de afogadilho. Publicação no Diário Oficial na sexta-feira dia 30.10, sabendo, de antemão que segunda era feriado. A SEMMA de Marituba desdobrou-se para convidar algumas entidades e lideranças comunitárias dos quatro municípios afetados: Ananindeua, Benevides e Santa Izabel. Além de Marituba, é claro. A reunião foi no auditório do IESP – Instituto de Segurança Pública do Pará. Início às 9 horas, com previsão de entrar pela tarde, e com direito a alentado “coffe brake”. Os trabalhos começaram atrasados de uma hora, com a presença do Secretário de Estado de Projetos Estratégicos, Dr. Marcílio, Dr. Aníbal Picanço da SEMA, do Prefeito de Marituba, Bertoldo Couto, Dr. Pedro Lisboa do Museu Emílio Goeldi, o promotor

---

<sup>61</sup> Cabe ressaltar que este blog não possui livre acesso, apenas leitores convidados podem acessar seu conteúdo diretamente. Muitas publicações deste autor ficam conhecidas por sua rede de blogs parceiros que, uma vez tendo acesso, recebem autorização do mesmo para replicar seu conteúdo, o link do *blog* é [blogdocjk.blogspot.com](http://blogdocjk.blogspot.com).

público de Marituba, vereadores, líderes comunitários e vários secretários municipais. Casa cheia. Muita gente em pé. Cinco horas de explanação e debates. A consulta pública foi um sucesso total. Cumpriu sua finalidade. Formal, legal e democrática. Foi rejeitada por unanimidade! E agora José? (TIPO ASSIM FOLHETIM, 2009a, s/p., grifos no original).

Essa batalha sofre um revés no último dia do mês de março de 2010, quando a então governadora Ana Júlia V. Carepa publicou no diário oficial o decreto estadual nº 2.210, de 30 de março de 2010, que desmembrou parte da antiga Fazenda Pirelli em favor da COHAB, a área seria destinada à construção dos conjuntos habitacionais:

Afeta a área de terras que especifica para a expansão urbana nos Municípios de Marituba e de Benevides, e dá outras providências. A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os termos do Decreto Estadual nº 2.112, de 17 de abril de 1997, publicado no Diário Oficial do Estado, de 22 de abril de 1997, em que o Governo do Estado do Pará desapropria uma área de 7.531 hectares denominada Fazenda Guamá, conhecida popularmente como “Fazenda Pirelli”; Considerando a área afetada pelo Decreto Estadual nº 1.660, de 16 de junho de 2005, publicado no Diário Oficial do Estado nº 30.461, de 20 de junho de 2005, originária da área pertencente ao Estado do Pará conforme Escritura Pública de Desapropriação Consensual lavrada às fls. 37 e 38, do Livro 13 do Cartório do 3º Ofício de Notas, e que “Afeta a área de terras que especifica para a implantação de projeto ecoturístico no local e dá outras providências”; Considerando, ainda, que os trabalhos de avivantação de limites da área em questão foram concluídos sem que houvesse qualquer protesto ou impugnação por parte de terceiros, conforme consta do Processo Administrativo nº 2004/287011-ITERPA, de 1º de outubro de 2004; Considerando a destinação da Fazenda Guamá como área de preservação ambiental e ecoturístico; Considerando a necessidade de criar uma zona tampão para preservar a Unidade de Conservação; Considerando a incidência de ocupação humana desordenada no entorno da referida área, e a necessidade do Governo investir em programas e projetos voltados em diminuir o déficit habitacional e promover a geração de emprego e renda, assim como trazer benefícios socioeconômicos à Região e formando uma faixa de ocupação habitacional ordenada, para impedir a degradação ambiental da área de Refúgio de Vida Silvestre, denominada “Unidade de Conservação Metrópole da Amazônia” (PARÁ, 2010a, s/p).

Esta decisão estava amparada em um processo que corria junto aos órgãos federais de fomento, que destinariam verbas a partir de empréstimos ao governo do estado. Logo após a publicação deste Decreto, o assunto foi pauta de reuniões na Assembleia Legislativa, sendo que haveria sido parcialmente aprovado pela casa em uma reunião da Comissão de Fiscalização Financeira. Um dos deputados que esteve

à frente da relatoria do processo e trabalhou para a não aprovação da construção destes conjuntos habitacionais, era interlocutor da citada rede de *blogs*.

Neste ato, esta Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária aprecia autorização para contra partida à execução da obra do dito "**Residencial Fazenda Pirelli**", em um valor de R\$ R\$ 26.449.826,00 (vinte e seis milhões quatrocentos e quarenta e nove mil oitocentos e vinte e seis reais). O valor a ser financiado é de R\$ 11.449.829,00 (onze milhões quatrocentos e quarenta e nove mil oitocentos e vinte e nove reais). O pedido de autorização de empréstimo para o valor principal da referida obra está com tramitação paralisada nesta Assembleia Legislativa, em razão de legislação estadual que restringia a utilização da área para fins de expansão urbana, afetada exclusivamente ao eco turismo (PARÁ, 2010c, p. 02, grifos no original).

Após esses embates, a movimentação contra a construção do conjunto de casas sai vitoriosa. Dentre os argumentos levados em consideração, há uma das colocações constantes na mesma reunião Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em 15 de abril de 2010, quando o relator apresenta “a esta Comissão pedido de diligencias a Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Governadora do Estado, no sentido de esclarecer as condições nas quais foram afetadas as áreas para novas destinações” (PARÁ, 2010c, p. 02). Deste modo, afastando as propostas de construção dos conjuntos habitacionais, o caminho estaria livre para a consolidação da área total enquanto Unidade de Conservação.

### 3.2 Contexto de ocupação atual

O entorno atual do Refúgio é composto por um quadro complexo de expansão urbana desordenada (SILVA, 2012). Em 2017, a equipe do Instituto Avaliação, que trabalhou na elaboração do Plano de Gestão da UC, estimou em cerca de 22 mil moradores no entorno imediato da UC (INSTITUTO AVALIAÇÃO, 2017b). Entre esses moradores, são encontradas famílias atendidas por órgãos de assistência rural (compondo um rol de agricultores familiares), especialmente nos municípios de Benevides e Santa Isabel.

O Plano de Gestão da Unidade cita a existência de agrupamentos de pessoas que foram caracterizados como comunidades (IDEFLOR-BIO, 2018a), conforme exposto no Quadro 2. Ainda, segundo este Plano, dentro da UC há duas comunidades que não são constituídas por populações tradicionais: Comunidade Vila Dique e Comunidade Três Marcos. Ao passo que constam duas comunidades que são

classificadas como populações tradicionais<sup>62</sup>: Ponta Negra e Santo Amaro. Pequenas divergências em relação ao posicionamento efetivo (comprovado por ferramenta de mapeamento – GPS) de algumas das comunidades não alteram a forma como elas foram consideradas pelo Órgão Gestor (se dentro ou fora da UC).

As famílias localizadas na porção do entorno oeste do Refúgio, que foram abordadas pelo estudo do Instituto Avaliação (2017b) como componentes de comunidades consideradas tradicionais, são as Comunidades Nossa Senhora dos Navegantes, Abacatal e de Bom Jesus. Salienta-se que a Comunidades Nossa Senhora dos Navegantes, segundo (LISBOA, 2009), desdobra-se em seu núcleo mais próximo ao Igarapé do Aurá e outro agrupamento de famílias nos igarapés Uriboça e Uriboquinha. Este último agrupamento de famílias vem recebendo outras denominações como Uriboquinha ou Embrapa, a farta documentação e os depoimentos colhidos para este estudo comprovam que esta porção limítrofe<sup>63</sup> à UC sempre foi largamente habitada.

---

<sup>62</sup> Será debatido teoricamente na seção 4 a constituição deste tipo de comunidade.

<sup>63</sup> Estas comunidades (bem como algumas outras) foram incorporadas no Plano de Gestão como pertencentes a uma categoria de “fronteira”. Esta opção parece ter sido adotada por fatores que estão ligados ao local atual de moradia, sem desconhecer que os mesmos fazem uso das áreas da UC para seu sustento.

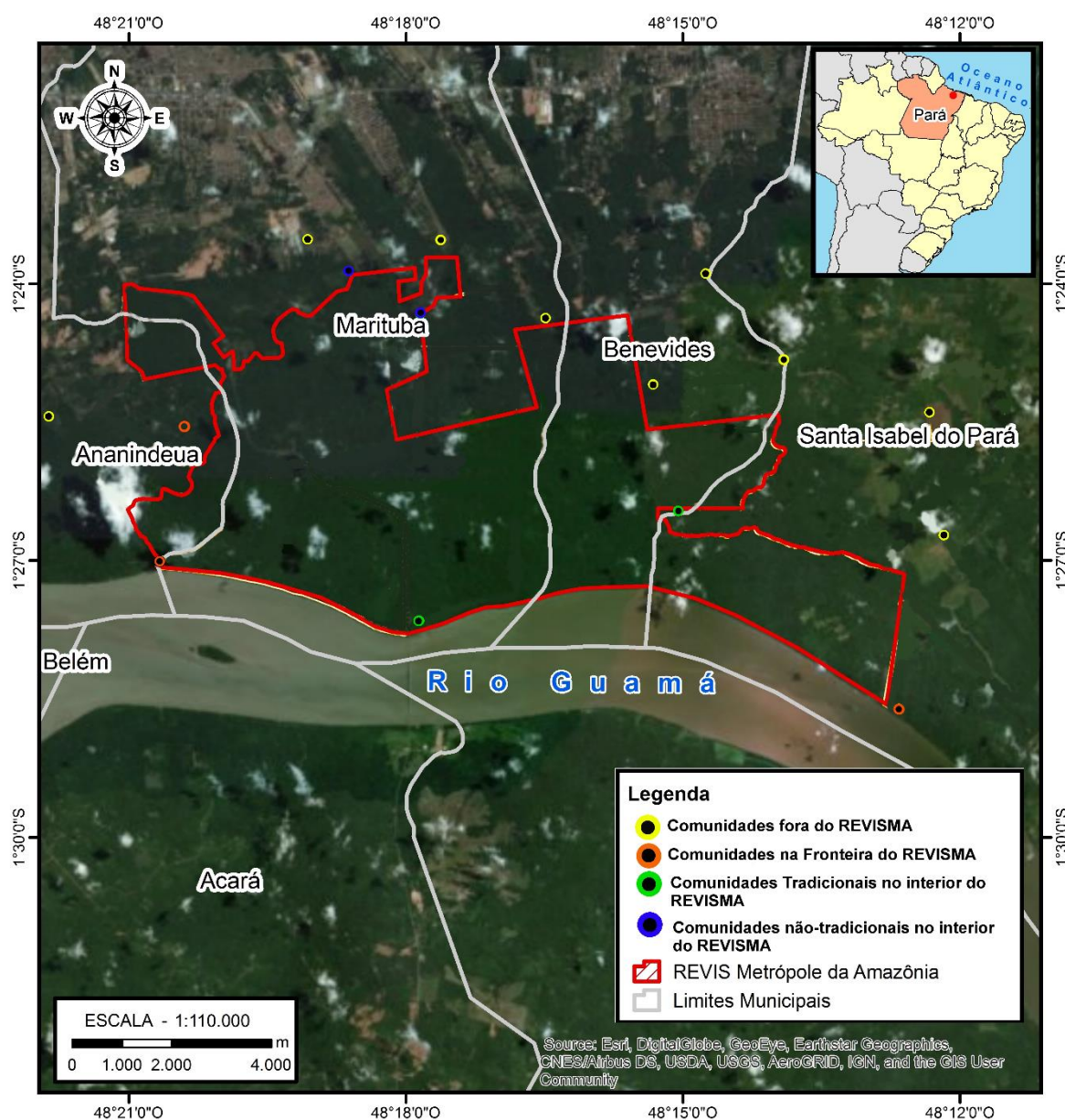
**Quadro 2: Características e localização de comunidades no REVISMA.**

Comunidade	Características	Localização			Descrição
		Dentro	Fora	Fronteira	
Ponta Negra	População tradicional, extração de açaí e outros produtos da floresta.	X			Município de Marituba. Margem do Rio Guamá, entre a ponte da Alça Viária (PA-483) e o Igarapé Taiassuí. Dentro do Refúgio.
Santo Amaro	População tradicional, extração de açaí e outros produtos da floresta.	X			Município de Benevides. Margem do Igarapé Taiassuí, do Rio Guamá até o Balneário, junto ao ramal da Maravilha. Dentro do Refúgio.
Vila Dique	Um casal (homem é seringueiro), um casal de aposentados da Polícia Militar, aposentados da polícia que aparecem eventualmente em outras casas.	X			Município de Marituba. Antiga Vila de Funcionários da Pirelli S/A, chamada Vila do Dique. Dentro do Refúgio.
Três Marcos	Aposentados, assalariados (trabalham na cidade), aposentados da Polícia Militar.	X			Município de Marituba, fora do Refúgio, mas habitam casas que pertenciam a uma das vilas de funcionários da Pirelli S/A localizada à direita da entrada. Algumas casas esparsas se identificam como pertencentes à Três Marcos.
EMBRAPA - Uriboquinha	População tradicional, extração de açaí.			X	Fronteira, município de Ananindeua.
Santo Antônio do Flexal	População tradicional, extração de açaí.			X	Município de Santa Isabel do Pará, residem na beira do Rio Guamá entre o Igarapé Taiassuí e a localidade de Tacajós.
Divino Espírito Santo	Agricultura familiar e pequenos empresários. Assédio de grandes produtores, especialmente granjas.		X		Fronteira entre Benevides e Santa Isabel do Pará.
Maravilha	Agricultura familiar e pequenos empresários do setor de lazer (balneários).		X		Fronteira entre Benevides e Santa Isabel do Pará.
Morada Nova	Agricultura familiar e pequenos empresários. Assédio de grandes produtores, especialmente granjas.		X		Fronteira entre Benevides e Santa Isabel do Pará.
Amafrutas	Produção agricultura familiar, pertencente à antiga cooperativa de produção de frutas.		X		Município de Marituba, próximo à sede da CEPLAC.
Florestal ou Ramal 33	Produção agricultura familiar. Pressões de extração mineral e especulação imobiliária.			X	Município de Marituba.

Fonte: IDEFLOR-Bio (2018a). Organização: Leonard J. Grala Barbosa (2019).

Estas comunidades são dispostas no Mapa 5. Salienda-se que as comunidades Embrapa/Uriboquinha e Santo Antônio do Flexal compõem a categoria de população tradicional (INSTITUTO AVALIAÇÃO, 2017b) e mantem relações com as comunidades elencadas no interior do Refúgio (Santo Amaro e Ponta Negra). Considerando o estudo de Almeida (2013) e informações fornecidas pelo Órgão Gestor, as únicas comunidades inseridas na categoria “dentro” do REVISMA são: Ponta Negra, Santo Amaro, Vila Dique e Três Marcos.

**Mapa 5: População residente no REVISMA e entorno imediato.**



 <p><b>LAENA</b> Lab. de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne</p> <p><b>UFFA</b></p>	<p><b>INFORMAÇÕES TÉCNICAS</b></p> <p>Fonte: IBGE, 2016/ ANA, 2016 IDEFLOR-Bio, 2019 / SFB, 2019 Datum Horizontal: SIRGAS-2000</p>	<p><b>ELABORAÇÃO</b></p> <p><b>Geógrafo:</b> Wellington Fernandes <b>Organização:</b> Leonard Barbosa <b>Data:</b> 18/03/2019</p>
--	--	---

Ainda no Mapa 5, os pontos verdes representam as comunidades Tradicionais dentro do Refúgio (Ponta Negra e Santo Amaro), os pontos azuis marcam as comunidades Não-Tradicionais dentro do Refúgio (Três Marcos e Vila Dique), os pontos de coloração alaranjados representam comunidades tradicionais na fronteira da UC (Abacatal, Santo Antônio do Flexal e Uriboquinha/Embrapa), os pontos restantes em amarelo são as comunidades adjacentes que não possuem relações constantes com as comunidades do REVISMA.

Apresenta-se a seguir, de maneira mais detalhada, as comunidades de Santo Amaro (às margens do Igarapé Taiassuí) e Ponta Negra (às margens do Rio Guamá) que se configuram como famílias ribeirinhas (CASTRO, 1998). Esta definição perpassa sua área de moradia, relacionando-se com a forma de gestão dos recursos, mantendo com estes, importante relação para a manutenção dos seus modos de vida.

Segundo o Instituto Avaliação (2017b), as comunidades são compostas por integrantes de poucas famílias que, ao estabelecerem relações de matrimônio com pessoas de outras comunidades, foram aumentando a rede familiar e, por conseguinte, a própria comunidade.

Alguns destes moradores, que no ano de 2019 possuíam entre sessenta e oitenta anos de idade, estiveram presentes em diferentes momentos de transformações socioeconômicas dessa localidade. A partir dos relatos dessas pessoas, é possível afirmar que grande parte dos atuais moradores de Santo Amaro e Ponta Negra estiveram vinculados à extração da seringa e de outros recursos naturais vegetais e animais, desde o período anterior à aquisição da área pela Pirelli S/A.

Antes da chegada da empresa Pirelli S/A, as relações de produção convencionais na região eram marcadas pelo sistema de aviamento<sup>64</sup> e

---

<sup>64</sup> Segundo Aramburu (1994, s/p), "O aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica. Depois do ciclo da borracha, o aviamento passou a ser reformulado em termos menos policiais, mas continuou sendo igualmente dominante em todas as esferas da produção".



patronagem<sup>65</sup>, tais produtores estabeleceram-se nas áreas de extrativismo e se caracterizam por uma “permanência histórica”. A pressão negativa que este tipo de atividade exerce sobre o ambiente é consideravelmente menor do que a economia de larga escala.

Esses moradores desenvolvem ainda hoje, práticas agroextrativas para o sustento da família. Estas práticas se baseiam em baixa taxa de consumo, com produção de excedentes para a comercialização, a fim de acessar bens manufaturados ou industrializados nas cidades próximas (LIMA; POZZOBON, 2005).

Segundo o IDEFLOR-Bio (2018a), Santo Amaro e Ponta Negra possuem sessenta pessoas, e a distribuição etária apontada pelo Instituto Avaliação apresenta uma concentração entre crianças e jovens de zero (0) a vinte e nove (29) anos, conforme Quadro 3<sup>66</sup>:

**Quadro 3: Idades dos moradores de Santo Amaro e Ponta Negra.**

	HOMEM	MULHER	Total
0 - 9 anos	5	1	6
10 - 19 anos	12	12	24
20 - 29 anos	5	4	9
30 - 39 anos	4	2	6
40 - 49 anos	2	3	5
50 - 59 anos	4	2	6
60 - 69 anos	2	1	3
70 anos ou mais	0	1	1
<b>Total</b>	34	26	60

Fonte: Adaptado de Instituto Avaliação (cedido, não publicado).

Ambas as comunidades possuem certo grau de mobilidade entre pessoas residentes fixas e sazonais. Esta variação tem relação com diferentes

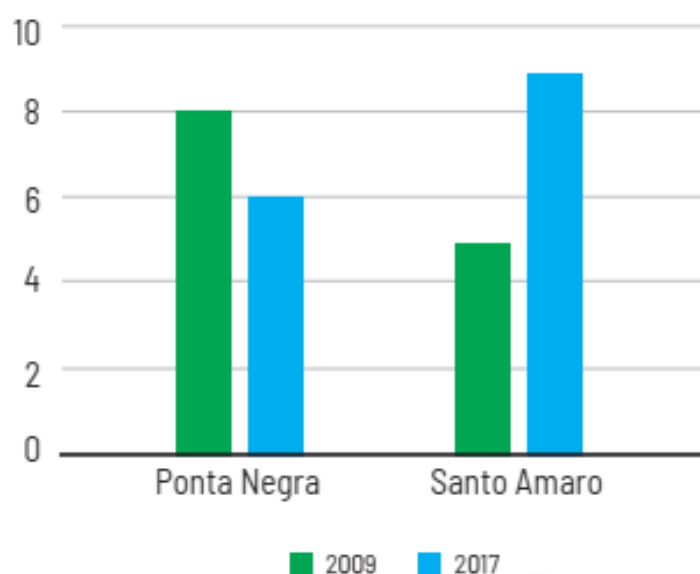
<sup>65</sup> Pode-se entender patronagem como as relações pessoais estabelecidas a partir da lógica clientelista, para uma definição mais detalhada consultar Cunha (2006).

<sup>66</sup> Dados coletados pelo Instituto Avaliação em 2017, os quantitativos foram atualizados para 2019.

aspectos que afetam essas famílias, dentre alguns citados pelo IDEFLOR-Bio (2018a), estão a procura de formação escolar de nível médio, de engajamento em mercados de trabalhos variados e a procura de proximidade de acesso ao meio urbano.

Cada uma destas comunidades possui seu histórico próprio de desenvolvimento, e outras situações nas quais se entrecruzam e se afetam mutuamente. Os dados cedidos pelo Instituto Avaliação<sup>67</sup> revelam a presença de casamentos entre as comunidades, esses dados foram comprovados em campo, quando os relatos e as conversas informais apontaram para o relacionamento pretérito entre os moradores mais antigos. Dentre as uniões atuais, é possível dizer que alguns moradores da Ponta Negra, ao se juntarem com pessoas do Santo Amaro foram residir nos terrenos do igarapé Taiassuí, corroborando com a tendência apresentada no Gráfico 1, exibido a seguir, no qual se verifica que há uma redução de moradores em Ponta Negra e o aumento em Santo Amaro.

**Gráfico 1: Evolução da população nas comunidades Ponta Negra e Santo Amaro.**



Fonte: Adaptado de IDEFLOR-Bio (2018a, p. 136).

Um panorama mais específico da comunidade de Ponta Negra é oferecido na próxima subseção. Em sequência, será apresentada a comunidade

<sup>67</sup> Dados cedidos pelo Instituto Avaliação, referentes ao censo socioeconômico realizado em 2017, não publicado.

de Santo Amaro.

### 3.2.1 Comunidade Ponta Negra

A Comunidade de Ponta Negra (Fotografia 5) está localizada ao sul do REVISMA, às margens do rio Guamá. O Instituto Avaliação (2017a) apurou, junto aos comunitários, que a fundação de tal localidade teria ocorrido entre o período entre 1940 e 1950, haja vista que este teria sido o tempo da chegada do morador mais antigo na área.

**Fotografia 5: Visão da comunidade Ponta Negra.**



Fonte: IDEFLOR-Bio (2018a, p. 123).

O entrevistado RVS\_CPN\_005, ao ser perguntado sobre a antiguidade da localidade, da ocupação e da comunidade, afirma que o nome da localidade Ponta Negra era muito antigo, mas ainda não se organizavam enquanto “comunidade”, conforme pode ser percebido na fala a seguir:

[...] naquela época da Pirelli nós... não sabia que negócio de comunidade, entendeu? Era cada um por si [o nome de Ponta Negra] isso aí já veio de muitos anos [...] Antigão. Aí só a mamãe que pode responder (RVS\_CPN\_005, Comunidade Ponta Negra, 12 de dezembro de 2018).

Foi possível averiguar, a partir de uma análise de jornais, que a localidade de Ponta Negra era, de fato, uma paragem muito antiga, remetendo a um período anterior a 1900, sendo composta por pessoas que de algum modo

estavam ligadas ao período da escravidão. Destaca-se um destes fragmentos do jornal “A Constituição” do ano de 1876 (Figura 7). Cabe salientar que havia a existência do mesmo nome de localidade (Ponta Negra) no Marajó, porém o fragmento destacado não deixa dúvidas ao situar o ocorrido próximo ao Caraparú (Benevides).

**Figura 7: Fragmento de jornal que comprova a antiguidade de Ponta Negra.**



Fonte: Jornal “A Constituição”, 29 de agosto de 1876, ano 3 nº 124.

Este fragmento apresentado aponta para esta ocupação antiga, mesmo que não seja possível vincular historicamente os moradores atuais com estes presentes no fatídico narrado no jornal, é possível constatar a importância da localidade e sua constante ocupação ao longo dos anos até o momento no qual a Pirelli S/A adquire as terras e inicia seu processo de consolidação do empreendimento na região, utilizando mão-de-obra destes moradores.

Segundo o estudo do Instituto Avaliação (2017a), após a concessão da área para a empresa Pirelli S/A, houve alguns períodos (nem todos os quais datados com clareza), em que as famílias tiveram que deixar a área, mesmo que alguns de seus membros tivessem sido mantidos como empregados, na condição de seringueiros. Nas entrevistas realizadas para esta dissertação, conforme percebe-se no próximo relato, fica evidente a incorporação da mão-de-obra local, sendo os empregados contratados com e sem carteira de trabalho. As pessoas que tiveram a carteira assinada desempenhavam funções junto à fábrica, enquanto os demais desempenhavam papéis complementares:

Era muita gente, era uma comunidade muito grande. Eles era empregado tudinho da Pirelli nesse tempo o pessoal aí. Era tudo empregado. [...] nós era de carteira, quem era empregado tinha

carteira. Meu pai trabalhou, meu irmão trabalhou com carteira assinada. [...] Tinha, tinha muita gente que não tinha [carteira de trabalho]. Trabalhava encostado. Aí já não trabalhava lá pro campo, trabalhava aqui na vauea<sup>68</sup> pra eles, seringa, quem tinha carteira assinada trabalhava lá pra fábrica mesmo deles (RVS\_CPN\_005, Comunidade Ponta Negra, 12 de dezembro de 2018).

Após o encerramento das atividades da empresa, outras pessoas passaram a gerenciar a área, legalmente ou não, e promoveram a expulsão das famílias de várias localidades, inclusive de Ponta Negra. Como será visto na seção seguinte, esta expulsão marcou a vida destes moradores, alguns dos quais promoveram embates na justiça para garantir sua moradia e seu modo de vida. Este era o momento de ascensão da economia do palmito, entre os anos 1980 e 1990.

Aí virou-mexeu virou-mexeu, tava tudo bom, aí veio o intervalo do palmito. O intervalo do palmito foi assim: que a Pirelli vendeu, vendeu toda área. Ainda deu uma ordem assim, “você tira o palmito, derroba as árvores e corta os filhos”. Aí veio o intervalo de tirar os morador de novo (RVS\_CPN\_006, Comunidade Ponta Negra, 12 de dezembro de 2018).

Nesta demanda por permanência na localidade, as famílias de Ponta Negra obtiveram ajuda de advogados que estavam atuando na causa das disputas envolvendo a comunidade do Abacatal. Nem todas as famílias envolvidas nesta contenda judicial acabaram por permanecer em suas residências, embora, atualmente, algumas busquem retornar às suas antigas moradias, como é o caso de ex-moradores do Igarapé Canderuí (contíguo à Ponta Negra).

Eu tô mudando pra cá também, eu sinto muita saudades daqui, eu sou acostumado aqui. Eu fui mais pra Belém porque o terreno que a gente morava era da Pirelli. Aí passou pro governo aí a polícia veio, disse que tinha que sair. A gente não quis brigar né, a gente não queria arrumar coisa que não é da gente né [briga, desavença] (Entrevista RVS\_CSA\_023, ex-morador que está retornando à localidade, 18 de fevereiro de 2019).

Apesar da propriedade onde esse antigo morador habitava ser mais próxima de Ponta Negra, ele preferiu ir procurar um local próximo ao Santo Amaro, por conta desta localidade possuir algumas áreas de terrenos

---

<sup>68</sup> Valgea/vauea é uma forma local (interiorana) de chamar várzea.

oficialmente fora da UC.

Quando o Instituto Avaliação realizou seu censo socioeconômico, as pessoas de Ponta Negra que participaram das entrevistas puderam se colocar a respeito de sua identidade ligada à produção. Esta identificação poderia agregar mais de um elemento, frente à característica de pluralidade produtiva que as populações ribeirinhas costumam ter. A categoria mais citada foi “produtores de açaí”, com 66,6% de respostas, seguida por agricultor (33,3%) e outras categorias como pescador, funcionário público e aposentado com 16,6%, das respostas. Segundo as conclusões deste censo, presentes na publicação do IDEFLOR-Bio (2018a), esta caracterização foi relacionada ao modo agroextrativista praticado por estas comunidades.

Dentre as outras atividades mais citadas, que se relacionam ao agroextrativismo como estratégia de manutenção destas famílias<sup>69</sup>, estão a caça para o consumo (66,6%), a coleta de frutas (66,6%), tirada de cipó e sementes (ambas com 50%) e extração de óleo (com 33,3%). Deste modo, ao analisar-se a composição da renda média mensal da comunidade, é possível perceber que o açaí foi citado como categoria especialmente por deter, atualmente, o maior potencial de geração de recursos financeiros para estas famílias, sendo que recursos do programa bolsa família são acessados por apenas 33,3% das famílias.

O Órgão Gestor, IDEFLOR-Bio, vem buscando desenvolver atividades produtivas e de turismo junto às comunidade de Ponta Negra e de Santo Amaro a partir do Projeto intitulado Agrovárzea. Segundo o *website* do órgão<sup>70</sup>, o referido projeto foi criado em 2016 para atender as comunidades residentes nas Unidades de Conservação da Região Metropolitana de Belém.

O objetivo do projeto AgroVárzea é promover e aprimorar o turismo rural e as técnicas de agricultura familiar nessas localidades, considerando as espécies nativas e de interesse das comunidades atendidas. Dentre as ações do projeto estão a realização de cursos teóricos e práticos relacionados ao manejo e precificação da produção rural; além de intercâmbios entre comunidades e ainda a participação e organização de feiras,

---

<sup>69</sup> Os dados apresentados neste parágrafo foram cedidos pelo Instituto Avaliação.

<sup>70</sup> <https://ideflorbio.pa.gov.br/>

para que os agricultores possam comercializar seus produtos de forma direta (IDEFLOR-BIO, 2018b, s/p.)<sup>71</sup>.

Em uma divulgação de ação do órgão Gestor, datada do início de 2018, a visita à comunidade Ponta Negra é descrita com um tom idílico, demonstrando sua abordagem de turismo comunitário ligado à sua distinção com o mundo urbano moderno e um ambiente rural. Agrega ainda uma proposta de turismo que seja para além de práticas contemplativas, adicionando atividades produtivas:

A pequena Comunidade de Ponta Negra é um daqueles lugares que parece saído diretamente de algum livro do escritor colombiano Gabriel García Márquez. Localizada às margens do Rio Guamá, com uma vista privilegiada da Alça Viária, a comunidade é composta por oito casas e aproximadamente 30 pessoas, todas elas ligadas por algum grau de parentesco, sanguíneo ou afetivo. [...] Segundo Letícia Freitas, turismóloga do Ideflor-bio, uma das ideias do AgroVárzea é justamente propor formas de diversificar e qualificar a produção das comunidades atendidas. “Nós propomos pensar a cadeia de produção aliada ao turismo. Isso quer dizer que não se considera apenas o turismo de visitantes, mas também como aproveitar tudo o que é produzido na comunidade para desenvolver produtos com valor agregado e a cara local e levá-los para o consumo direto, em feiras, por exemplo”, afirma (IDEFLOR-BIO, 2018b, s/p.).

Apesar da intenção positiva do projeto, ainda é possível encontrar muita diferença entre a realidade encontrada localmente. Os moradores da comunidade Ponta Negra não estão preparados para receber demanda turística, a única ação que as famílias desta comunidade vêm implementando são ligadas à produção de frutas, além do açaí. Como veremos a seguir, os moradores de Santo Amaro já estão mais atentos a este tipo de relação econômica.

### **3.2.2 Comunidade Santo Amaro**

A Comunidade de Santo Amaro (Fotografia 6), que está localizada às margens do Igarapé Taiassuí, na porção leste do Refúgio, aparece no Plano de Gestão como sendo formada a partir de 1984 (IDEFLOR-BIO, 2018a).

---

<sup>71</sup> IDEFLOR-BIO, matéria publicada no dia 29 de março de 2018.

**Fotografia 6: Maré cheia na comunidade Santo Amaro.**



Fonte: Leonard J. Grala Barbosa (2019).

Porém, durante a pesquisa de campo foi possível obter a informação de que a localidade já possuía esse nome há mais tempo. A família que mora há mais tempo na região, 42 anos, afirma que a localidade sempre foi conhecida por Santo Amaro e que a mesma possuía mais moradores do que atualmente.

Tinha, tinha mais do que agora [moradores] era Santo Amaro todo tempo aqui. A gente morava lá pra cima e vendia lá mesmo [sua família possuía um pequeno comércio]. Ele era só acostumado a morar assim nessas região, não tinha esse negócio de morar em cidade sabe, ele só gostava de morar assim nesses lugar, então que jeito né (RVS\_CSA\_021, 18 de fevereiro de 2019).

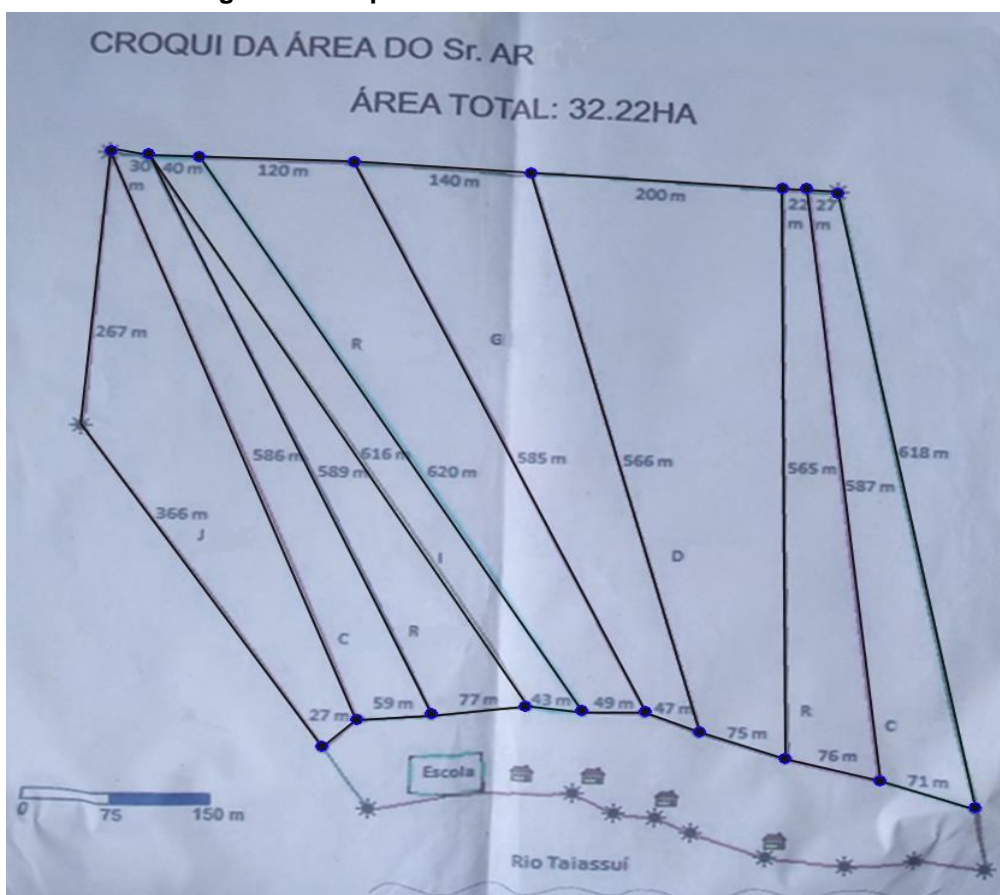
Segundo relatos de moradores, a localidade que hoje configura a comunidade possuía três donos, os quais venderam os terrenos para as famílias que vieram do Igarapé do Uruboca após serem demitidos pela Pirelli S/A. A entrevista RVS\_CSA\_021 revela a dificuldade para conseguir alguma comprovação da legalidade das terras de moradia das famílias de Santo Amaro. É possível perceber, a partir de conversas informais com outros moradores, que nem todos tiveram o mesmo interesse em buscar a documentação, seja pela dificuldade encontrada/tempo gasto para tanto, seja por não haverem encontrado necessidade.



Meu marido andou muito pra conseguir [o documento]. É dali daquele igarapé [igarapé pirarucu] até ali a extrema. É marcado o nosso [...] todo ano a gente paga [o imposto da terra]. Era três dono esse terreno, aí essa parte aqui meu marido comprou. Aí lá era mais de dois dono, aí o seu Manoel comprou esse do meio, e meu filho mora no outro de lá. Antônio Cabral, Paguíto, Gongon [os antigos donos] (RVS\_CSA\_021, 18 de fevereiro de 2019).

Apesar de informar que efetuam o pagamento do imposto, não souberam informar exatamente qual imposto, e não puderam mostrar nenhum documento oficial a este respeito. A seguir, apresenta-se um mapa (Figura 8), fornecido durante a entrevista, que não possui data e cujo período de obtenção/confecção a comunidade não soube informar. Este representaria o registro das terras que uma família conseguiu efetuar.

**Figura 8: Croqui de um dos terrenos do Taiassuí.**



Fonte: Cedido por RVS\_CSA\_021 (2019), realçado digitalmente.

A região que engloba a comunidade de Santo Amaro era conhecida pelo nome de Taiassuí, havendo, entretanto, pessoas residindo de maneira esparsa. Segundo o Instituto Avaliação (2017a), Santo Amaro se estruturou como

comunidade a partir da construção da escola fundamental (E.M.E.I.F. Maria Flora) pela prefeitura de Benevides. Com a escola, a localidade se tornou um polo de atração para novos moradores, havendo também a presença de alunos de outras comunidades (INSTITUTO AVALIAÇÃO, 2017a).

Atualmente esta atração vem se desfazendo. As crianças do Santo Antônio do Flexal estão estudando em uma escola na região de Caraparú e há uma redução na quantidade de crianças tanto em Santo Amaro quanto em Ponta Negra para sustentar a permanência da unidade educacional. Em uma última etapa de campo, os comunitários estavam preocupados em razão da prefeitura não ter iniciado as aulas e não ter realizado nenhuma reunião para planejar o ano letivo de 2019.

Assim como os moradores da comunidade de Ponta Negra, as famílias da comunidade de Santo Amaro vivem em área com características de ambientes de várzea (Fotografia 7). Algumas das pessoas que residem nesta comunidade também trabalharam e/ou moraram na Fazenda Pirelli, tendo procurado novos locais de moradia após o fechamento da empresa.

**Fotografia 7: Moradores de Santo Amaro saindo para pescar.**



Fonte: Leonard J. Grala Barbosa (2018).

Os dados disponibilizados pelo Instituto Avaliação (2017)<sup>72</sup> apontam que 55,5% dos moradores de Santo Amaro se identificam com atividades ligadas ao cultivo do açaí, e 33,3% se identifica com atividades agrícolas. Atividades como funcionário público (merendeira/servente da escola), aposentado, dona de casa e comércio foram citadas por 11,1% das pessoas abordadas por este instituto.

Assim como em Ponta Negra, percebe-se a pluriatividade que caracteriza o agroextrativismo tradicional figurando entre as atividades praticadas. Deste modo, coleta/extração de frutas é praticada por 66,6% dos moradores, seguida pela caça, que é praticada por mais da metade dos entrevistados (55,5%). A coleta de sementes aparece com 44,4%, possuindo a extração de cipó e óleos menor importância atualmente (ambas com 11,1%).

Ao refletir a respeito da diversidade produtiva, o depoimento RVS\_CSA\_021 apresenta o ponto de vista de que no passado havia mais procura por uma gama mais variada de produtos, o que colabora para manutenção de práticas agroextrativas tradicionais que não tendem a esgotar um único recurso. Quando indagada a respeito de quais atividades produtivas eram praticadas no passado, a pessoa responde que trabalhava:

Com açaí, tirar leite de seringa, andiroba, cacau, esse que era o serviço. Não era muito bem mas dava pra viver. Acho que agora ficou até pior, porque certas coisa não vende mais no interior, a borracha ninguém compra mais, só o cacau, andiroba ninguém procura mais, só o cacau mesmo e o açaí que ainda tem venda (RVS\_CSA\_021 18/02/2019).

Ao avaliar o Plano de Gestão da UC (IDEFLOR-BIO, 2018a) é possível perceber que a maioria destas atividades diversificadas foi contemplada, à exceção da caça. Esta proibição está em consonância com a legislação que trata da categoria da Unidade, porém, como já exposto, a caça é praticada por mais da metade dos entrevistados pelo Instituto Avaliação e representa uma importante forma de obtenção de proteína de populações tradicionais da região, como já documentado em Ribeiro *et al.* (2007). Esta multiplicidade de usos da floresta, tende a extrapolar limites físicos artificialmente estabelecidos e, além de garantir a subsistência destas famílias, pode configurar seu próprio modo de ser, sua identidade, fatores tratados na seção seguinte.

---

<sup>72</sup> Dados cedidos do censo realizado em 2017 pelo Instituto Avaliação, não publicados.

## **4 TERRITÓRIO E POPULAÇÕES TRADICIONAIS**

Nesta sessão será apresentada a discussão sobre os dois conceitos que são considerados fundamentais para a pesquisa: Populações Tradicionais e Territorialidade. Compreende-se, que ambos estabelecem íntima relação entre si, pois as aproximações a respeito da categoria Populações Tradicionais relacionam a mesma diretamente ao uso e apropriação de um dado território. A partir da literatura, parece haver dificuldade de caracterização de grupos tão heterogêneos quanto as populações tradicionais, quiçá esta heterogeneidade seja a chave de sua tradicionalidade e capacidade de manutenção ao longo dos anos em relação a ecossistemas também variáveis, como é o caso das várzeas da bacia amazônica.

### **4.1 Território e Territorialidade**

Na tentativa de alcançar um instrumental que permita compreender uma definição sobre noção de territorialidade entre as comunidades estudadas, é necessário, antes de tudo, fornecer uma breve análise do entendimento sobre território que embasa este estudo e, assim, tornar possível a percepção de como as comunidades abordadas constroem suas relações territoriais. De outra parte, é necessário demonstrar alguns debates que fomentam o entendimento adotado sobre o que vem a ser a territorialidade.

Segundo Santos (1998), é difícil encontrar uma definição exclusiva para “espaço” ou “território”. Ambos os conceitos atravessam diferentes áreas do conhecimento, e em cada uma delas incorpora ou apara feições específicas. Haesbaert e Limonad (2007) analisam concepções de território adotadas ao longo dos anos, especialmente pela geografia. Segundo esses autores, para entender o que é o território, é necessário adotar alguns pressupostos, dentre os quais, a separação marcada entre território e espaço; compreender que o território é uma construção histórica (social) a partir de relações de poder; e que o território possui dimensões subjetivas e objetivas.

Santos (2004) aproxima o espaço de um fato social, histórico, ou seja, um produto humano, conjunto de formas representativas construído historicamente nas relações sociais que interligam passado e presente:

O espaço é um fato social no sentido com o qual K. Kosik (1967,p.61) define os fenômenos sociais: um fato histórico, na medida em que o reconhecemos como um elemento de um conjunto e realiza assim uma dupla função que lhe assegura, efetivamente, a condição de fato histórico: de um lado, ele se define pelo conjunto mas também o define; ele é simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo, em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas. Segundo essa aceção, o espaço é um fato social e uma instância social (SANTOS, 2004, p. 163).

Esta ideia aproxima-se das formulações de Braudel (1965), para o qual, o espaço é o verdadeiro sujeito, compondo com o tempo e as pessoas<sup>73</sup>, a tríade que relaciona história e permanência nos processos da longa duração. Mas Haesbaert e Limonad (2007) alertam para o perigo em reduzir o espaço a uma categoria apenas “natural” ou apenas “social”, de modo que o território, na concepção desses autores, não deve ser

confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade. O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, políticoeconômico) de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente construído, como o caso de uma cidadefantasma no deserto norte-americano, exemplificado por Souza (1995)) (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42).

A partir destas reflexões, o Território é tratado no presente estudo como parte de processos históricos e socioespaciais (LIMA; PEREIRA, 2007) que extrapolam formatos fixados artificialmente. Trata-se aqui de um território vivido, constituído em relação, possuindo dimensões materiais e imateriais ao mesmo tempo (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

---

<sup>73</sup> Próximo à concepção proposta por Augé (2012), segundo o qual espaço seria referencial de características plurais, como residência, lugar de partilha e interação. A interação de tais características, ainda de acordo com este último autor, seria determinante para a complexidade do espaço, que é, ao mesmo tempo, processo histórico, identitário e relacional.

Haesbaert e Limonad (2007) resumem as correntes de pensamento sobre o território no que eles chamem de três dimensões de influência, uma jurídico-política, outra mais cultural, e uma terceira mais econômica, conforme pode ser visto no Quadro 04.

**Quadro 4: Abordagens conceituais de território para Haesbaert e Limonad (2007).**

Dimensão Privilegiada	concepções correlatas	concepção de território	territorialização		perspectiva da Geografia	exemplos de trabalhos próximos a esta vertente
			principais atores/ agentes	principais vetores		
jurídico-política (majoritária, inclusive no âmbito da Geografia)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado-nação</li> <li>fronteiras políticas e limites político-administrativos</li> </ul>	um espaço delimitado e controlado sobre / por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado-nação</li> <li>diversas organizações políticas</li> </ul>	relações de dominação política e regulação	Geografia Política (Geopolítica)	Alliès (1980) a visão clássica de Ratzel
cultural(ista)	<ul style="list-style-type: none"> <li>lugar e cotidiano</li> <li>identidade e alteridade social</li> <li>cultura e imaginário</li> </ul> <p>(imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo")</p>	produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social	<ul style="list-style-type: none"> <li>indivíduos</li> <li>grupos étnico-culturais</li> </ul>	relações de identificação cultural	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural	Deleuze e Guattari (1972) Tuan (1980 e 1983)
econômica (muitas vezes economicista) minoritária	<ul style="list-style-type: none"> <li>divisão territorial do trabalho</li> <li>classes sociais e relações de produção</li> </ul>	(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>empresas (capitalistas)</li> <li>trabalhadores</li> <li>Estados enquanto unidades econômicas</li> </ul>	relações sociais de produção	Geografia Econômica	Storper (1994) Benko (1996) Veltz (1996)

Fonte: Haesbaert; Limonad (2007, p. 45).

Essas diferentes formas de conceber o que é o território refletem na construção de diferentes limites, em seus aspectos jurídico-políticos, culturais e econômicos. Os mais ligados à vertente jurídico-política estão ligados a uma história entrelaçada em processos de consolidação dos Estados-nação e, assim como as tradições, sua concepção é produto humano, ou seja, uma invenção (HOBBSAWN; TERENCE, 1984). Dentro desses processos, a criação dos territórios-reserva também faz parte de um contexto onde múltiplas territorialidades se estabelecem em um mesmo espaço (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

As diferentes formas de exercer poder sobre um dado território estão ligadas a estratégias para disciplinar e gerir seu uso. Tais estratégias de regramento de uso podem ser administradas de maneiras variáveis, sendo mais ou menos impositivas, variações que ocorrem em diferentes gestões de Unidades de Conservação. É possível que formas menos participativas de gestão do território estejam presentes em estratégias que focam em coerção e repressões a pessoas em situação de proibições estabelecidas.

É neste último ponto que se tornam evidentes as dificuldades de conciliar a formação territorial das populações tradicionais e a concepção do Estado nacional. Diegues *et al.* (2000) ao tentar traduzir a importância do território para as populações tradicionais coloca esse território como uma porção da natureza indissociável do espaço. A partir da leitura deste autor, pode ser percebido que sobre esta natureza, uma determinada sociedade buscaria reivindicar e garantir direitos de acesso e utilização de recursos para seus membros (mesmo que não todos). Mas desta forma poderia se criar uma ideia mais utilitarista em relação ao território, o que Haesbaert e Limonad (2007) colocam como sendo mais característica de comunidades modernas do que tradicionais:

A preponderância da dimensão mais subjetiva e/ou simbólica de apropriação do espaço nas sociedades tradicionais cede lugar, nas sociedades modernas, à dimensão mais objetiva ou funcional de dominação do espaço. Preponderância, note-se bem, pois nunca existiram espaços puramente simbólicos ou puramente funcionais (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 43).

A partir disso, é possível pensar de modo abrangente que a congruência entre espaço e território, fornecida por populações tradicionais, está sediada em suas formas de reprodução social, nas formas que se relacionam com os locais ocupados – habitados, trabalhados etc. Essas relações estabelecidas, podem contribuir em processos de auto identificação, reconhecimento da alteridade<sup>74</sup>, porém, com geração de pouco poder político, em contraste à forma de consolidação de território propagado pelo Estado-nação (LIMA; PEREIRA, 2007).

---

<sup>74</sup> Alteridade é utilizada neste estudo segundo o conceito antropológico de Laplatine (2003), no qual o termo faz referência à capacidade de reconhecer a diferença.

A forma de organização das pessoas que residem no interior da UC Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia está relacionada com a construção de suas estratégias de reprodução social, sociabilidade, ou seja, elaboram e configuram uma organização territorial, que, de alguma maneira, influenciou a administração pública (realizada pelo órgão gestor IDEFLOR-Bio) a abrir em canal de diálogo e garantir a continuidade do funcionamento das estratégias locais.

Compreende-se neste estudo, que estas estratégias formadas pelas famílias das comunidades de Santo Amaro e de Ponta Negra configuram uma forma de reivindicação, mais pela ação e menos pelo discurso, dadas as suas limitações como será abordado na seção 5. Ao apropriarem-se do território, no sentido de construção do mesmo, formam vínculos visíveis e simbólicos que possibilitam a reprodução de seu modo de vida, tais vínculos poderiam ser entendidos como uma relação de propriedade exercida por eles sobre seu território (GODELIER, 1986).

Entender a construção desta relação de apropriação e uso de dado território deve ser colocada na balança em que se faz presente a disputa de visões de mundo distintas, se por um lado, a partir da década de 1990, houve avanço do reconhecimento de direitos sociais, culturais e ambientais diferenciados<sup>75</sup>, com a diluição das fronteiras e mesmo a aparente redução do poder da concepção de Estado-nação<sup>76</sup>; por outro lado, segundo Almeida (2012), há um reforço nas estratégias de controle do território a partir da lógica da segurança das fronteiras/segurança nacional. Esse movimento de retomada das fronteiras militarizadas, conforme Almeida (2012), está calcado na prevalência de aspectos ambientais sobre os sociais, com alterações que flexibilizam direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, para atender as demandas do crescimento econômico, ou seja, a retomada de um arcabouço desenvolvimentista.

---

<sup>75</sup> Especialmente de povos e comunidades tradicionais, a exemplo disso em âmbito internacional, temos a Convenção nº 169 da OIT que foi recepcionada no Brasil sob o Decreto nº 6.040 (BRASIL, 2007), entre outros.

<sup>76</sup> Quando, por exemplo, há iniciativas como as da União Europeia que estabelece moeda comum e extinção da necessidade de passaporte para o trânsito de pessoas entre países membros.



Deste modo, o embate entre o entendimento do território, que pode se transformar em mais-valia<sup>77</sup> nas relações capitalistas, e um outro território, que parece significar sobrevivência, tem como resultado aparente a retomada da concepção de fronteiras econômico-desenvolvimentistas do século XX (ALMEIDA, 2012). Fato corroborado pela ampliação das pressões sobre as populações que fazem uso da terra sob outras lógicas organizativas, distintas daquelas adotadas pelo Estado, mesmo havendo a legislação nacional promovido seu reconhecimento:

A legislação constitucional brasileira de 1988, assim como a de vários países de formação pluriétnica, já reconheceu o direito à diferença cultural e estipula como “direitos coletivos”, o direito a seu território tradicional, o direito à sociodiversidade, o direito ao patrimônio cultural, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à biodiversidade (DIEGUES *et al.*, 2000, p. 23).

Tomadas essas relações que mantêm acesas as divergências presentes desde as concepções iniciais do Estado moderno, é possível considerar que o território é um campo em disputa<sup>78</sup> (BOURDIEU, 2004). Logo, os processos que constituem sua delimitação – conceitual, física, entre outras, estão sujeitos aos acontecimentos dos diferentes agentes engendrados. O território carrega, portanto, este peso histórico e simbólico.

O território pode ser entendido como espaço delimitado a partir de relações de poder, não se restringindo estas entretanto ao poder centralizador do Estado-nação, em razão de o poder ser inerente às relações humanas. Como todas as relações de poder, a mediada espacialmente é também produtora de identidade, de uma territorialidade que, a par de suas complexidades internas, identifica uma alteridade: os que vivem dentro dos seus limites, com tendência a separar quem está fora (LIMA; PEREIRA, 2007, p.109 - 110).

Souza (2001 *apud* LIMA; PEREIRA, 2007), afirma que a autonomia sobre o território dá sentido à economia e à identidade cultural de um grupo,

---

<sup>77</sup> A mais valia é um conceito utilizado na sociologia difundido por Karl Marx no século XIX, em que o valor do trabalho e o salário recebido pelo trabalhador apresenta uma desigualdade. Esta relação é construída entre a força de trabalho, o tempo de realização e o lucro obtido (MARX, 1983).

<sup>78</sup> Compreende-se campo a partir de Bourdieu (2004), pois para este autor, a própria noção de campo traria implícita a noção de disputa e tensões inerentes, onde agentes organizam seus espaços pelas relações que estabelecem. “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23).

apesar disso, a autonomia deste é incompatível à concepção do Estado centralizador. Uma vez que este deveria conceder a esses grupos, o poder e liberdade para gestão plena e autônoma de seus territórios. Isto poderia explicar, em parte, a inobservância da manutenção de direitos das populações tradicionais e sua fragilidade na expansão das fronteiras de exploração.

Como resultado da expansão dessas fronteiras econômicas, em nosso país, pode ser percebida a imposição hegemônica da gestão territorial do Estado-nação, direcionada à propriedade privada. Desse modo, outras formas de organização territorial, dentre as quais as de uso coletivo, sofrem sanções do aparato repressor.

A partir desta aproximação sobre o conceito de território, é possível avançar na compreensão a respeito da noção de territorialidade, de que nos fala Lima e Pereira (2007, p. 113):

A territorialidade dos povos indígenas [tradicionais] sempre representou um desafio para o Estado-nação brasileiro. Primeiro, porque a ideologia territorial reivindica um espaço geográfico para o uso exclusivo de seus membros, de sua “comunidade nacional”; segundo, porque ao se fundamentar no conceito legal de soberania, que postula exclusividade do controle do território nas mãos do Estado, dificulta-se o reconhecimento das territorialidades dos povos indígenas, principalmente como parte de sua problemática fundiária (LIMA; PEREIRA, 2007, p. 113).

Logo, a Territorialidade pode ser compreendida como o processo de construção social e cultural, a constituição de um tipo de organização que, formada pela interação de seus agentes produtores, acaba por transcender definições circunscritas, zonais, adquirindo uma roupagem rizomática<sup>79</sup> (LITTLE, 2004; HAESBAERT, 2014). A territorialidade é, portanto, “essencial para os grupos humanos e entende-se aqui por estratégia utilizada por um grupo social para ocupar, usar e controlar uma determinada área geográfica, o território, e então se identificar com ela e dar-lhe significado” (LIMA; PEREIRA, 2007, p. 108). Estes autores lembram que o conceito de territorialidade é de adoção tardia

---

<sup>79</sup> A expressão deriva de rizoma, na concepção de Pontes (2013, p. 21): “O esforço deleuziano é no sentido da conexão e da heterogeneidade: *qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo* (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 14). É muito diferente, da árvore ou da raiz que fixam num ponto, numa ordem”. Neste sentido, a compreensão de territorialidade rizomática espalha-se no ato ribeirinho de constituir seu modo de vida.

nas análises de antropologia, uma vez que seria advinda de um entendimento ligado à biologia.

A territorialidade, sob estas perspectivas e quando tratada a partir de processos de populações tradicionais, deve ser compreendida a partir de uma pluralidade. Reflexo da própria heterogeneidade e da diversidade de grupos e relações por eles desenvolvidas, fato que foi em certo grau contemplado pela legislação. Isto foi possível uma vez que parte dos teóricos nacionais, que estudavam questões de identidade de populações tradicionais e suas relações com seus territórios, atuaram na comissão que trabalhou para a elaboração do conteúdo. Assim está expresso no Decreto lei nº 6.040/2007:

Territórios Tradicionais – os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato as Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007, s/p).

Com base nesses direitos garantidos e compreendendo os contornos do que se pode, até o momento, chamar de territorialidade, é possível traçar as principais linhas de entendimento de como compreender as possíveis territorialidades que são construídas pelas populações residentes no REVISMA. E, então, analisar se suas especificidades influenciam na consolidação de seus direitos a uma moradia, ao acesso à natureza – o que lhes garante meios de reprodução sociocultural.

Sobre este aspecto, é importante salientar as relações que Godelier (1986) estabelece entre território, propriedade e acesso aos recursos. Dentro de sua lógica, haveria “sistemas de direito combinados” (GODELIER, 1986, p. 76), quando este se refere às formas de apropriação do território pelas populações e à forma como se organizam distributivamente. Ou seja, o pertencimento a um determinado grupo ou comunidade pode garantir, ou não, para determinado indivíduo que este tenha acesso a certos recursos que se encontram em dado local, identificado como pertencente (direito de uso) do grupo.

## 4.2 Populações Tradicionais

A despeito de sua existência milenar, as populações tradicionais passam a ser reconhecidas como sujeitos diferenciados apenas na história recente. Diegues *et al.* (2000) afirmam que este segmento era abordado pelas ciências sociais como populações camponesas, de uma maneira indistinta. Relacionados sempre à sociedade global, como pessoas que dependiam da terra para seu sustento, obtendo transformações tecnológicas a partir de suas relações com as cidades. Ainda segundo Diegues *et al.* (2000), esses grupos poderiam ser classificados como pré-capitalistas em determinada perspectiva marxista, colocados em um momento histórico em que o trabalho ainda não teria virado mercadoria, ou seja, permaneciam donos dos meios de produção. Apesar disso, é preciso considerar que variadas formas de trabalho subsistem na Amazônia, em especial para as populações ribeirinhas (ALVES, 2016).

Com o processo entrecortado de transformação das relações de produção, com as pressões sofridas no cercamento dos campos, há o acirramento das tensões que colaboraram a deixar evidente a configuração diferenciada dessas comunidades, e a necessidade de compreender sua existência a partir da necessidade de garantias diferenciadas, que irão se consolidar em legislações específicas em âmbito internacional.

Dentre os principais instrumentos legais que devem orientar as ações do Estado brasileiro face às populações tradicionais encontram-se: a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela 107ª Plenária, em 13/9/2007; a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005, promulgada pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 6.177, de 1/8/2007; a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promulgada pelo Decreto nº 5.753, de 12/4/2006; e a Convenção nº 169/89 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19/4/2004.

Estes documentos dão suporte e reconhecem os direitos garantidos às comunidades residentes em áreas tradicionalmente ocupadas e manejadas.

Garantem-lhes ainda direito à diversidade cultural, ou seja, à manutenção do seu modo de vida, independente de interferências externas.

Alcançar estes direitos e garantir sua aplicação não constituiu, e ainda não constitui, tarefa simples. Bem como não é tarefa corriqueira debater sobre as concepções que circundam a consolidação do conceito de Populações Tradicionais. As discussões sobre a definição do termo estão situadas a contar da década de 1970, junto aos embates ambientalistas (DIEGUES *et al.*, 2000; ALMEIDA, 2008; LITTLE, 2004; CAÑETE; CAÑETE, 2010).

O conceito abordado neste estudo procura estar afinado com os debates iniciados no “I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais”<sup>80</sup>, o qual culmina na aprovação da lei nº 6.040/2007, em que é possível encontrar a seguinte definição:

Povos e Comunidades Tradicionais – grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, s/p).

Esta definição, estabelecida internamente pelos próprios grupos, mantém sua legitimidade atual, especialmente em relação aos embates com as gestões de UC<sup>81</sup>. Outro elemento importante, presente nessa conceituação trazida pelo decreto lei nº 6.040/2007, é a noção expressa de território, como um espaço social fundamental, conforme demonstrado na seção anterior.

Antes deste decreto, porém, existiam alguns instrumentos que lhes deram subsídio para contemplar as demandas específicas dessas populações tradicionais e o principal deles foi a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989), e, mais especialmente, na interface com as UC, a lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Esta última contempla diferentes artigos que indicam o reconhecimento destas populações. Já em seu artigo 4º, inciso XIII, no qual se descreve os

---

<sup>80</sup> Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/PDF%20-%20I%20Encontro%20Nacional%20de%20Comunidades%20Tradicionais.pdf>

<sup>81</sup> Conforme disposto no manual de atuação da 6ª Câmara do MPF para tratar das relações entre populações tradicionais e UC (BRASIL; MPF, 2014).

objetivos do SNUC, lê-se: “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (BRASIL, 2011, p. 07). E em seu artigo 5º, inciso X, encontra-se a orientação de que o SNUC seja regido por diretrizes que:

[..] garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos (BRASIL, 2011, p. 08).

A utilização da categoria Populações Tradicionais, da qual o ribeirinho é integrante, apesar de suas limitações, como demonstram alguns dos autores supracitados (especialmente ALMEIDA, 2008; DIEGUES *et al.*, 2000), será empregada em orientação ao apresentado nestes mecanismos de garantias de direitos nacionais e internacionais.

As populações e povos tratados genericamente sob este termo guardachuva comungam de sua autopercepção de moradores de um local com condições específicas, deste modo, identificar-se enquanto ribeirinho é também uma construção política (ALMEIDA, 2008). A legislação trazida pela Convenção nº 169 da OIT constitui uma das principais ferramentas de gestão que irá fundamentar a necessidade de regularização fundiária para as populações estudadas. No Brasil, este tratado foi recepcionado pelo Decreto nº 6.040, de 2007.

Para Diegues *et al.* (2000), as populações tradicionais apresentam características que as diferenciam, e muito, das populações típicas dos meios urbanos maiores e mais industrializados. Possuem relevante conhecimento da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais, os quais são os mantenedores de seu modo particular de vida. Suas atividades econômicas apresentam relações de dependência com a natureza e, longe de apresentar características predadoras, limitam, graças ao uso de tecnologia relativamente simples, o impacto sobre o ambiente. As atividades econômicas, sociais e culturais têm como base a unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou de compadrio.

Entre as características que costumam ratificar a tradicionalidade, encontram-se aquelas voltadas ao manejo de recursos naturais, em sua relação direta com a manutenção física e cultural dessas comunidades. Disto refletem que as diferentes categorias, usualmente enquadradas no conceito de População Tradicional, respondem às práticas produtivas que garantem a materialidade de sua subsistência. Destacam-se a combinação de várias atividades econômicas, como a criação de pequenos animais para consumo próprio, pequenos cultivos, extração de produtos florestais não madeireiros<sup>82</sup>, caça e pesca.

Destas práticas, sobrevivem subcategorias ligadas aos processos que lhes conferem uma interface com o mercado, porém, as relações econômicas dessas populações com o mercado externo são reduzidas, uma vez que a produção visa à subsistência, tendo como consequência processos limitados de acumulação de capital.

Segundo Diegues (1992c, p. 142 *apud* DIEGUES, 2000, p. 87):

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse 'know-how' tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância.

É neste sentido que se avalia que a gestão dos bens comuns desenvolvida por essas comunidades não leva à “tragédia dos bens comuns”<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> Produtos Florestais não-madeireiros é um conceito amplo que contempla uma gama variada de produtos comestíveis ou não, dentre os quais se encontram látex, açaí, cipós, fibras, sementes e cascas de árvore. Para uma descrição mais detalhada consultar Santos *et al.* (2003).

<sup>83</sup> A teoria da “tragédia dos bens comuns” foi proposta por Hardin (1968), segundo a qual a noção dizia respeito ao comportamento individualista face à constatação de finitude dos recursos, que levariam ao esgotamento acelerado (e inevitável) dos recursos naturais. O autor usa como exemplo o esgotamento de um pasto público, onde os donos tenderiam a aumentar sua capacidade produtiva individual ao perceberem a limitação de utilização do mesmo.

preconizada em período anterior. A este respeito, Ostrom (1999) revela que os mecanismos organizacionais próprios dessas comunidades seriam suficientes para garantir não só a manutenção dos recursos, mas também a sua ampliação. Ou seja, suas estratégias reforçam a gestão coletiva dos recursos, como aspectos potenciais, e podem ser citados seus baixos padrões de consumo, a multiplicidade de fontes de recursos, como evidencia Diegues (2000):

Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra 'respeito' que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade (DIEGUES, 1992c, p. 142 *apud* DIEGUES, 2000, p.87).

As relações entre populações tradicionais e seu local de moradia constituem parte significativa dos mecanismos identitários desses grupos humanos. Segundo Almeida (2008), as diferentes categorias que são acionadas, como faxinalenses<sup>84</sup>, ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, caiçaras<sup>85</sup>, entre outros, costumam ser atribuições externas que, ao longo do processo de constituição política, permitiram que as pessoas envolvidas se orientassem em um processo de autocompreensão de sua origem, debate este também presente na obra de Little (2004).

Os motivos que levaram grupos e pessoas a ocultar identidades (especialmente em caso de indígenas e quilombolas) estão ligados ao processo de serem transformados de sujeito à “coisa” (coisificação) (SOUZA, 2007). Deste mesmo modo, ao passo em que a organização interna é capaz de garantir direitos mínimos a essas populações, há um movimento de retomada de suas histórias antigas, as quais buscam remontar uma ocupação tradicional e assim

---

<sup>84</sup> Residentes em propriedades de uso comum tradicionalmente desenvolvidas em Santa Catarina.

<sup>85</sup> Residentes em propriedades de uso comum, ligados a uma territorialidade do litoral do sudeste, entre o sul do Rio de Janeiro e o Norte do Paraná.



constituir sujeitos políticos mais por sua prática do que por uma construção conceitual (CUNHA; ALMEIDA, 2001).

Seguindo a reflexão conceitual proposta, Cunha e Almeida (2001) sinalizam para o fato de que este conceito aponta para a formação de sujeitos políticos, envolvidos em novas relações de poder. Na relação entre estes agentes distintos, estariam sendo produzidas e internalizadas as alteridades, e em situações específicas, a utilização de determinada categoria pode garantir ao outro uma posição política interessante, conferindo-lhe direitos diferenciados.

Neste contexto, pode-se trabalhar com uma noção fluida de populações tradicionais, heterogêneas, em constante transformação. Em que suas variações dependem de múltiplos fatores contextuais que se influenciam mutuamente, dos quais se destaca a cultura, a construção do lugar, as relações sociais e a interface com agentes externos, em especial, o Estado (CUNHA; ALMEIDA, 2001).

De acordo com Yi-Fu Tuan (1983), os significados de Espaço e de Lugar estão unidos, no sentido de que um não pode ser definido sem o outro. Tuan (1983) aponta lugar denotando segurança e estabilidade, por sua vez, atribui ao Espaço uma concepção ligada à amplitude e liberdade, nas palavras do autor “[...] se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar” (TUAN, 1983, p. 06). Esta noção é importante no contexto que está sendo abordado, uma vez que as populações locais, que outrora possuíam relações diferentes com a questão de limites e barreiras, agora, com a concretização do Plano de Gestão da Unidade de Conservação, possivelmente passarão por situações nas quais verão surgir restrições e barreiras onde antes não existiam.

Ao se considerar as definições oferecidas a respeito de território, territorialidade e populações tradicionais, bem como as análises conjuntas dos relatos dos moradores de Ponta Negra e Santo Amaro, é possível afirmar que estes possuem relações construídas com o seu espaço ao longo do tempo, constituindo uma paisagem cognoscível a eles.

## 5 PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES

Ao tratar-se de participação social é preciso compreender a participação como o processo de inserção dos sujeitos na sociedade, bem como suas estratégias na interface da consolidação ou qualificação da democracia e da cidadania. Quaresma (2012) diz que a participação é acionada a partir de mecanismos variados em cada grupo, sendo estes instrumentos adquiridos ou por luta (conquista do grupo) ou por cessão em função de fatores diversos.

Esta ideia está sediada nas análises de Pateman (1992), nas quais o autor promove uma discussão a respeito dos limites da participação dentro da democracia. Para isso, o autor se apoia na concepção de Rousseau quando diz que:

a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas (PATEMAN, 1992, p. 35).

Para Ammann (1978), a participação social diz respeito a um processo onde os diferentes atores e grupos sociais “tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (AMMANN, 1978, p. 61). É um processo complexo que envolve diferentes instâncias convergentes e divergentes, possuem mecanismos objetivos e subjetivos que impulsionam os indivíduos a assumir protagonismo nos processos decisórios.

Compreender como os processos de participação se constituem entre os agentes envolvidos na consolidação da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, passa por compreender também, as correlações de forças existentes nas diferentes instâncias envolvidas, dentre elas as comunidades, o órgão Gestor, as instituições representadas no Conselho Gestor e as motivações individuais dos atores que compõem essas representações.

Para efeito de análise, foram separados alguns momentos e instâncias distintas de participação e engajamento comunitário. Na primeira esfera, apresenta-se uma análise a respeito da capacidade dos comunitários de Ponta

Negra e Santo Amaro de se organizarem em prol de suas demandas. Neste aspecto contrasta-se realidades locais com a visão que o órgão gestor possui da capacidade organizativa dos representantes das comunidades.

No momento seguinte, em uma instância mais regulamentada, analisa-se a participação dos comunitários dentro dos locais oferecidas pelo órgão gestor, especificamente o Conselho Gestor. Mas antes é preciso discutir um pouco a respeito do que é comunidade, e porque optou-se por esta designação neste estudo.

### **5.1 Mobilização das comunidades ribeirinhas de Ponta Negra e Santo Amaro**

As comunidades de Santo Amaro, às margens do igarapé Taiassuí e Ponta Negra, às margens do Rio Guamá não possuem associações formalmente instituídas. Apesar disso, possuem relações muito próximas, em decorrência de relações de parentesco estabelecidas no processo de formação das comunidades, como visto anteriormente.

Ao se questionar os representantes do Órgão Gestor sobre a capacidade de organização e mobilização das comunidades de Ponta Negra e Santo Amaro, bem como se o órgão havia levado em consideração esse elemento na construção do Plano de Gestão da UC, percebe-se a falta de uma análise mais aprofundada a respeito das estruturas internas das comunidades. Apesar do discurso de construção participativa do instrumento que subsidiará a gestão da Unidade, percebe-se a dificuldade de estabelecer ferramentas que contemplem a multiplicidade e a complexidade dos atores locais. Quando indagado a respeito do grau de organização, o representante do Órgão Gestor oferece a seguinte resposta:

Não, não tinham nada [...] Então a partir de 2016 a gente começou a acompanhar mais de perto e percebeu que eles não tinham nenhum nível, assim, todos têm um nível de organização, né, mas assim, muito precário né. Eles não conversavam entre eles, né. A relação da Ponta Negra com Santo Amaro que ainda tem uma relação assim de amizade entre os, as pessoas ali, né, os moradores, mas assim não tem uma coisa assim de organização em prol, mobilização em prol de uma causa, alguma, em algum sentido assim a gente não percebe nada, assim mais uma relação de amizade, aquela coisa... mais assim

estrategicamente para a unidade de conservação nada (RVS\_GEST\_001, IDEFLOR-Bio, 09 de novembro de 2018).

Apesar desta visão do gestor a respeito da fragilidade das comunidades em termos de garantir sua organização interna e refletir participação em uma eventual relação de forças que devem acionar para responder a uma demanda específica, percebe-se que falta ao órgão considerar fatos históricos relatados pelos próprios comunitários, desde o momento das oficinas participativas para a consolidação do Plano de Gestão.

Toma-se como exemplo, relatos de moradores da comunidade de Ponta Negra para compreender que, para cada tipo de demanda existe uma forma de mobilização e organização que é acionada para resolvê-la ou contorná-la. Neste relato, o morador explica a forma como procuraram resolver a situação da demissão na Pirelli S/A e a ação da empresa que exigiu que os moradores saíssem das casas ocupadas, uma vez que elas eram de propriedade da empresa:

[...] depois que a Pirelli fechou que aí fomo pra justiça, eles queriam jogar nós direto aqui é velho “iã” (velhão?) nesse tempo, Mário que era os encarregado aí. Aí nós ficamo lutando lutando aí foi um tempo que o advogado deu a causa ganha pro papai né. Aí nós ficuemo, foi o tempo que eles foram embora daí, entregaro parece pro governo, o governo tomou conta que é do estado agora né. Aí nós ficamo aí. Vinha aí o pessoal que... O pessoal que sempre vem aí, ninguém não mexe com nós. Ninguém saímo naquela época agora que a gente não sai mesmo (RVS\_CPN\_005, Comunidade Ponta Negra, 12 de dezembro de 2018).

Esse relato do representante da comunidade demonstra uma capacidade inclusive de acionar meios legais para a garantia de direitos. Em contraste, a participação dos moradores das comunidades, que será tratada na sessão seguinte, apresenta realmente um grau menor influência, conforme a narrativa do Gestor.

A comunidade Santo Amaro não é diferente, o episódio da escola, relatado na seção 3, demonstra a organização em prol de uma conquista coletiva que significa a melhoria da comunidade. Da mesma forma, relatam que, apesar de não haver participação de todos os moradores nas conversas que eles têm (reuniões/processos decisórios), há participação na execução das atividades necessárias: “Aqui a gente se ajunta só nós aqui mesmo né. Aí se tiver que fazer

algum serviço a gente fala um pro outro: *vamos fazer? Vamo*” (RVS\_CSA\_022, Comunidade Santo Amaro, 18/02/2019).

Há de fato uma lacuna na percepção das formas e potencial organizativo das comunidades tanto na visão dos gestores quanto do Instituto que trabalhou na elaboração do Plano de Gestão. Quando perguntada, sobre a capacidade organizativa das comunidades Ponta Negra e Santo Amaro, a representante do Instituto Avaliação responde que viu “uma tímida organização dessas comunidades, existe uma associação, existe uma organização, mas ela até onde eu tomei conhecimento ela não tem uma força de pressão de grandes proporções, é uma organização sim” (RVS\_IA\_007, 24 de janeiro de 2019).

## 5.2 Participação das comunidades no Conselho Gestor

Para analisar a participação dos comunitários de Ponta Negra e de Santo Amaro no Conselho Gestor, desde seu processo de criação até sua efetiva participação (ou não participação) nas reuniões desta instância consultiva, foram acessados diferentes tipos de documentos, ressaltando-se que nem todos encontram-se publicados. Há uma dificuldade de precisão de datas, pois muitos documentos e relatórios apresentam divergências nas datas existentes. Um exemplo é uma ata do conselho publicada duas vezes com dois dias de diferença (estas contêm pequenas alterações textuais, mas tratam da mesma reunião). Este tipo de problema aparenta se dar em decorrência dos processos internos adotados (este tipo de lacuna não será analisada, mas cabe ser registrada).

“Relatório do Processo de Criação do Conselho da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia – REVIS”   o nome de um documento não publicado<sup>86</sup>, elaborado pela Diretoria de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conserva o (DGMUC/IDEFLOR-Bio), datado de outubro de 2015. Neste documento,   possível encontrar os principais pontos das etapas então desenvolvidas para a forma o do conselho, descri o breve

---

<sup>86</sup> Documento intitulado “Relatório do Processo de Cria o do Conselho da Unidade de Conserva o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia – REVIS”. Cedido pelo  rg o Gestor IDEFLOR-Bio.

das metodologias utilizadas, quantidades de reuniões com cada um dos setores envolvidos.

Ainda neste mesmo relatório, consta que para a formação do Conselho Gestor aconteceram três oficinas preparatórias. A primeira junto aos comunitários da Vila Dique e Três Marcos, próximo à entrada oficial do Refúgio (no dia 15 de novembro de 2012), a segunda com representantes do poder público na sede da antiga DIAP-SEMA/PA (no dia 04 de dezembro de 2012). A terceira oficina seria na escola da comunidade Santo Amaro no igarapé Taiassuí, onde participaram representantes desta comunidade e da comunidade de Ponta Negra (09 de março de 2013) conforme registro fotográfico (Fotografia 8).

Fonte: Gerência REVIS Metrópole da Amazônia/GRB/DGMUC/Ideflor-Bio.

**Fotografia 8: Participação de moradores na escolha do Conselho.**



Neste ano de 2013, os documentos acessados registram a presença dos comunitários de Ponta Negra e Santo Amaro nas reuniões sobre o refúgio, sejam elas referentes ao encontro do Conselho ou demais atividades. Na ata da criação do Conselho Gestor, datada de 12 de abril de 2013, encontra-se a presença de apenas uma comunitária de Ponta Negra, H.P.D. (IDEFLOR-BIO, 2013).

No Relatório de 2015, encontra-se ainda o seguinte registro sobre as primeiras reuniões do Conselho Gestor:

A primeira Reunião Ordinária do Conselho do REVIS Metrópole da Amazônia ocorreu no dia 10 de dezembro de 2013, conforme ATA em Anexo ao relatório. A partir da data de criação, o Conselho do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia reuniu –se mais 11 (onze) vezes entre 2013 a 2015, até a data de construção deste relatório (DGMUC/IDEFLOR-BIO, não publicado, p. 16).

Neste dia 10 de dezembro de 2013, portanto, foi realizada a primeira reunião ordinária que deu posse aos representantes do Conselho Gestor do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia (Fotografia 9). A comunidade de Ponta Negra esteve representada nesta reunião por J. J. V. V.

**Fotografia 9: Primeira reunião do Conselho Gestor do Refúgio.**



Fonte: Gerência REVIS Metrópole da Amazônia/GRB/DGMUC/IDEFLOR-Bio.

Crisomar Lobato, responsável pela Diretoria de Áreas Protegidas (DIAP/SEMA-PA) descreve parte do processo:

Voltando para o Refúgio de Vida Silvestre eu coordenei a criação nessa unidade de conservação em 2010 deu um trabalho enorme a consulta pública foi em Marituba você pode imaginar uma consulta pública na região metropolitana então entra

Belém, Ananindeua, Marituba foram dois Secretário de Estado, mas conseguimos aprovar se não me falha a memória foi 99% (noventa e nove por cento) de aprovação apenas 1% (um por cento) de insatisfeito, nós temos toda essa documentação de aprovação e criação, essa área foi adquirida pelo poder do Estado, hoje estou aqui participando da posse do conselho e que a Socorro é a gerente desta Unidade de Conservação nós conseguimos aprovar em 2010 o Refúgio de Vida Silvestre – REVIS com área 6.300,00 (seis mil e trezentos hectares), e área total da antiga Pirelli de 7.300,00 (sete mil e trezentos) (IDEFLOR-BIO, 2013).

Cabe salientar que nesta reunião a Presidente do Conselho à época, M. S. A. disse claramente que as comunidades residentes não deveriam temer sua remoção. Esta fala foi motivada pelo questionamento levantado por um dos presentes:

Pastor pergunta: Quantas família moram dentro da unidade? A Socorro responde: - Temos aproximadamente 8 no Santo Amaro, 7 na Ponta Negra, mais na Vila do Dique e Três Marcos. O Pastor pergunta novamente: - Visto que não é muito grande o número de família, teria condições de conseguir uma área de terra por meio do governo Municipal, Estadual ou Federal fora da unidade e fazer casa para remanejar essas famílias? Assim como a estrutura que já existem seria adequado para ficarem os pesquisadores? A Socorro responde: Algumas casas já estão liberadas não tem morador e relação a sua sugestão podemos levar para o conselho mais tarde e conversamos sim sobre isso! O Objetivo da unidade não é tirar as pessoas que estão morando lá dentro desde que os moradores do refúgio estejam de acordo com os objetivos da unidade eu não posso manter na unidade pessoas que estão caçando e matando com os bichos lá dentro. O Pastor responde: - Essa não foi a minha intenção quando eu sugerir em tirar as pessoas de dentro da unidade, até seria de melhor veja bem por exemplo, eu moro dentro da unidade e não vou poder dizer nunca que esse quadrado aqui é meu acredito se houvesse condições de remanejar essas pessoas para outro lugar visto que não é muita as famílias eu creio que a unidade até estaria beneficiando os moradores que estão lá dentro. A Socorro responde: Ponta Negra e Santo Amaro são duas comunidades que pode ficar sossegado que não vão precisar sair da unidade desde que utilizem os recursos de forma sustentável (IDEFLOR-BIO, 2013).

Em 2014 foi possível obter poucos registros, há uma ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho, datada de 14 de abril. Tendo como pauta o licenciamento da Revita (Usina de processamento de resíduos sólidos, conforme descrito no documento), além da continuidade da discussão sobre o regimento interno do Conselho. Nesta oportunidade, P.S.O., representante da comunidade



Santo Amaro esteve presente. No ano de 2014, as comunidades Santo Amaro e Ponta Negra tiveram apenas duas presenças em um total de seis encontros realizados pelo Conselho Gestor (IDEFLOR-BIO, 2014).

Em 2015, os membros empossados pelas comunidades Santo Amaro e Ponta Negra junto ao Conselho permanecem os mesmos desde 2013, R. C. D. (Ponta Negra) e P. S. O. (Santo Amaro). Neste ano de 2015, das quatro reuniões realizadas, os representantes das comunidades participaram apenas de uma das reuniões, a 8ª (24 de abril de 2015)<sup>87</sup>, que tinha por pauta apresentar as mudanças do órgão (passagem da gestão SEMA/IDEFLOR-Bio) e do novo gestor do Refúgio, J. M. J..

A análise das presenças das instituições demonstra a falta de participação dos comunitários, bem como dos demais membros da sociedade civil, com média de participação abaixo de 50%. Isso pode ocorrer por variados fatores, entre os quais, a distância entre o local das reuniões e a residência dos comunitários, a falta de aviso prévio da realização da reunião, fatores pessoais, entre outros.

Apesar do órgão gestor disponibilizar transporte e alimentação aos participantes, os representantes das comunidades ribeirinhas ainda possuem limitações que dizem respeito às dinâmicas internas de suas comunidades. Na Comunidade Ponta Negra, moradores relatam que nem sempre ficam sabendo das reuniões, já em Santo Amaro, além da falta de informação sobre a realização das reuniões houve impossibilidades pessoais por limitações de saúde de um dos representantes e o desinteresse de outro por não perceber retorno esperado.

Em todas as reuniões do ano de 2015 o assunto predominante girou em torno do Aterro Sanitário<sup>88</sup> instalado na fronteira da Unidade. Com relação à composição do conselho e faltas dos membros que levariam à perda do assento fora ponderada a importância da participação das comunidades locais (representantes da sociedade civil), em dado momento da 9ª reunião encontra-se um relato que demonstra a dificuldade de comunicação entre o órgão gestor e os representantes das comunidades:

---

<sup>87</sup> Conforme planilha de levantamento de faltas/presenças elaborada pelo órgão gestor (cedida pelo IDEFLOR-Bio).

<sup>88</sup> Empresa Guamá/REVITA.

Sr. Gesta Melo (CEPLAC) disse que é importante realizar estudos e fomentar a cadeia produtiva no REVIS, mas sendo importante a participação da comunidade, que são os que mais conhecem a área, para melhor aproveitamento. Sr. Júlio disse que foi feita a reunião e apenas o representante da CEPLAC, o representante das comunidades do Tuiassuí, Ponta Negra, não compareceram. Sr. Joaquim (Abacatal) falou que não compareceu devido não ter sido informado sobre a reunião, antes era feita o contato, mas ficou sabendo da reunião do conselho pelo Sr. André (IDEFLOR-BIO, 2015b).

Na 11ª reunião do conselho (dia 24 de maio de 2016), realizada no auditório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), localizado na BR 316, houve o retorno da discussão sobre a exclusão de representantes faltosos. Dentre os quais encontravam-se os representantes da sociedade civil: Seringueiros do REVIS e Comunidade Ponta Negra.

Conforme registrado em ata: “Alguns conselheiros se manifestaram contrários à retirada imediata das representações faltosas argumentando que, primeiramente, deveriam ser oficializadas para que as mesmas tivessem um prazo de manifestação para justificar suas faltas e depois, se não apresentassem a justificativa, seriam retiradas do conselho [...] O Sr. Joaquim, representante da Associação Quilombola do Abacatal alegou que algumas pessoas têm dificuldade de acesso para chegar até o local das reuniões (IDEFLOR-BIO, 2016a).

Após ser realizada uma votação foi determinada a exclusão dos faltosos por nove votos a favor e três contrários, com a ressalva de que os representantes poderiam se candidatar novamente para compor a nova formação do conselho. A maioria do tempo é utilizado para a discussão a respeito do Aterro Sanitário, porém são tratados aspectos que tangem ao desenvolvimento de atividades turísticas e de pesquisa dentro da UC, bem como a construção do Plano de Gestão da Unidade, uma vez que já estaria em processo de licitação da empresa para produzir o documento.

Assim, na ata da 12ª Reunião do Conselho Gestor (26 de outubro de 2016) encontram-se os principais encaminhamentos sobre o Plano de Gestão com a apresentação da equipe de trabalho do Instituto Avaliação, da qual estive presente. Assim como nas outras reuniões, é possível perceber o assunto do Aterro de Marituba. Discussões sobre pautas que afetem diretamente as

comunidades residentes no interior e entorno imediato sempre se fazem de modo tangencial, principalmente pela ausência constante de seus representantes.

Na última reunião de 2016 (13ª reunião do conselho - dia 21 de dezembro de 2016), vê-se a continuidade do processo de exclusão/renovação, onde ficou ratificado a exclusão dos representantes faltosos no Conselho, ou seja, após dois anos de discussão, ainda não havia sido solucionada a questão da participação de novos representantes. Nesta reunião, onde mais de uma vez não estiveram presentes representantes das comunidades Ponta Negra e Santo Amaro, foram discutidos ainda assuntos referentes às ações do Conselho em 2017, Plano de Gestão e Aterro Sanitário de Marituba.

A análise destas atas<sup>89</sup> de reunião, apesar de apresentar lacunas e limitações inerentes ao instrumento de documentação promovido pela Gestão, representa um dado importante para entender a participação das comunidades dentro de instâncias de poder (mesmo que relativos). A partir destes documentos, é possível perceber que as comunidades se fizeram representar com mais participação no ano de 2013, quando foram realizadas diversas ações de mobilização local e oficinas nas comunidades. Como visto no início desta subseção, após esta época, a redução de ações junto às comunidades e a falta de resultados acabam por desmobilizar a participação de alguns conselheiros, especialmente representantes da sociedade civil, conforme pode ser percebido no seguinte relato:

Não a gente não recebeu mais, não enviaram mais nenhuma mensagem pra gente dizendo quando vai ter reunião. A gente só em uma reunião ano passado, esse ano a gente não foi, ainda não comunicaram a gente de nada. [...] A gente falava sim o que a gente precisava, só que a gente fala, só que pouco a gente conseguimos o que eles prometiam e que a gente queria, infelizmente até agora ainda não cumpriram todas as propostas (RVS\_CSA\_020 Comunidade Santo Amaro, 19/02/2019).

Como pode ser percebido, o contexto participativo das comunidades tradicionais junto ao Órgão Gestor é flutuante, com tendência a estar condicionado ao esforço do gestor em incluir essas pessoas nos canais de diálogo. Como será visto na subseção seguinte, durante a elaboração do Plano

---

<sup>89</sup> Para mais detalhes ver quadro síntese no Apêndice H.

de Gestão da UC, embora as comunidades tivessem assegurada sua participação e o canal de diálogo, a forma como fizeram uso deste espaço esteve sempre condicionada à disposição dos atores externos incidirem ativamente na construção do diálogo.

Os atores mais participativos durante o período analisado foram os responsáveis pelo Restaurante Rural Terra do Meio e Instituto Pirelli que, em diferentes ocasiões, quando da ausência de representantes das comunidades, marcavam a necessidade de ouvir esses atores. Bem como buscaram garantir-lhes a permanência quando foram ameaçados de perder assento no Conselho.

### **5.3 Participação Comunitária na Elaboração do Plano de Gestão da UC**

A participação das comunidades na consolidação do Plano de Gestão da UC REVISMA consolidada pelo Instituto Avaliação junto ao Órgão Gestor IDEFLOR-Bio seguiu em parte às recomendações do contrato licitado (contrato número 033/2016). Algumas mudanças foram sugeridas pela equipe do IA, a fim de permitir mais oportunidades de incluir as comunidades no processo.

A própria realização de um levantamento de dados primários levando em consideração aspectos socioeconômicos não fizeram parte do referido contrato, mas foi construído durante as reuniões com o Conselho Gestor, composto de modo paritário, mas como visto, com participação limitada das comunidades locais.

As dificuldades em compreender o que é de fato um Plano de Gestão e como aplicá-lo é percebida pelos atores institucionais, quando perguntado a respeito da participação comunitária nos processos de elaboração do Plano de Gestão tendo por base a incorporação dos principais conceitos, o responsável fez o seguinte relato:

[...] acho que não se entende ainda o que é um Plano de Gestão. Apesar de toda essa inovação, não só eles [...], eu acho que todo mundo do... todos aqueles que participavam do Conselho não entendem ainda o que é um Plano de Gestão acho que por causa do histórico né, do histórico que existe aí. Então eu acho assim, não existe ainda o entendimento do que seria, da finalidade do que seja um Plano de Gestão. A não ser dessa questão que abriu um espaço pra eles. Acho que eles entenderam que era uma oportunidade pra firmar eles ali (RVS\_GEST\_002, 11 de dezembro de 2018).

Da parte do Instituto Avaliação, a entidade responsável pela condução da elaboração do Plano de Gestão, os responsáveis avaliam que apesar de algumas dificuldades, as comunidades fizeram valer sua voz em momentos mais cruciais que tratavam do regramento de uso dos recursos. Quando perguntada se a participação das comunidades foi suficiente e adequada às necessidades do estudo, a coordenadora do Instituto se manifestou da seguinte forma:

Durante a elaboração do Plano de Manejo, a minha avaliação é que sim. Durante as etapas que a gente organizou que envolvia processos participativos, coletivos, sempre havia... era marcada pela presença dessas comunidades, tanto de dentro da UC quanto próximo, como Abacatal, estavam presentes se manifestando em várias ocasiões, em alguns aspectos timidamente, mas assim, em relação aos conhecimentos do território eles se manifestavam bastante e sempre estiveram presentes, sempre demonstravam participação e em outras espaços também, que a gente observou, por exemplo para discutir condução, questões até de regramento dos recursos, a gente acompanhou diversas reuniões para tratar de temas diferentes, e a presença das comunidades era notória e eles sempre se manifestaram em relação a esses vários pontos que eram trabalhados (RVS\_IA\_007, 24 de janeiro de 2019).

Apesar disso, é possível perceber com os relatos dos comunitários, que os mesmos não conseguem distinguir com clareza as diferentes reuniões e ações das quais participam. Neste sentido, o entendimento da participação deles na elaboração do Plano de Gestão, apesar de existente, ainda se mantém de modo subsumido. Quando perguntados sobre a participação nestas atividades de elaboração do Plano de Gestão, representantes de Ponta Negra e Santo Amaro se confundem com o manejo/gestão de seus próprios terrenos, sempre ligando a memória com atividades produtivas.

Além disso, a clareza de objetivo de cada um dos encontros, de cada uma das reuniões, às vezes pode ficar diluída face às demandas que são apresentadas. A esperança de um dos gestores é de que, em face da elaboração do Plano de Uso Tradicional dos Recursos<sup>90</sup>, uma das etapas do Plano de Gestão da UC estas diferenças possam se tornar menos opacas a eles.

---

<sup>90</sup> Foi previsto dentro do Plano de Gestão da Unidade a elaboração de um Plano de Uso Tradicional dos Recursos. Um documento que seria construído com o protagonismo das comunidades ribeirinhas de Ponta Negra e Santo Amaro, indicando seus regramentos internos, levando em consideração as atuais regras do REVISMA.

O que se pode afirmar é que as comunidades não renunciariam a seus direitos, da possibilidade de continuar residindo nos mesmos locais e utilizando as áreas de mata as quais eles já vêm trabalhando ao longo dos últimos trinta anos. Talvez esta certeza, da necessidade de lutar pela manutenção do seu modo de vida tenha impelido os moradores de Ponta Negra e Santo Amaro a participar das atividades e reuniões desse processo iniciado na implementação da UC.

Porém, essa necessidade de garantia do modo de vida destas comunidades não parece ter chegado aos gestores enquanto uma demanda concreta. Quando perguntado se a proposta de manutenção das populações tradicionais utilizando os recursos teria sido uma demanda das comunidades e/ou do Conselho Gestor, o interlocutor do Órgão foi enfático em afirmar que “Não, não foi não, não foi, foi... claro, tiveram aquelas... tiveram muitos conflitos ao longo da elaboração, mas acho que eram conflitos na busca de todos fazerem o melhor, eu acho” (RVS\_GEST\_002, IDEFLOR-BIO 11 de dezembro de 2018).

Apesar da fala entrecortada, é possível perceber que havia tensões postas dentro do processo, que exercendo alguma influência colaboraram para o resultado final alcançado. Nestes embates interiores à esse processo, a responsável pelo Instituto Avaliação aponta tensionamentos dentro da própria equipe de elaboração do Plano de Gestão, que, assim como no IDEFLOR-Bio, possuía técnicos mais voltados ao conservacionismo, de modo que a vertente mais social de ambos os grupos acabou prevalecendo ao final da construção do documento.

#### **5.4 Diferenças entre SEMA e o IDEFLOR-Bio na gestão da UC**

A diferenciação apresentada na seção 1 a respeito da separação entre Preservacionistas e Conservacionistas é um dos elementos que estiveram presentes no cotidiano das pessoas envolvidas com essa UC, sejam os moradores e/ou especialmente os gestores. Estas diferenças são percebidas como embates (mesmo que positivos) por gestores e responsáveis pela Elaboração do Plano de Manejo, conforme relato a seguir:

[...] duas pessoas que foram me influenciando bastante nesse processo era o A. R., [...] e do J. C. Eram duas visões, não sei se tu sentistes isso durante o trabalho, mas eram duas visões muito antagônicas assim. Que eu não sabia que existia isso né. Que existia uma luta mortal entre os conservacionistas e os preservacionistas. Eu achava até um pouco cômico isso. Então eu não pendia pra nenhum desses dois lados, ficava aí nesse meio termo (RVS\_GEST\_002 IDEFLOR-BIO, 11 de dezembro de 2018).

Pelos comunitários esta diferença é percebida nas restrições ao seu modo de vida tradicional. Desta forma, a mudança entre uma gestão e outra<sup>91</sup> representou uma garantia de manutenção das atividades cotidianas. Quando perguntados sobre como percebiam a atuação da gestão anterior, moradores de Santo Amaro descreveram relações mais conflituosas:

Só isso que atrapalhou um pouco porque foi o pessoal da SEMA que pegaram... o batalhão que vinha né... da gestão da SEMA, aí a SEMA trazia o BPA com ela quando vinham, e eles exigiam coisas que não era pra exigir, só isso que foi o atropelo mas isso foi pouco tempo, isso... uns dois, três anos, por aí que foi mais essa perseguição da SEMA, por aí. Aí eles vinham, a gente tava fazendo serviço, aí eles queriam transferir no serviço da gente... Uma vez até pegaram meu irmão fazendo manejo do palmito e prenderam nós, nós ainda fiquemo uns dia detido lá (RVS\_CSA\_020, Comunidade Santo Amaro, 19 de fevereiro de 2019).

Sobre a atuação do IDEFLOR-Bio em contraste com a SEMA, o entrevistado foi incentivado a comentar se ele havia notado diferença entre a gestão da SEMA e do IDEFLOR-Bio, ao qual descreveu que, com este último, a situação

melhorou bastante pelo um ponto, foi liberado muita coisa pra gente, trabalhamo mais tranquilo, a gente já sabia o que podia tirar e o que não podia tirar, regulamento tudo certinho. Antes era mais complicado que a gente não tinha contato com eles [SEMA] aí tudo era embargado, tudo que a gente queria fazer não deixavam né, vai fazer uma casa, tirar madeira tinha que tirar escondido porque não liberavam (RVS\_CSA\_022, Comunidade Santo Amaro, 19 de fevereiro de 2019).

Neste depoimento pode ser percebido o caráter repressivo que foi caracterizado pela gestão da SEMA, onde a visão preservacionista era o mote do órgão. Para um dos integrantes da equipe de gestão do IDEFLOR-Bio, a

---

<sup>91</sup> Mudança de SEMA para IDEFLOR-Bio no ano de 2009.

própria estrutura do Órgão (SEMA à época) dificultava aos funcionários mudarem a lógica punitiva, ao passo que no IDEFLOR-Bio, enquanto Órgão com pouco tempo de criação, não haveria tantas dificuldades em promover inovações. Uma destas inovações seria o Projeto AgroVárzea<sup>92</sup>, idealizado e implementado pelo Órgão Gestor para desenvolver as comunidades residentes dentro ou no entorno de UC.

A equipe do IDEFLOR-Bio entende que a execução do Projeto AgroVárzea, como sendo positiva, porque possibilita maior aproximação do Gestor com as Comunidades locais, ampliando a possibilidade de geração de engajamento e capacidade organizativa, conforme pode ser visto no relato do Órgão Gestor:

[...] dentro do Agrovárzea por exemplo a gente tem participação não só de ribeirinhos ali do Refúgio, mas também da APA Metropolitana de Belém e da APA da Ilha do Combu. E no Refúgio a gente vê uma resposta acima da média ao projeto, então eles já vêm respondendo bem, isso mostra de certa forma um empoderamento (RVS\_GEST\_001, 09 de novembro de 2018).

Encontram-se publicados em alguns informativos do Órgão Gestor, bem como em notícias no *website* oficial<sup>93</sup>, as ações executadas junto às comunidades ribeirinhas de Ponta Negra e Santo Amaro. Nestes informativos e no *website* é dado ênfase às ações de capacitação que o IDEFLOR-Bio oferece às comunidades, especialmente iniciativas que visam instrumentalizar os comunitários para desenvolverem atividades voltadas ao seguimento do Turismo de Base Comunitária.

---

<sup>92</sup> Projeto Agrovárzea foi desenvolvido e implementado pelo IDEFLOR-Bio, o projeto busca apoiar atividades produtivas locais, focadas em UC de gestão estadual as ações contemplam, entre outras atividades, o suporte para feiras e eventos onde os produtores têm a oportunidade de comercializar e divulgar seus produtos.

<sup>93</sup> <https://ideflorbio.pa.gov.br/>



## 6 TERRAS PÚBLICAS: VÁRZEA E POSSE TRADICIONAL

A discussão da apropriação das terras pelos estados e por seus cidadãos passa por diferentes processos ao longo da história. Segundo Vidal e Malcher (2009), a ligação da estrutura latifundiária atual possui raízes que se estendem desde o período de estabelecimento das sesmarias<sup>94</sup>. Este processo é específico em cada um dos contextos sociais e, especialmente, econômicos. Inscreve-se, nesta lógica, portanto, a questão da apropriação das áreas de várzea na Amazônia brasileira, a partir de um processo histórico de longa duração.

Nesta seção apontados alguns marcos presentes, desde a colonização, de modo a fornecer um panorama contextual. As áreas de várzea da região amazônica foram largamente ocupadas antes da colonização europeia (BALÉE, 1989; HECKENBERGER, 2005) e a disputa por produtos explorados na região promove os primeiros processos de ocupação colonizadora, com a caracterização do que Santos (1983) denominou de ciclos econômicos, dentre os quais estão as drogas do sertão (baunilha, salsaparrilha etc), pau rosa, juta, malva e borracha<sup>95</sup>.

A importância de processos econômico-estatais na configuração territorial da região é demonstrada no avanço das sesmarias concedidas (VIDAL; MALCHER, 2009) e de um mercado de terras em que se dava ênfase aos retornos produtivos a serem gerados para a administração central (MARQUES, 2004). Neste período, o escoamento pelos rios configurou a formação de muitas cidades ribeirinhas da Amazônia, incluindo as regiões da Região Metropolitana de Belém (TRINDADE JÚNIOR, 1998), foco desta análise.

Em razão disso é que se encontram também disputas sobre quais instrumentos jurídicos devem ser considerados quando se trata da posse da terra por populações tradicionais. A partir destas relações, surgiram as discussões que levaram ao estabelecimento de estratégias de garantia territorial para populações tradicionais. Para tanto, mostrou-se necessário trabalhar com

---

<sup>94</sup> Instrumento jurídico português que organizava a distribuição de terras por parte da Coroa. Este sistema foi aplicado no Brasil até 1822 (VIDAL; MALCHER, 2009; CABRAL, 2014).

<sup>95</sup> Conforme Santos (1980) e Weinstein (1993).

parâmetros conceituais sobre o que é a várzea e em que situações ela será considerada patrimônio da União. Abaixo, a definição trazida por Surgik (2005) demonstra parte da complexidade do tema:

No Brasil não há um conceito jurídico claro sobre a várzea. A única definição encontra-se na Resolução Conama nº 4 de 18/9/85: “Leito maior sazonal: calha alargada ou maior de um rio, ocupada nos períodos anuais de cheia”. No entanto, essa definição abrange todas as áreas que alagam e não apenas a várzea. Segundo Vieira (2000), a legislação pode ter utilizado outros termos para designar a várzea, como o leito de rio, por exemplo, leitos fluviais sazonais e canais aumentados (SURGIK, 2005, p. 17, grifos da autora).

Para esta autora, o atual sistema jurídico não garante a integridade das áreas de várzea em sua ampla variabilidade, a qual inclui as populações tradicionais caracterizadas como ribeirinhas. Para Surgik (2005), as funções sociais e ambientais da terra estão garantidas na Constituição de 1988, na qual, em seu artigo nº 186, têm-se que a função social da terra é “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

Dentre as diferentes subdivisões existentes a respeito das áreas de margens dos corpos d’água, Surgik (2005) define áreas de várzea como:

[...] floresta inundada duas vezes, por dia, pelo movimento de marés. A maré alta bloqueia o fluxo dos rios e faz com que eles inundem a floresta. Esse tipo de várzea é muito semelhante à várzea estacional em sua composição de espécies e fisionomia (Prance, 1980). É também denominada “terreno de marinha”, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.760/46, artigo 2º (SURGIK, 2005, p. 18).

Ainda segundo a autora, a várzea foi a única área que sofreu algum tipo de interferência jurídica em sua definição conceitual, que culminou na denominação “terreno de marinha”<sup>96</sup>. Como será visto a seguir, esta definição remonta ao período colonial, com a distribuição de sesmarias.

---

<sup>96</sup> No decreto-lei nº 9.760/46, em seu artigo 2º encontra-se a definição de terrenos de marinha: “Os terrenos de marinha são, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da Linha da Preamar Média de 1831: a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas até onde se façam sentir a influência das marés; b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se façam sentir a influência das marés. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros, pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano” (BRASIL, 1946, s/p).

## 6.1 Sesmarias e áreas de várzea

As áreas de várzea estiveram condicionadas ao momento histórico, desde o período de dominação da Coroa portuguesa, quando da instituição das sesmarias. Segundo Cabral (2014, p. 24), a partir desta dominação, terras antes comuns passaram ao regime de propriedade quando foram a incorporadas “de fato e de direito ao patrimônio da Coroa”.

Para se compreender as relações existentes entre as formas atuais de apropriação das áreas de várzea, juntamente com os embates envolvidos neste processo, serão tratados aqui argumentos que correlacionam algumas definições sobre a propriedade privada da forma como se constituiu em nosso país. Isto é, a partir de desdobramentos advindos do período de sesmarias. Também serão trazidas as definições sobre os terrenos de marinha, já adotadas desde à época da dominação portuguesa.

Entende-se a propriedade privada com suporte na definição de Benatti (2003), ou seja, a relação jurídica entre apropriação e o apossamento da coisa alheia<sup>97</sup>. Este autor afirma que, no Brasil, a história das propriedades privadas se dividiu em três momentos: 1) sesmarial; 2) senhorial; e 3) moderna.

Cañete (2014), por sua vez, afirma que a maioria dos autores analisou os diferentes “momentos” de apropriação da terra de modo homogêneo, desconsiderando que diferentes formas de propriedade coexistiram (e ainda coexistem) ao mesmo tempo. Tomando por base os três períodos descritos por Benatti (2003), seria possível resumir a condição da propriedade privada brasileira através do tempo sob três aspectos característicos: a) bem patrimonial; b) bem de produção; c) uso tradicional (agrário) e proteção de recursos.

No primeiro momento, no período sesmarial, caracterizado pela terra como bem patrimonial, a ocupação portuguesa teria tornado todas as terras um bem “público”, do Estado. Para Cañete (2014), seria neste momento em que a sesmaria iria adquirir sinônimo de “concessão/doação”.

---

<sup>97</sup> “[...] o conjunto de normas jurídicas que definem direitos e deveres do proprietário no uso particular dos recursos naturais, as quais regulam as faculdades de utilização (usus), o desfrute (usufructus), a disposição material (abusos) e a disposição jurídica (alienatio), e a relação do proprietário com outros sujeitos” (BENATTI, 2003, p. 22).

No sistema de sesmarias, o acesso à terra era limitado a grupos com possibilidades de cumprir exigências impostas pela administração<sup>98</sup>. Dentre as obrigações dos sesmeiros, elenca-se a necessidade de lavrar a terra ou designar outrem para o serviço e a obrigação de que as terras não poderiam ficar improdutivas, pois era preciso pagar tributos a partir da produção (CAÑETE, 2014). Considerando, em especial este último aspecto, alguns autores, como Cabral (2014), Cañete (2014) e Benatti (2003), indicariam isso como o início da ideia da função social da terra. Deste modo, as terras que não cumprissem os requisitos, deveriam ser “devolvidas” transformando-se em “devolutas”, quando retornariam ao patrimônio da Coroa portuguesa. Ou seja, a “criação legal das terras devolutas” (CAÑETE, 2014, p. 59) apoiava-se na tomada de terras no que este autor e Benatti (2003) denominaram de dois institutos<sup>99</sup>: a revalidação e a legitimação de posse.

Segundo Cabral (2014), pessoas comuns, em primeira instância, não conseguiriam cartas de doação de sesmarias, uma vez que não se encontravam inseridas nas redes de poder. De outra parte, não conseguiriam cumprir as exigências impostas para validar tais doações, portanto, estas buscavam apoderar-se de terras remotas, distantes dos povoamentos.

O segundo momento é marcado pelo fim do sistema de sesmarias, com a publicação da Resolução nº 76, de 1822, que suspendeu o regime de sesmarias, e passaria a vigorar o sistema de posse (1821-1850). Isto teria beneficiado, de certo modo, quem explorasse a terra.

Com a promulgação da Lei de Terras, de 1850 (nº 601), que vigorou entre 1850 e 1889, houve alguma disciplina com relação à aquisição de terras, com a criação e regulamentações sobre o mercado de compra-venda de terras. Neste sentido, a terra passou a ser tratada como mercadoria. Para Cabral

---

<sup>98</sup> “A carta foral de 06 de outubro de 1531 introduziu oficialmente o regime de sesmarias no Brasil” (CABRAL, 2014, p. 29). Nesta carta constava uma série de obrigações que deveriam ser seguidas pelo sesmeiro, dentre as quais: medir e demarcar as terras, lavrar – produzir. Se os sesmeiros não cumprissem os requisitos deveriam devolver as terras, segundo Cabral (2014) esta era a origem das terras “devolutas”.

<sup>99</sup> O entendimento sobre os “institutos jurídicos” pode ser resumido em um “Conjunto de normas reguladoras ou disciplinadoras de certa criação legal, com características próprias, constituindo uma entidade autônoma de direito, que atende a interesse de ordem privada ou pública: a falência, a servidão etc.” Disponível em : <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/297191/instituto-juridico/definicoes> Acesso em 18 de março de 2019.

(2014), de 1889 até os dias atuais, vigora o período “republicano”. Deste momento em diante, haveria a necessidade de cumprir a função social da terra.

Para validar suas ocupações (após 1850), era necessário comprovar esse uso efetivo da terra, o que não era simples para quem não possuía muitos recursos. Essas pessoas, em especial ribeirinhos possuindo uma produção agroextrativa para consumo familiar, não tinham meios de promover as medições e demarcações. Mesmo que os tivessem, a presença de simples roçados não seria suficiente para demonstrar o uso da terra (CAÑETE, 2014). Isso iria ressaltar as características ditas por Benatti (2003), da produção rural: 1) bem patrimonial; 2) bem de produção, que, depois, assenta-se no binômio do uso tradicional e de proteção dos recursos naturais.

Segundo Cabral (2014), a Carta Régia de 04 de outubro de 1678, designou os terrenos de marinha como sendo de uso comum. Essa definição de terrenos de marinha teria origem no direito português, em decorrência do interesse nas faixas litorâneas, por questões estratégicas de defesa territorial e logísticas. Assim, “com objetivo de resguardar todo o Brasil contra possíveis invasões marítimas, a Coroa portuguesa, na colonização do país, resolveu implantar terrenos de marinha, já existentes em Portugal, em legislações alusivas à propriedade” (CABRAL, 2014, p. 22).

É possível perceber que as definições sobre os terrenos de marinha são praticamente as mesmas há dois séculos. No decreto-lei nº 9.760/46, na Constituição de 1946, foi instituída uma definição sobre os terrenos de marinha, que ainda é usada atualmente:

Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831: a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés; b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés. Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano (BRASIL, 1946; Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de Setembro de 1946, s/p. grafia original).

Pode-se dizer, que a questão de legitimação da terra de várzea passa por transformações ligadas aos eventos político-administrativos do Brasil. Os

principais marcos temporais para este estudo são: a Lei de Terras, de 1850 (sob o domínio da monarquia); a proclamação da República (1889) e o envolvimento do país na Primeira Guerra Mundial (1914). Estes três marcos interferem diretamente na forma como a região amazônica será incorporada nos planejamentos subsequentes.

Outro ponto já tratado, que se considera importante ressaltar, é que a Lei de Terras irá impedir a incorporação de terras pelo processo de usucapião<sup>100</sup>, mantendo como instrumento válido de transação os registros de compra-venda, bem como cessões feitas pelo governo imperial (TRECCANI, 2006). Esta modificação na estrutura da gestão fundiária levou à criação, em 1854, da Repartição Geral das Terras Públicas, pelo decreto nº 1318. Este órgão se transforma, posteriormente, na Gerência do Patrimônio da União, atual Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Por sua vez, este vem a ser o órgão responsável por gerenciar todo o patrimônio incorporado ao Estado brasileiro, dentre o qual se encontram as áreas de várzeas.

## 6.2 Ocupação e uso das áreas de várzea: Ribeirinhos e Pirelli S/A

A ocupação tradicional das várzeas da área que compõe o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, e suas cercanias, acontece de longa data, como demonstrado ao longo deste trabalho. Serão adicionados a seguir apenas mais alguns registros de terras, dos inúmeros registros existentes, desde a virada dos anos 1900. Nestes fragmentos, demonstra-se propriedades registradas, especialmente nos dois igarapés que são utilizados como referências para os limites da atual Unidade de Conservação: o igarapé Uriboça e o igarapé Taiassuí. Estes registros (figura 9 e 10) constam no livro de Muniz (1907).

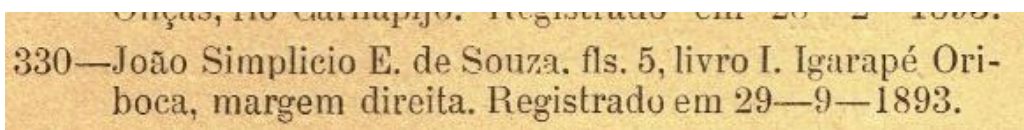
**Figura 9: Comprovante de propriedade no Taiassuí (1896).**

88—Antonio da Silva Santos, fls. 71, livro VIII. *S. Antonio*, rio Tayassuy, margem esquerda. Registrada em 14--8--1896.

Fonte: Muniz (1907, p. 11).

<sup>100</sup> Pode ser entendido como o direito que o indivíduo adquire sobre um bem móvel ou imóvel em razão de sua utilização por determinado tempo, contínuo e incontestadamente (BRASIL, 1988).

**Figura 10: Comprovante de propriedade no Uriboca (1893).**

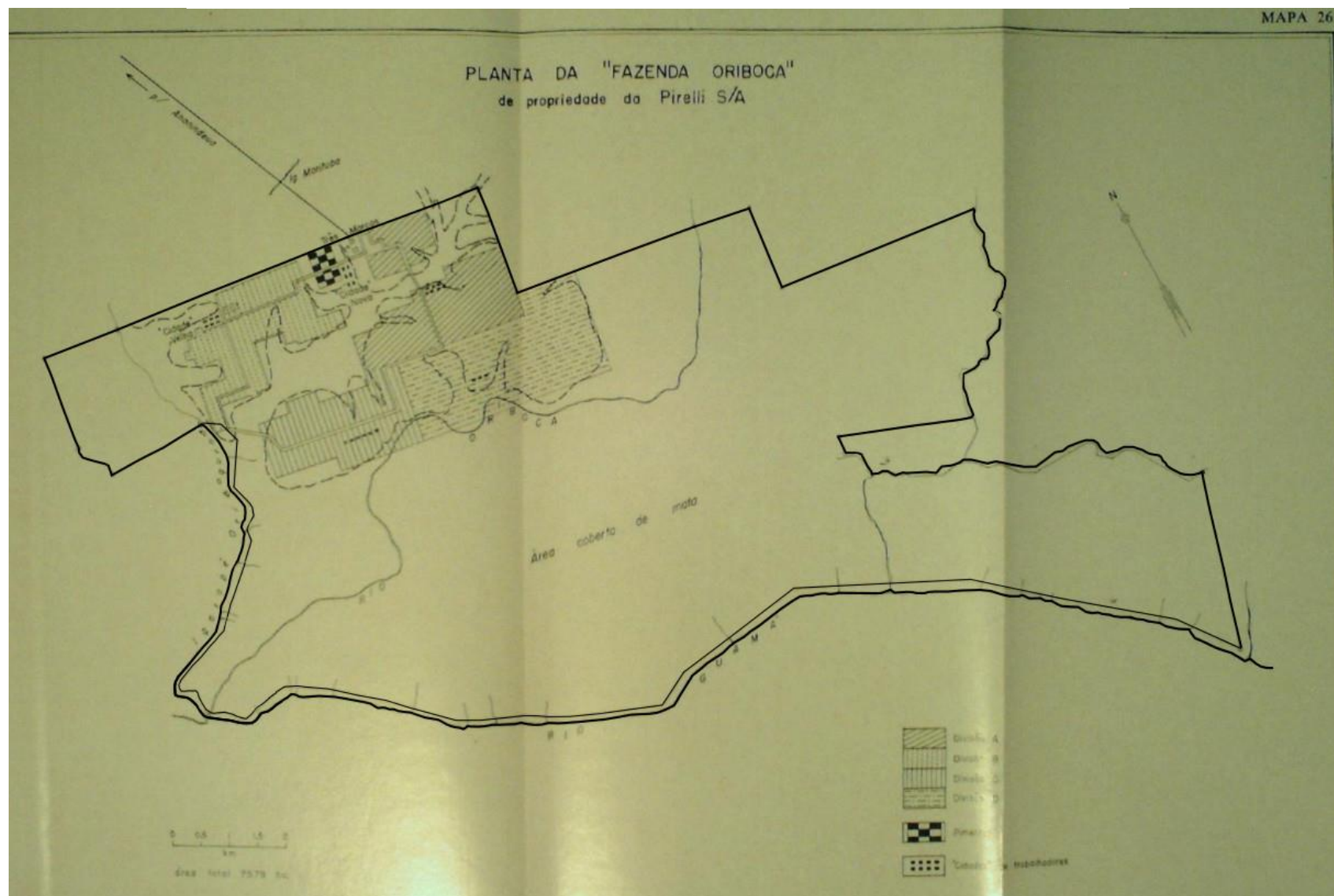


330—João Simplicio E. de Souza, fls. 5, livro I. Igarapé Ori-  
boca, margem direita. Registrado em 29—9—1893.

Fonte: Muniz (1907, p. 27).

Estes registros foram trazidos para reforçar que a ocupação dos terrenos de marinha já constituía um elemento considerado quando houve a aquisição da área da Fazenda pela Pirelli S/A, conforme pode ser visto na planta da empresa (Figura 11). A mesma, deixou de fora a pequena faixa limítrofe entre sua propriedade e o Rio Guamá, que seria considerado os 33 metros constantes na legislação sobre o tema. Em algum momento, que não foi possível esclarecer ao certo qual, possivelmente quando houve a mudança na direção dos acionistas (entre as décadas de 1980 e 1990), os diretores parecem ter desconsiderado essa legislação sobre a área de várzea.

Figura 11: Planta Fazenda Oriboca.



Fonte: Penteadó (1967, mapa 26 entre p. 330 e 331), contornos retocados digitalmente para melhor visualização.



Este momento de transição fica evidente quando, ao final da década de 1980, a empresa Pirelli S/A entrou com uma ação de despejo contra os moradores das várzeas, tanto do Uriboca, quanto das margens do Guamá. O posicionamento da empresa foi de expulsar os moradores desses locais, alegando que a propriedade era sua e que havia disponibilizado casas aos moradores:

Os fatos: 1- os demandados eram empregados da demandada, conforme provam documentos anexo, desde 1978 e 1979; 2- Ao serem admitidos, a demandante providenciou a construção de pequenas casas de madeira e a fim de não onerar a transferência dos demandados, ao longo dos anos seguintes, como todos os demais empregados da empresa, ficaram pagando um aluguel simbólico, pelo uso das casas de propriedade da demandante, valor esse incorporado ao salário que recebiam. 3- aproximadamente (7) anos os demandantes prestaram na condição antes narrada, serviços como empregados, à requerente; 5 – Não convindo mais a demandante tais serviços, providenciou a dispensa dos demandados (Ação de reintegração de posse 20/05/1987 *in*: ACEVEDO-MARIN; CASTRO, 2004, p. 195).

A descrição de Penteado (1967), a respeito da contratação da mão-de-obra local, está em consonância com os relatos obtidos com os ex-funcionários da empresa Pirelli S/A. Ao buscar os funcionários residentes em áreas mais próximas de sua sede, a empresa economizava com deslocamentos de pessoal, especialmente nas etapas iniciais do empreendimento.

Desde o início dos trabalhos, a Pirelli vem lançando mão de habitantes locais, encontrados, a princípio, nas vilas localizadas entre Belém e Benevides, principalmente trabalhadores de Marituba e Ananindeua. Até fins do mês de dezembro, já estavam preparados os primeiros 22 ha do novo seringal, nos quais a mata tinha sido derrubada, mas não queimada, para o espanto de muitos trabalhadores (PENTEADO, 1967, p. 329, grafia original).

A descrição do autor ainda traz detalhes a respeito do choque cultural enfrentado pela população engajada nos serviços, uma vez que os mesmos não estavam acostumados com uma carga horária fixada de oito horas ininterruptas de trabalho diário, conforme trecho a seguir:

[...] apesar dos problemas, como é o caso da mão-de-obra. Já esboçamos a situação inicial deste problema: a Companhia contratando trabalhadores nos povoados existentes ao longo da ferrovia. A maioria dos que foram contratados, era analfabeta e,

pela primeira vez, passou a conhecer o regime de trabalho sistemático na base de 8 horas diárias e um dia semanal de repouso, ou seja, o domingo. Êste nôvo hábito deve ter criado uma série de transformações na mentalidade do caboclo, acostumado ao trabalho irregular, interrompido de modo abrupto pelos feriados e festas religiosas a que costumava obedecer, o que transforma, muitas vezes, a semana em quatro dias úteis (PENTEADO, 1967, p. 329, grafia original).

Além disso, os contratados locais reclamavam, entre as décadas de 1950 e 1960, da dificuldade que tinham em se deslocar de suas residências até a sede da empresa onde ocorriam os trabalhos, isso porque, não existiam as estradas atuais, tampouco sistemas de transportes eficientes, de modo que a própria empresa providenciou a construção de uma estrada, de cerca de quatro quilômetros<sup>101</sup>, ligando sua sede ao curso da via férrea (atual BR-316). Segundo Penteado (1967), foi justamente a partir das dificuldades iniciais em manter os trabalhadores no serviço e reduzir os tempos de deslocamentos dos mesmos, que teria

surgido a idéia da construção de barracões para o alojamento do pessoal durante a semana, “aglomerando a população da Oriboca em um só ponto. Êste aspecto de concentração do “habitat” antecedeu àquele hoje existente, pois os barracões foram substituídos por vilas de trabalhadores, chamadas na fazenda, “cidades”; tal se explica pela evolução que a Oriboca foi sofrendo, fato que se refletiu, de forma inquestionável, na distribuição de sua população, que continua concentrada, mas não num só ponto, e sim em cinco “cidades” (PENTEADO, 1967, p. 329-330, grafia original).

Ao avaliar formas de resolver problemas com mão-de-obra, a empresa passou a manter um contingente mínimo fixo para as operações constantes, ao passo que promovia a contratação de empresas terceirizadas para realizar atividades por empreita (serviço desempenhado por tarefa a ser realizada). Estas empresas (ou pessoas) subcontratadas pela Pirelli S/A, por sua vez, subcontratariam funcionários. Segundo o mesmo autor, esta estratégia também teria sido motivada por haver perdas de tempo em controles diários dos empregados, bem como por problemas referentes a legislações trabalhistas (PENTEADO, 1967).

---

<sup>101</sup> Ainda conhecida como “Estrada da Pirelli”.

Para o ano de 1960, Penteado (1967) registrou que a Pirelli S/A empregou oficialmente uma média de cem (100) trabalhadores mensais, enquanto o volume contratado por empresas terceirizadas chegou a quase quinhentos e cinquenta (550) trabalhadores por mês, havendo um pico de mais de setecentos (700) trabalhadores empregados em apenas um só mês.

A partir destes procedimentos, é possível inferir que a empresa manteve sob contrato por mais tempo, especialmente as pessoas que foram residir nas casas construídas no interior da Fazenda, área composta por terra firme, as quais chamavam de “cidades”, hoje correspondente à estrutura do local conhecido como “vila do Dique” e “vila Três Marcos”.

Ao passo que os moradores que residiam nos arredores da Fazenda, especialmente nas várzeas, formavam um contingente de mão-de-obra “reserva”, que poderia ser acionada conforme a demanda de produção, sendo que muitos produtos da várzea eram comercializados para a própria Pirelli S/A, que revendia aos grandes compradores.

Entre estas idas e vindas do mercado, a década de 1980, que marcou a queda acentuada do mercado da borracha e a expansão do mercado do gado e do palmito, parece ter motivado o avanço da empresa sobre os moradores das várzeas, áreas prioritárias para o palmito<sup>102</sup>. Ainda no mesmo processo de retirada dos moradores, a ação movida pela empresa é direcionada, especialmente, a três deles que contestaram a ação de despejo, e ao que é indicado nos autos, promoviam uma articulação com outros moradores da área, para que estes também se juntassem à causa:

[...] sob as mais variadas desculpas, os demandantes protelaram até a presente data a referida mudança, mais recentemente, começaram a insuflar os demais trabalhadores e iniciaram um sistemático roubo de palmito e seringa dentro da propriedade da demandante; 8- foram em vão as tentativas de, amigavelmente, deixarem a área.[...] sem que nenhuma providência tenha sido tomada pela autoridade policial competente, sob a alegação de que necessitava de ordem judicial para efetuar o despejo (Ação

---

<sup>102</sup> O palmito é extraído de uma parte da palmeira que produz o fruto do açai, e quando é dito aqui que a prioridade é dada ao palmito, significa que as árvores não são mantidas até frutificarem, podendo ser cortadas a qualquer momento (em geral, quanto mais nova a árvore, mais macio é o palmito).

de reintegração de posse 20/05/1987 - ACEVEDO-MARIN; CASTRO, 2004, p. 195).

Dentre os demandantes, ribeirinhos que foram ameaçados de expulsão, estão um morador do Uriboca, um da localidade de Ponta Negra e outro junto à foz do Igarapé Canderuí. Destes, ao final do processo, o único que permaneceu na residência foi o morador de Ponta Negra, juntamente com sua família, como demonstrado nos relatos apresentados neste estudo. A seguir, apresenta-se a forma como foi descrita a situação deste trabalhador no processo judicial de Ação de reintegração de posse, do dia 20 de maio de 1987.

Manoel do Carmo Oliveira [...] com 63 anos de idade, residente em Ponta Negra, acima do Rio Oriboca, Município de Benevides [...] respondeu que trabalhou para a fiam [firma] Guamá Agro-Industrial S.A., de onde foi posto para fora e indenizado; que mora no local desde o tempo que foi trabalhar para a Pirelli, há oito anos, e que agora depois que saiu mais doze anos [ou seja, trabalhou 8 anos com carteira assinada, depois mais 12 sem carteira assinada], que não sabe de quem são as terras que são muito extensas, **que está junto com outros e seu advogado procurando saber a quem pertence às terras para resolver seu problema de sobrevivência**, uma vez que a Pirelli diz ser dona de toda aquela área que com o dinheiro da indenização não deu para nada. Atualmente o depoente extrai palmito e borracha do local e vende a vários marreteiros (Ação de reintegração de posse 20/05/1987 - ACEVEDO-MARIN; CASTRO, 2004, p. 195, grifos adicionados).

É relevante destacar a capacidade que os moradores locais tiveram em se articular junto à justiça, por intermédio de seu representante legal. Conforme exposto na seção 5, uma das famílias buscou, em diferentes locais, encontrar alguma forma de se amparar legalmente contra as ações de despejo. Esta potencialidade de organização dos moradores em torno de uma causa comum demonstra um pouco sobre a capacidade organizativa dessas pessoas. Tal fato fica destacado no trecho a seguir, que inclui ainda alguns pontos importantes do momento em que deixam de se relacionar com a Pirelli S/A, e o apontamento da distância entre a casa e a margem do rio, a qual será utilizada pelo advogado como justificativa para a defesa dos ribeirinhos (na Ação de reintegração de posse datada de 20 de maio de 1987).

[...] **que atualmente são 19 pessoas que se reúnem com o Dr. Chaves para resolver o problema das terras e exploração das mesmas** [...] respondeu que não vendeu nenhuma casa à Pirelli, que anteriormente as terras eram do senhor Adélio e

morava lá há muito tempo, que depois a Pirelli disse que tinha comprado as terras e que precisava que o pessoal se retirasse, por esta ocasião o depoente que já trabalhava na Pirelli, e nessa época passou uns 3 ou 4 anos, sendo readmitido novamente e saindo de lá em agosto do ano passado e atualmente trabalha só para si, extraíndo palmitos do local, vendendo para o senhor Nelson numa média de 100, duzentos e trezentas árvores. Dada a palavra o defensor dos réus este perguntou e o mesmo **respondeu que da casa onde mora para o rio tem uns quatro metros [...]** quando a Pirelli fez a reunião para indenizá-los disse que precisava das terras para fazer campo para gado, que a Pirelli também indenizou, digo fez a propaganda de indenizar as pessoas que moravam na várzea perto do rio que depois que saiu da Pirelli, vendeu ainda uns dois ou três meses palmito para a Pirelli, só que não estava com [como] trabalhador da firma e nem assinado sua carteira, que deixou de vender para a Pirelli, porque o senhor Nelson disse que as terras eram devolutas e que eles podiam vender para quem quiser, digo, quem quisessem, mas agora deu ruim porque a Pirelli tira os palmitos que eles cortam, dizendo-se dona de tudo que pagava à Pirelli uma taxa para morar, não sabe porque deixou de pagar a taxa depois que rescindiu o contrato com a firma (ACEVEDO-MARIN; CASTRO, 2004, p. 197-198, grifos adicionados).

Como mencionado, a forma como o advogado abordou o tema para conseguir finalmente dissolver o conflito em favor dos ribeirinhos foi, justamente, amparado na legislação a respeito da propriedade não se estender até a beira do rio, de acordo com a legislação da época, legislação esta que foi atualizada. O argumento do defensor demonstrou que a empresa não possuía legitimidade sobre a referida área, então, durante a contestação datada do dia 07 de julho de 1987, fica demonstrado que a empresa Pirelli S/A não poderia requerer o despejo dos ribeirinhos, uma vez que as terras requeridas são de propriedade da União.

Há de ser decretada por V.Exa. a nulidade do processo uma vez que não foi observado o disposto pelo artigo 82 do Código do Processo Civil, isto em face de falta de intimação do órgão do Ministério Público Federal, em se tratando de terreno de marinha a Matéria questionada. Citado artigo enumera as hipóteses em que o Ministério Público obrigatoriamente intervém arrematando em seu item III – *in verbis*: Em todas as demais causas em que há interesse público, evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte. Dispõe a Constituição Federal de 17 de outubro de 1.969 em seu artigo 4º o seguinte: Art. 4º - item 1 “incluem-se entre os bens da União: I – A porção de terras devolutas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional (ACEVEDO-MARIN; CASTRO, 2004, p. 199).

Este processo pelo qual passaram os moradores da atual comunidade de Ponta Negra e do qual vivenciaram conjuntamente com famílias que residiam

na foz do Igarapé Canderuí, que são parentes de algumas famílias que compõem a atual comunidade de Santo Amaro, demonstra um período que, de certo modo, promoveu a consolidação da posse destas comunidades. O respaldo que obtiveram judicialmente concedeu a estas famílias mais do que uma segurança legal, até porque não lhes foram concedidos documentos da terra, mas, principalmente, uma segurança psicológica.

A possibilidade de regulamentação fundiária para a várzea, como será abordado a seguir, era uma possibilidade praticamente inexistente neste período. Somente com as medidas tomadas pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) é que famílias de ribeirinhos passariam a contar com algum respaldo documental.

### **6.3 Secretaria do Patrimônio da União e a área de várzea do REVISMA e seu entorno**

A existência de formas de apropriação do território, que não aquelas consideradas oficiais do Estado nacional, gera uma dificuldade de negociação do aparato legal para com as comunidades tradicionais. Conforme Little (2004), esta forma de territorialidade do Estado, individualista, choca-se com as negociações praticadas por populações tradicionais. Estas negociações são impostas à supremacia estatal, a partir das legislações que, em dado momento, adquirem roupagem, mais ou menos, amistosa às reivindicações desses grupos, conforme pode ser visto no fragmento abaixo:

Esse enfoque nos espaços intersticiais e nos distintos tipos de invisibilidade não deve ocultar um fato inegável: a partir de uma macroperspectiva fundiária, o resultado geral do processo de expansão de fronteiras foi a instalação da hegemonia do Estado-nação e suas formas de territorialidade (LITTLE, 2004, p. 257).

A lógica do Estado evidencia o embate sobre quem domina os meios de produção e o acesso aos recursos. As opções de uso comum dos recursos tornam-se cada vez mais escassas e/ou pressionadas por estratégias de proteção ambiental, simbolizadas pela criação das diferentes modalidades de Unidades de Conservação. Este processo faz com que grupos dentro do Estado busquem alternativas que atendam tanto a lógica institucional quanto as

principais demandas das populações tradicionais, exemplificadas no acesso aos recursos (materializado pela terra).

A partir disso é que há a criação do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), em 2010. Este instrumento promove uma regularização fundiária precária e transitória para famílias ribeirinhas, de modo individualizado. Como retrata Alves (2016), a aplicação deste instrumento resultou em ganhos e prejuízos para a organização interna das comunidades.

Diferentes situações de conflito levaram a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a criar o Programa Nossa Várzea<sup>103</sup>, com a emissão dos Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Para a área do REVISMA e seu entorno, pode-se dizer que a ocupação local, que se estendeu ao longo das décadas, foi reconhecida pela SPU, a qual emitiu cerca de 30 desses Termos para famílias de ribeirinhos domiciliadas nas cercanias dos Igarapés Uriboça e Uriboquinha, e na comunidade de Santo Antônio do Flexal.

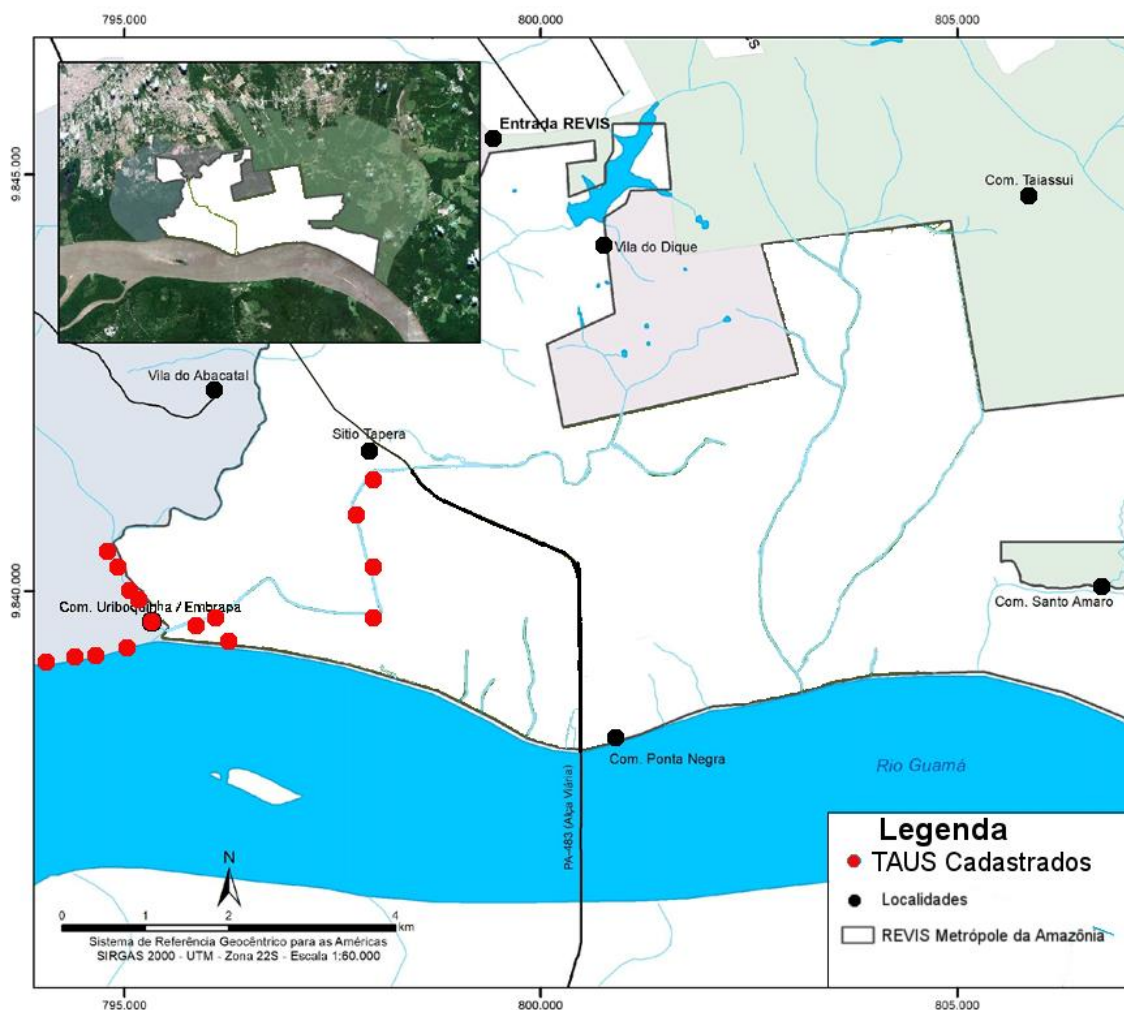
Deste modo, foi possível levantar a existência de sete (07) documentos emitidos pela SPU, incidindo sobre o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, porém, nenhum desses diz respeito às comunidades estudadas.

Somando estes com os TAUS emitidos no entorno imediato, ou seja, com documentos de populações que utilizam os recursos da UC há um total de dezesseis (16) TAUS cadastrados no sistema da SPU, conforme pode ser visto no Mapa 6.

---

<sup>103</sup> Segundo Alves (2016), o “Projeto Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia brasileira” é um programa que visa criar um procedimento ágil para diminuir a insegurança fundiária nas áreas de várzea, concedendo às famílias e comunidades ribeirinhas o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS). O referido Projeto, tendo sido iniciado no Pará, estende-se principalmente (mas não exclusivamente) aos estados Amazônicos.

Mapa 6: TAUS Cadastrados no REVISMA e entorno oeste.



Fonte: Base do Instituto Avaliação; Dados de TAUS (cedidos pelo IPEA<sup>104</sup>); Elaboração Leonard J. G. Barbosa (2019).

Dentre os dados desses documentos, há o nome de uma moradora que atualmente reside junto à comunidade Ponta Negra, por suas relações de parentesco. Durante a entrevista, esta senhora afirmou não possuir documentação da terra, nem de sua casa em Ponta Negra, nem da ocupação anterior nas margens do Igarapé Uriboquinha. Este fato gera o indício (que ainda não pode ser comprovado) de que estas famílias podem ter sido cadastradas, porém o documento não tenha sido entregue oficialmente.

Esta pessoa recebia o benefício do Bolsa Família com endereço cadastrado pela comunidade do Abacatal e, como é possível perceber pela fala

<sup>104</sup> Projeto Observatório da Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia, realizado mediante o Termo de Cooperação no 04/2012, celebrado entre o Ipea e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).



a seguir, a área onde ela residia não era considerada sua propriedade, mesmo havendo indicação de emissão do Termo de Autorização de Uso Sustentável por parte da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

[...] morava lá no Uriboquinha [Uriboquinha é perto do pessoal do Abacatal?] é, eu sou de lá mesmo [...] lá onde eu tava não era meu [...] aqui é meu mesmo [...] porque aqui é melhor da gente criar galinha, porco, alguma coisa [...] porque lá era tudo loteado e é pequeno. [No cadastro do bolsa família aparece como?] Aparece pelo Abacatal” (RVS\_CPN\_004,12 de dezembro de 2018).

A utilização de algum endereço associado à comunidade de Abacatal demonstra que o documento não fora emitido para esta pessoa entrevistada, caso contrário o mesmo poderia ser utilizado para acessar o benefício do Programa Bolsa Família.

Segundo Alves (2016), a emissão dos TAUS ocorria, em geral, a partir de duas possibilidades: 1) busca ativa, onde o órgão organiza expedições para identificar usuários; ou 2) quando demandados por pessoas que se dirigiam até o órgão requisitando o registro para suas comunidades.

Ainda segundo o mesmo estudo, a SPU optava por trabalhar quando acionada, uma vez que esta demanda já seria grande o suficiente para manter a estrutura operacional ocupada, não sobrando espaço para a execução da busca ativa (ALVES, 2016). Esse dado é importante, tendo em vista que muitas dessas pessoas buscam regularizar sua situação fundiária apenas quando ameaçadas por algum motivo.

Não foram levantados aqui elementos para afirmar o motivo destas comunidades terem sido beneficiadas, ao passo que as comunidades de Ponta Negra e de Santo Amaro não foram contempladas com o mesmo benefício. Porém, é possível afirmar que no momento em que a Secretaria do Patrimônio da União iniciou suas ações na região, os moradores de Ponta Negra e de Santo Amaro já não sofriam pressões de agentes externos, pressões estas que se viu ocorrer entre o final da década de 1980 e início de 1990. De outra parte, é provável que, ao promover o cadastramento, ou da ajuntada da documentação, que é uma das etapas de trabalho do órgão, deve ter sido verificada a existência da Unidade de Conservação, e este fato poderia tornar desnecessária a emissão do TAUS na visão da Secretaria do Patrimônio da União.

Conflitos fundiários, que são motivos para muitas famílias buscarem seus direitos à terra, fazem parte de um passado destas comunidades envolvidas, sendo que tanto Santo Amaro quanto Ponta Negra obtiveram suas soluções antes do início das emissões do TAUS. Mas, mesmo após todos os acontecimentos que geraram os arranjos atuais nas duas comunidades, novas demandas do poder público interferem na forma de organização das famílias ribeirinhas.

Poucas pessoas pertencentes às comunidades conseguem manter-se atualizadas sobre as alterações na legislação referente à regularização fundiária. Como será demonstrado a seguir, apenas um dos moradores na comunidade de Santo Amaro tem conseguido promover a regularização ambiental para sua área de cultivo/moradia<sup>105</sup>. Isso talvez seja motivado pelo volume de produção que o mesmo obtém do açaí, além da necessidade de ter que informar um endereço para obtenção de crédito, e cadastramento médico.

#### **6.4 Cadastro Ambiental Rural (CAR) e moradores do Refúgio de Vida Silvestre**

O Cadastro Ambiental Rural (CAR)<sup>106</sup> foi criado pela Lei 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA)<sup>107</sup>. Trata-se de um registro de terras eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais. Segundo o *site* do Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Pará (SICAR/PA), o CAR tem por finalidade

integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa,

---

<sup>105</sup> Como pode ser visto no Mapa 6, Santo Amaro está junto à fronteira do Refúgio, parte de suas terras estão oficialmente fora da UC e parte de uso encontra-se dentro.

<sup>106</sup> CAR não é um mecanismo de regularização fundiária, porém, elenca-se ele neste contexto para demonstrar diferentes formas de influência legal do Estado junto ao estabelecimento de propriedades particulares na região.

<sup>107</sup> Capítulo VI, Art. 29: É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento (BRASIL, 2012a, s/p).

das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país (PARÁ/SEMAS, 2019).

Diversas críticas vêm sendo apontadas ao CAR, em especial sobre sua função “embaralhada” entre a regulação ambiental e os processos de regularização fundiária, sendo considerado como um dos primeiros passos para a requisição de registro de terras, apesar de ser expresso em seu Art. 29º, § 2º que “O cadastramento não será considerado título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse, tampouco elimina a necessidade de cumprimento do disposto no art. 2º da Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001”. Não se busca aqui um aprofundamento sobre a discussão de limites e possibilidades do CAR, apenas pretende-se demonstrar sua interação em relações futuras para as comunidades estudadas. Algumas das críticas que mais se relacionam com este estudo podem ser vistas a partir do trecho a seguir:

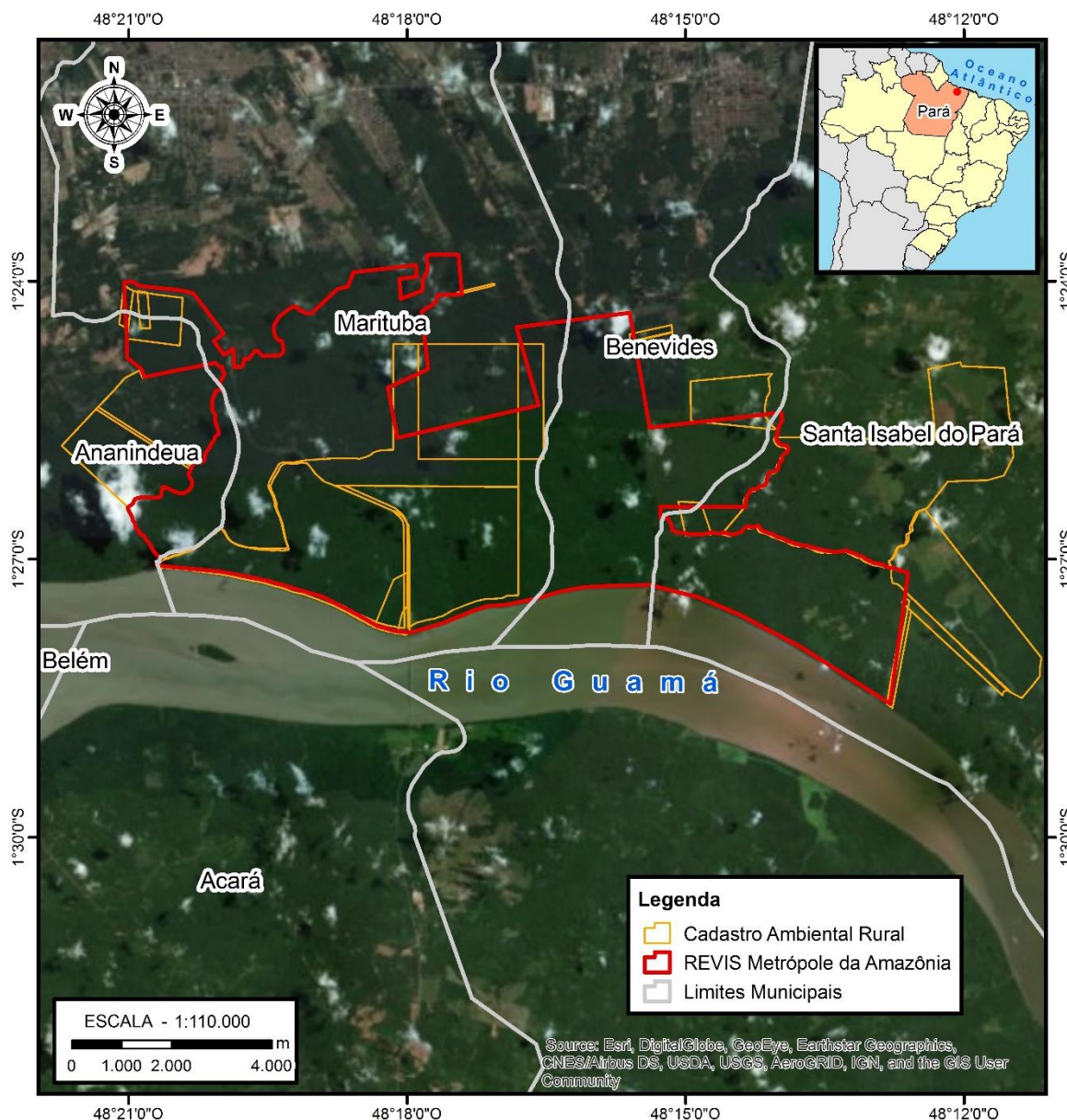
Da definição das áreas de Reserva Legal (RL), até a consequente definição dos passivos ambientais de uma propriedade ou de uma área de uso coletivo, três processos complicados, porém importantes de serem observados e solucionados, tem se desenrolado com a execução do CAR, quais sejam: a) larga identificação de sobreposição de áreas de uso privado sobre áreas de uso coletivo nos registros, b) instrumentalização do CAR como processo de regularização fundiária e de garantia de direitos de pequenos agricultores e povos tradicionais sem que, de fato, seja o cadastro garantia de direitos territoriais e da execução de políticas públicas para sua manutenção no longo prazo, como política de Estado; e c) sua função de identificar os passivos e transformá-los em ativos ambientais. O último fator aumenta o estoque de “bens naturais” identificados pelo mesmo cadastramento sem resolver as causas das violações de direitos e disputas territoriais, bem como as degradações ambientais, que fizeram destes bens antes um passivo, logo prejudicando a integridade ambiental e dos direitos a ela correlacionados (VECCHIONE, 2016, s/p).

Os fatores apresentados pela pesquisadora são encontrados nas áreas cadastradas junto ao Refúgio de Vida Silvestre. Os cadastros encontrados nesta área poderão ser compreendidos como medidas iniciais que visavam uma futura regularização fundiária de alguns desses agentes, em especial empresas. Ademais, os cadastros realizados em nome de pessoas físicas também se sobrepõem às áreas de uso das comunidades tradicionais.

Na área do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia existem cerca de vinte (20) registros de existência de Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O Mapa 7, a seguir, apresenta os polígonos cadastrados no sistema que possuem incidência no interior e no entorno imediato do REVISMA. Destas áreas, apenas uma é de morador tradicional pertencente a uma das comunidades estudadas. É importante salientar que estas propriedades foram cadastradas no SICAR/PA após a consolidação da área como Unidade de Conservação.

**Mapa 7: Presença de CAR no REVISMA e entorno.**



 <p><b>LAENA</b> Lab. de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne</p> <p><b>UFPA</b></p>	<p><b>INFORMAÇÕES TÉCNICAS</b></p> <p>Fonte: IBGE, 2016/ ANA, 2016 IDEFLOR-Bio, 2019 / SFB, 2019 Datum Horizontal: SIRGAS-2000</p>	<p><b>ELABORAÇÃO</b></p> <p><b>Geógrafo:</b> Wellington Fernandes <b>Organização:</b> Leonard Barbosa <b>Data:</b> 18/03/2019</p>
--	--	---

Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne (LAENA), 2019.

O Mapa 7 demonstra a existência de três grandes porções de terra registradas no SICAR/PA que incidem diretamente sobre áreas do Refúgio. Destas três, duas apresentam áreas de servidão ambiental<sup>108</sup> dentro dos limites

<sup>108</sup> O *website* cadastrorural.gov.br apresenta a seguinte definição: “São áreas de servidão ambiental aquelas averbadas à margem da inscrição da matrícula do imóvel, no Registro de

da proposta de Reserva Legal, o que não é permitido, de acordo com a legislação ambiental, uma vez que a reserva legal seria uma área nativa já preservada existente em cada propriedade e a área de servidão é passível de aquisição em outra área, servindo de compensação inclusive para a ausência de Reserva Legal em determinada área.

De posse destas informações, ao se analisar a documentação disponível, é possível perceber que os registros da maioria dos imóveis, no interior do REVISMA, estão em nome de pessoas ou empresas que não residem (ou não possuem sede em casa de empresa) na área do Refúgio, sendo, portanto cadastros de posses de pessoas ou empresas que visavam algum tipo de exploração futura.

Além disso, cabe salientar que muitos imóveis registrados no SICAR/PA apresentam, em suas descrições, a maior porção de suas áreas como sendo de “uso alternativo” e com grandes porções de “área consolidada”<sup>109</sup>. Conforme a legislação que cria o CAR, as áreas de “uso alternativo” são descritas da seguinte forma:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: [...] VI - uso alternativo do solo: substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana (BRASIL, 2012a, s/p.).

Este é o caso de dois imóveis cadastrados no SICAR/PA, atualmente em nome de um senhor chamado “João Salim”. Um desses imóveis sobrepõe-se à área de uso da comunidade Ponta Negra. Segundo o Sistema, o imóvel possui 81,8871 módulos fiscais com 573,20ha e, com este tamanho, é considerado uma “grande propriedade”<sup>110</sup>. Segundo a Embrapa, “Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município”

---

Imóveis competente, nas quais o proprietário renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais, localizadas fora das áreas de preservação permanente e reserva legal” (BRASIL, 2019, s/p).

<sup>109</sup> Área consolidada é aquela utilizada para agricultura, pecuária e silvicultura, contempla benfeitorias e construções, em período anterior a 22 de julho de 2008.

<sup>110</sup> Segundo o Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) “Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais. [...] A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município” (BRASIL/INCRA, 2019, s/p).

(EMBRAPA, 2019, s/p). Instituída pela Lei nº 6.746/1979, esta medida varia de acordo com uma série de critérios, entre os quais os tipos de exploração. Em Marituba e Ananindeua, onde as referidas propriedades foram cadastradas, um módulo fiscal equivale a sete (07) hectares.

No demonstrativo a seguir (Figura 12), é possível perceber que o cadastro considerou a área como 98,4% antropizada, ou seja, para a pessoa que realizou o registro, quase a totalidade do terreno teria sofrido intervenção humana e, sendo assim, seria passível de enquadrar-se em “uso alternativo do solo”. A existência de áreas desta categoria, segundo a legislação vigente, torna possível que o proprietário promova diferentes usos da terra, como plantios e criações sem a necessidade de solicitar licença ambiental<sup>111</sup>.

---

<sup>111</sup> Se for consolidada a 30%, considerando diferenças regionais.

Figura 12: Imóvel sobreposto à área da comunidade Ponta Negra.

<b>Cobertura do Solo</b>		
Área antropizada não consolidada	564,07 ha	98,4 %
Área consolidada	9,13 ha	1,5 %
Remanescente de vegetação nativa	0,00 ha	0,0 %
<b>Reserva Legal</b>		
Reserva Legal	0,00 ha	0,0 %
<b>Áreas de Preservação Permanente (APP)</b>		
Área de preservação permanente	0,00 ha	0,0 %
<b>Áreas de Uso Restrito</b>		
Área de uso restrito	0,00 ha	0,0 %
<b>Regularidade do Imóvel</b>		
Área de uso alternativo do solo		573,20 ha
Área de reserva legal a regularizar		0,00 ha
Área de preservação permanente a recompor		0,00 ha
Área de uso restrito a recompor		0,00 ha
Área antropizada não consolidada		564,07 ha
<b>Restrições</b>		
<b>Sobreposição com outros imóveis</b>		
Sobreposição	Sobreposição	Percentual
PA-1504422-5023FC7DE7F0435DBE887BA45AEED0AD	0,00 ha	0,0 %
PA-1504422-546424E7218A445FB577C0F938767BD6	7,44 ha	1,2 %
Total	7,44 ha	1,2 %

Fonte: PARÁ/SICAR (2019)<sup>112</sup>.

É interessante salientar que a pessoa que efetuou o cadastro não incluiu a pequena faixa de terra margeando o Rio Guamá, área ocupada pela comunidade Ponta Negra com suas moradias. Nenhuma destas áreas apresenta área destinada à reserva legal, de acordo com a legislação, à exceção da propriedade do comunitário de Santo Amaro, no Igarapé Taiassuí.

No Igarapé Taiassuí, o único CAR registrado está em nome de Manoel Dias da Conceição (Figura 13), sendo que uma pequena porção da área adentra

<sup>112</sup> Apenas parte dos 7,44ha são sobrepostos ao Refúgio.



a UC. Esta área cadastrada em nome do morador é composta por uma propriedade que se sobrepõe às áreas de uso de seus vizinhos. O registro foi realizado por um técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), do município de Santa Isabel.

**Figura 13: Imóvel cadastrado na comunidade Santo Amaro.**

<b>Cobertura do Solo</b>		
Área antropizada não consolidada	0,12 ha	0,3 %
Área consolidada	14,78 ha	46,7 %
Remanescente de vegetação nativa	16,69 ha	52,8 %
<b>Reserva Legal</b>		
Reserva Legal	16,69 ha	52,8 %
<b>Áreas de Preservação Permanente (APP)</b>		
Área de preservação permanente	0,00 ha	0,0 %
<b>Áreas de Uso Restrito</b>		
Área de uso restrito	0,00 ha	0,0 %
<b>Regularidade do Imóvel</b>		
Área de uso alternativo do solo		14,91 ha
Área de reserva legal a regularizar		0,00 ha
Área de preservação permanente a recompor		0,00 ha
Área de uso restrito a recompor		0,00 ha
Área antropizada não consolidada		0,12 ha

Fonte: PARÁ/SICAR (2019).

Ao se somar as áreas cadastradas com CAR sobrepõem ao REVISMA, sem levar em consideração as pequenas sobreposições de CAR externos, encontra-se um total de 3.619,99ha<sup>113</sup>, ou seja, praticamente metade da área total da UC. Como visto no início desta subseção, as sobreposições são um problema constante nos registros de CAR, uma vez que este instrumento é autodeclaratório e, posteriormente, deve ser validado. No caso de sobreposições

<sup>113</sup> Dos CAR existentes, apenas um é de morador do Refúgio, dos cerca de 30ha pertencentes a este morador, uma porção pequena parcela se sobrepõe ao REVISMA.

entre áreas de pequenos e grandes proprietários, a balança costuma pender em favor dos grandes proprietários, por possuírem maiores subsídios de comprovação, bem como de recursos para providenciar as licenças e as medições requeridas.

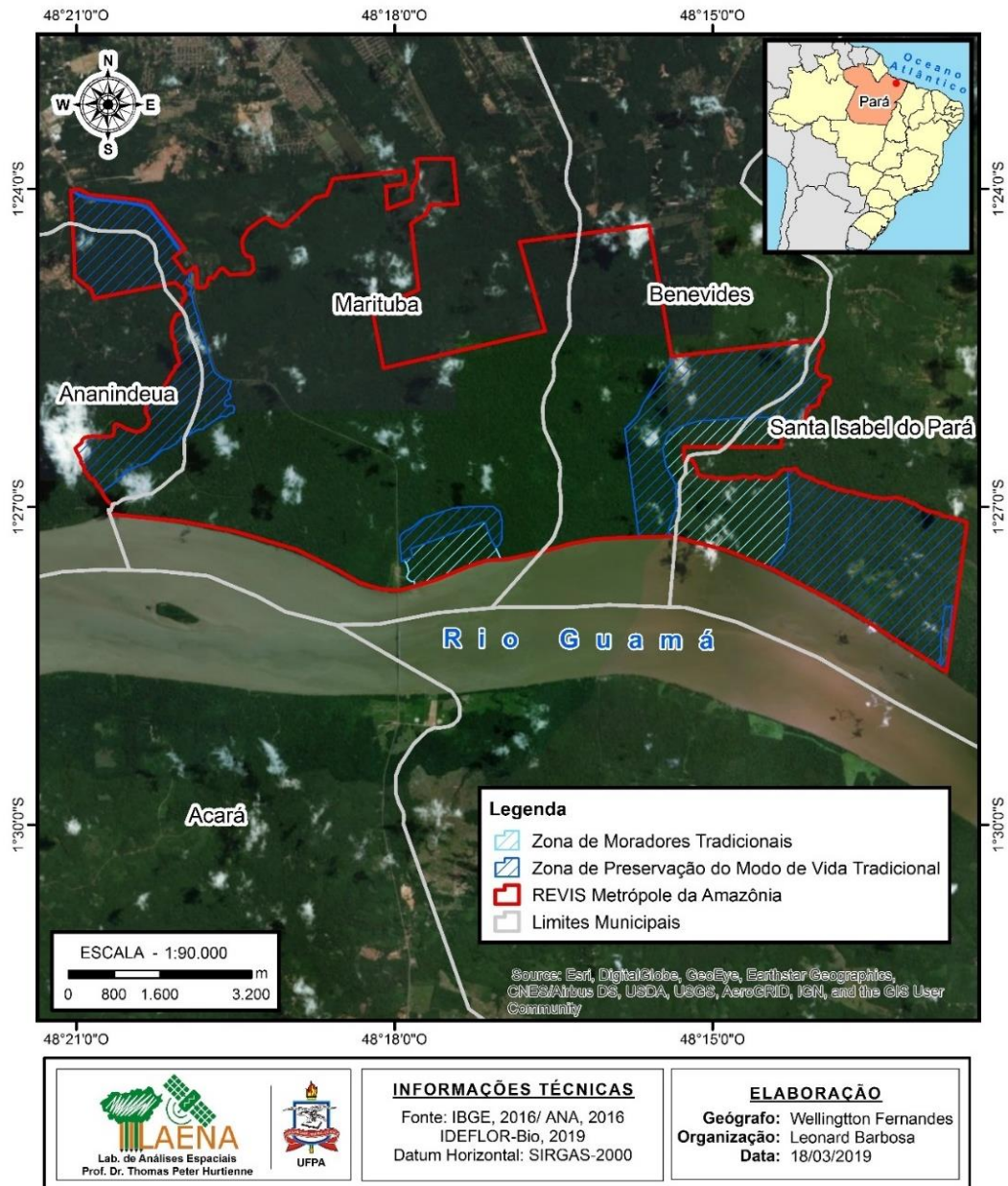
Parece possível dizer que, a partir de 2010, muitas mudanças em termos de estruturas burocráticas e sociais passam a incidir sobre a vida destas famílias ribeirinhas de Ponta Negra e de Santo Amaro. Outra mudança advinda da mesma época é a homologação da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre, da qual agora fazem parte suas terras de moradia e/ou cultivo, como já explorado neste trabalho.

## **6.5 Refúgio de Vida Silvestre e moradores tradicionais**

A partir de 2016, as comunidades passaram a fazer parte do processo de consolidação do Plano de Gestão da UC, conforme discutido na seção 5. Esta participação, em que pese todas as limitações já analisadas, garantiu às famílias a inclusão no referido documento de duas zonas onde são permitidas a manutenção de suas moradias bem como uma área de uso tradicional de recursos.

Estas áreas foram mapeadas em conjunto com os moradores mais antigos e experientes no que se refere ao uso da mata da UC (IDEFLOR-Bio, 2018a) e o resultado disso pode ser visto no Mapa 8.

**Mapa 8: Zonas de uso das comunidades tradicionais.**



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne (LAENA), 2019.

A área denominada de Zona de Moradores Tradicionais (ZMT), que compreende um total de 7,5% da UC, é descrita no Plano de Gestão da seguinte maneira:

Compreende áreas destinadas à manutenção do modo de vida e sobrevivência das comunidades residentes no REVIS a partir do extrativismo tradicional, da agricultura familiar em pequena escala e baixo impacto, assim como da recuperação de áreas já alteradas ou degradadas, diminuindo a pressão sobre a floresta. Esta zona compreende os arredores das casas dos moradores das comunidades Ponta Negra e Santo Amaro, onde são

implantados os roçados, plantios de açais, obras de infraestrutura, por exemplo, residências, casas de farinha e demais construções de infraestrutura de uso comum dos moradores destas comunidades (IDEFLOR-BIO, 2018a, p. 218-219).

Já a área denominada de Zona de Preservação do Modo de Vida Tradicional (ZPVT), totalizando 28,4% da área da UC, compõe uma área de “reserva” de recursos, onde a exploração das comunidades é feita de modo mais esparsos. Esta zona foi descrita no Plano de Gestão conforme trecho a seguir:

Compreende áreas destinadas à manutenção da tradição do extrativismo florestal não madeireiro das comunidades residentes no REVIS, com ênfase no açaí e no cacau de várzea. Tratam-se de áreas um pouco mais afastadas e exploradas em menor intensidade do que a Zona de Moradores Tradicionais (ZMT), destinadas tanto para fins de subsistência, quanto para geração de renda monetária dos usuários como incremento de seus processos produtivos (IDEFLOR-BIO, 2018a, p. 215).

Percebe-se então, que no documento do Plano de Gestão da UC, o zoneamento aprovado junto às comunidades, o Conselho Gestor e o próprio Órgão Gestor, demonstra o poder de influência dos usos tradicionais realizados pelas comunidades do interior e entorno imediato (mais especificamente Abacatal). Apesar desta influência, é possível apontar que a inclusão dessas áreas para o uso de comunitários por si só, não garante que a transitoriedade de uma futura gestão da UC não venha a lhes subtrair essas permissões.

A partir da visualização do mapa anterior em conjunto com o Quadro 4, esta influência fica evidente ao perceber-se que 35,9% de toda a UC foram reservadas à moradia e uso tradicional:

**Quadro 5: Proporções de áreas do Zoneamento REVISMA.**

Grau de Intervenção	Zona		Total	%
	Nome	Sigla		
Baixo	Zona de Baixo Impacto	ZBI	2.948,46	46,2%
	Zona de Intervenção Moderada do Dique	ZIMD	338,74	5,3%
Moderado	<b>Zona de Moradores Tradicionais</b>	<b>ZMT</b>	<b>479,99</b>	<b>7,5%</b>
	<b>Zona de Preservação do Modo de Vida Tradicional</b>	<b>ZPVT</b>	<b>1.812,35</b>	<b>28,4%</b>
Alto	Zona de Uso Conflitante	ZUC	36,15	0,6%
	Zona de Uso Intensivo	ZUI	729,19	11,4%
Recuperação	Zona de Recuperação de Área Degradada	ZRAD	33,48	0,5%
Total do Zoneamento Interno:			6.378,37	100,0%

Fonte: IDEFLOR-Bio (2018a, p. 209-210), grifos adicionados.

Cotejando-se o Mapa 8 e o Quadro 4, verifica-se que 35,9% da área desta Unidade de Conservação de Proteção Integral pode ser caracterizada como de “uso tradicional”. Considerando a legislação vigente, pode-se dizer que garantir um grau de “uso tradicional” dos recursos certamente traz uma inovação para uma UC de Proteção Integral e será um desafio para a gestão. Além disso, haverá alguns limites a serem observados pelos moradores dessas comunidades.

### **6.5.1 Limitações Futuras aos moradores tradicionais do REVISMA**

Se, antes, as comunidades de Santo Amaro e de Ponta Negra viviam de acordo com regras familiares e comunitárias de boa convivência, para o não esgotamento dos recursos, agora será adicionado um “Plano de Uso Tradicional”. O documento do Plano de Gestão do REVISMA não traz uma conceituação específica do que foi considerado um “Plano de Uso Tradicional”, apenas recomenda que seja construído tal plano consensual entre os gestores e os moradores das comunidades tradicionais. Há indícios de utilização de uma concepção ampla, conforme trecho a seguir:

Na perspectiva de gestão compartilhada (dupla afetação), os Planos de Gestão assumem dois papéis de importância estratégica. Primeiramente, eles não podem de modo algum omitir a presença dos moradores e usuários tradicionais dos recursos naturais, tampouco deixar de descrever suas práticas. Segundo, os “Planos de Uso Tradicional”, os “Termos de Compromisso” e os “Acordos de Manejo”, bem como os Termos de Ajustamento de Conduta deverão ser incorporados, o mais breve possível, ao Plano de Gestão (IDEFLOR-BIO, 2018a, p. 192).

Pode ser dito que ao incluir essas comunidades moradoras de dentro da UC no Plano de Gestão do Refúgio de Vida Silvestre, onde se encontram assegurados ainda seus direitos de uso, temos uma comprovação documental que lhes garante a posse da terra nas zonas delimitadas. Essa posse deverá passar, ainda, por negociações entre os moradores, o Conselho Gestor e o Órgão Gestor da Unidade (IDEFLOR-Bio).

Dentro desta perspectiva de limitações futuras, mesmo que o Plano de Uso Tradicional não restrinja (ou modifique) de maneira significativa a vida dos

comunitários de Ponta Negra e de Santo Amaro, as ações do Órgão Gestor para o desenvolvimento das comunidades já é um indício de novas relações que estas famílias terão que lidar.

Seja pelo Projeto Agrovárzea, que tem trazido uma ampliação na demanda de exploração da produção tradicional agroextrativista, visando abastecimento do mercado externo em comunidades próximas, seja em práticas de Turismo de Base Comunitária (TBC)<sup>114</sup>, que vêm sendo implantadas na comunidade, conforme pode ser visto na divulgação a seguir.

Figura 14: Folder evento turístico.

#VEMVIVERSANTOAMARO

Saída: Dia 03/05

Comunidade Santo Amaro  
Refúgio Metrópole da Amazônia  
Benevides

às 07hs  
Saída: São Brás

**Serviços inclusos:**

- Transporte aquático e Transporte terrestre;
- Café da manhã de Boas Vindas na residência da Sra. Eliana;
- Almoço regional;
- Trilha;
- Demonstração - Extração do Açaí;
- Demonstração - Fabricação de Chocolate Artesanal
- Visita à Samaumeira;
- Lanche da Tarde;
- Banho de Igarapé (Livre);
- Retorno às 16hs.

**Valor: R\$ 110,00**

Forma de pagamento:

- Depósito Bancário
- Cartão de Crédito(1x)

Contatos Operadoras de Turismo:

**Guajará:** 993939405 (Iraíde Brabo)

**Ivenciar:** 98530-9414 (Ana Karolina Jorge)

VALOR PROMOCIONAL PARA O EVENTO

II Fórum de Gestão do  
TURISMO DE BASE  
COMUNITÁRIA DO PARÁ  
& Tempo de Piracema

GUAJARA Ideflor-bio ivenciar

Fonte: Redes sociais do IDEFLOR-Bio (2019).

<sup>114</sup> Entende-se o Turismo de Base Comunitária tratado por Coriolano (2006), o qual define esta prática de turismo como “[...] aquele em que as comunidades de forma associativas organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo” Coriolano (2006, p. 201). Barbosa, Palheta e Bahia (2017) discutiram que a opção adotada pelo Órgão Gestor de implementar o Turismo de Base Comunitária na referida UC pode gerar não apenas benefícios, mas também problemas característicos deste tipo de empreendimento, dentre os quais ampliação da degradação ambiental em decorrência da sobrecarga de pessoas e problemas de repartição de benefícios entre os membros das comunidades impactadas.

Ou seja, este tipo de turismo, que já vem ocorrendo, procura levar pessoas para conhecer a realidade rural e consumir produtos locais, aproximando as comunidades locais da prática de um turismo com foco em preceitos sustentáveis.

Apesar disso, é possível perceber que, atualmente, as comunidades locais não dispõem de estrutura física para suportar um grande fluxo de visitantes<sup>115</sup>. Cabe lembrar que o fluxo turístico pode gerar impactos variados, dentre os quais, pode-se citar a sobreexploração dos recursos e a ampliação da produção de resíduos, sobrecarregando o *déficit* de esgotamento sanitário local. Conforme pode ser percebido no próprio Plano de Gestão da UC (IDEFLOR-BIO, 2018a), há uma precariedade no consumo de água potável, somada à inexistência de tratamento sanitário de efluentes. Portanto, faz-se necessário um planejamento adequado para que estes problemas adicionais não deteriorem cada vez mais a qualidade de vida das famílias que residem nessas comunidades.

Soma-se a esta condição já existente, a promessa de instalação de um grande complexo ecoturístico denominado Parque Amazônia (ASLA, 2006). Este projeto, que conta com recursos internacionais, já possui um ciclo de avanços e retrocessos desde o período anterior à legislação que regulamentou o REVISMA, tendo sido descrito no próprio Plano de Gestão da UC como um elemento a ser considerado para o futuro da Unidade. Entretanto este tipo de investimento, a despeito de seu potencial e das promessas de compatibilização com as realidades das comunidades locais, costuma se concretizar desconsiderando<sup>116</sup> populações tradicionais.

---

<sup>115</sup> Atualmente o IDEFLOR-Bio não possui estudos de fluxo de turistas e visitantes no Refúgio.

<sup>116</sup> O próprio Plano de Gestão traz uma ponderação neste sentido quando expressa que “apesar da precisão conceitual do Parque Amazônia, é sabido que os investimentos na apropriação dos espaços naturais e construídos para instalação do empreendimento, dependeriam, veementemente, daqueles de infraestrutura direcionados para o saneamento e transporte na integração com o RMB. Questões como segurança, higiene, trânsito, estacionamento, serviços públicos e sociais, podem representar falhas crônicas, demonstrando a necessidade de maior integração política e uma necessária visão de gestão integrada de investimentos no entorno da UC” (IDEFLOR-BIO, 2018a, p. 167).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se neste estudo que a estratégia de classificar os moradores das Comunidades de Ponta Negra e de Santo Amaro enquanto “comunidades” e “tradicionais” percorre o caminho do pensamento social do ambientalismo brasileiro, representado pela corrente Conservacionista. No interior do Órgão Gestor da UC Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, o embate entre as frentes preservacionista e conservacionista mantêm-se atualizado e fez-se presente na elaboração do Plano de Gestão da Unidade.

Esse jogo de forças também ocorreu entre a equipe do Instituto que realizou os estudos para o Plano, deste modo, percebe-se que dentro de cada grupo de agentes há tensões, distensões e acordos que são próprios dos embates da construção do fazer social. Ponta Negra e Santo Amaro, com seus moradores que há mais de três décadas manejam seus locais de moradia, a partir de técnicas de baixo impacto, são também atravessados por suas próprias tensões internas.

Comunidades pequenas, que são formadas basicamente por grupos familiares, chocam-se e têm afinidades diminuídas, por exemplo quando um determinado grupo familiar começa a fazer parte de um circuito de trocas que o outro não compartilha (por desinteresse ou por não ser convidado). Este tipo de situação parece afetar mais Santo Amaro do que Ponta Negra.

A vasta história de ocupação local, que inclui as atuais famílias residentes nas duas comunidades estudadas, demonstra a forte relação que as pessoas que constituíram a história deste local estabelecem com a terra e a várzea, ou seja, construíram uma relação e reconhecem os elementos que identificam a marca de cada uma das ocupações nos determinados períodos históricos. Talvez seja possível dizer que essas famílias construíram um território múltiplo por contar com aspectos físicos e simbólicos porque constituem um “espaço-tempo vivido” (HAESBAERT, 2004, s/p).

Como foi possível verificar nos relatos apresentados, a configuração dos locais atualmente ocupados, e mesmo os que hoje estão abandonados, mas que no passado recente abrigavam outras famílias, são produto desta interação



constante que as pessoas mantêm entre si e com o meio, construindo suas estruturas, plantando e colhendo, construindo suas histórias particulares, que compõem ainda um arcabouço mítico<sup>117</sup> o qual este estudo não pode abarcar.

Se, por um lado, vê-se que a manutenção das comunidades enquanto estrutura de organização social (formal) surge como algo externo a elas, isto é, a partir da presença de uma gestão com olhar mais social e menos estritamente ambiental nas relações de força, no Órgão Gestor e na equipe de elaboração do Plano de Gestão. Por outro, é importante salientar que esta possibilidade somente se concretiza uma vez que as famílias, que compõem as comunidades, estabelecem e fortalecem suas próprias redes de relações. Estas potencialidades que não conseguem ser percebidas atualmente pelos olhos da gestão, e não são, de fato, algo que se possa perceber com facilidade, estão presentes ao âmago das histórias compartilhadas, nos seus deslocamentos e suas reconstruções, aos quais as famílias estiveram submetidas pelos interflúvios que foram representados pelas iniciativas econômicas como a chegada da empresa Pirelli S/A.

Agora parece possível afirmar que a organização local dessas famílias não consegue estabelecer uma abrangência enquanto uma entidade “comunidade” organizada de modo consolidado e uníssono para garantir suas demandas junto ao Órgão Gestor. Porém, em contrapartida, seus mecanismos de articulação interna permitem que eles sigam ocupando a área mesmo em situações adversas, como foi o caso da expulsão durante o fechamento da Pirelli S/A, situações como essas que Haesbaert chamaria de desterritorialização.

Este momento de tensão, que significou o fechamento da empresa, demonstrou a vinculação territorial estabelecida, relação esta que fez as famílias retornarem ao local de moradia antiga, e aquelas expulsas do Uriboca constituírem moradia em um outro local com condições semelhantes e, ainda, sob a mesma zona de abrangência da área da atual Unidade de Conservação. Ou seja, as relações construídas por estas pessoas com o seu lugar demonstram

---

<sup>117</sup> Histórias e lendas que compõem o imaginário local atravessados por suas vivências, presentes especialmente em relatos dos tempos anteriores à chegada da energia elétrica nas residências.

uma vinculação e construção entrelaçada de tal modo que abandonar a área não se encontra nos planos dessas famílias nem mesmo sob ameaças.

Todas as relações apontadas até aqui demonstram, ainda, uma grande capacidade de se reestruturar e continuar a exercer sua sobrevivência com práticas consideradas tradicionais pelos diferentes estudos que abordaram estas comunidades, com o uso e manejo de recursos que são por eles potencializados neste ambiente de várzea, do qual se fizeram especialistas. Esta característica tem feito com que a atual gestão da UC utilize-se dos conhecimentos das comunidades em uma tentativa de gerar valor através de projetos como o Agrovárzea. Este projeto tem potencializado ações ligadas ao turismo de base comunitária, com apoio de agentes de turismo regionais.

Tais ações ainda não podem ser avaliadas de modo a ter-se certeza de sua eficácia, apesar disso, pode ser dito que este tipo de turismo tem potencial para gerar lucros aos comunitários, com baixos investimentos por parte dos mesmos (BARBOSA; PALHETA; BAHIA, 2017) e com um reduzido impacto em relação às alterações ambientais, se comparado a outras formas de aproveitamento turístico (IDEFLOR-BIO, 2018a).

Esta forma de turismo, mais justo social e ambientalmente, busca promover ações, que levam pessoas de outros lugares para experienciar um dia nestas comunidades, têm revelado ao menos um dado positivo que é o de aumentar a sensação de pertencimento e de valor existente no local. Alguns comunitários afirmaram nos depoimentos que entendem que as pessoas da cidade desejarem visitar a comunidade tem relação com a beleza do lugar, por ser um lugar tranquilo e bom de morar, ou seja, este movimento também tem gerado uma valorização do que é o “ser morador da localidade”.

O reforço no sentimento de pertencimento local contrasta com a precariedade de documentação formal dos moradores sobre suas posses territoriais. Como visto durante o estudo, estas comunidades possuem apenas alguns precários indícios de posse e, a despeito de informarem a existência dos documentos, de fato não conseguem comprová-los, o que, aos olhos deste estudo, não invalida seus direitos, apenas demonstram os limites da legalidade no uso tradicional da ocupação das áreas de várzea e suas contíguas áreas de terra firme junto a Unidades de Conservação, em especial.

Atualmente, o IDEFLOR-Bio tem realizado ações em parceria com agências que buscam fomentar o Turismo de Base Comunitária, especialmente na comunidade de Santo Amaro. Anteriormente, o Órgão tentou implantar ações voltadas à comercialização de produtos regionais, ação mais voltada a um dos grupos familiares (que possuía mais capacidade produtiva), mas não houve continuidade em decorrência de diferentes limitações, dentre as quais está a dificuldade de escoamento da produção como principal impeditivo.

Se, por um lado, não houve avanço de documentação possível, mesmo que precária, com a consolidação do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), de parte da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), a despeito de sua proximidade à capital, houve o reconhecimento ao direito de permanecer em suas moradias utilizando os recursos da floresta, embora também precário, por meio do Plano de Gestão que tem poder de lei.

Dentro desse instrumento, as comunidades tradicionais de Ponta Negra e de Santo Amaro deverão ainda consolidar seus usos por meio de um novo instrumento a ser construído, o Plano de Uso Tradicional. Este deverá ser uma mescla entre as necessidades de manutenção da qualidade de vida das comunidades com as restrições ambientais impostas pela gestão da UC, em decorrência do objetivo principal da mesma que advém de seu decreto de criação, que é a “proteção de ambientes naturais” (PARA, 2010, s/p).

A Unidade de Conservação, instituída sobre os territórios construídos por essas comunidades, garantiu, em certa medida, a expressão destes territórios das comunidades ao incluir no documento duas zonas específicas, desenhadas a partir do mapeamento em conjunto com representantes das comunidades (IDEFLOR-BIO, 2018). Deste modo, foram criadas a Zona de Moradores Tradicionais (ZMT) e a Zona de Preservação do Modo de Vida Tradicional (ZMVT), a primeira garante locais de moradia com previsão para o crescimento comunitário a partir das dinâmicas próprias de reprodução das famílias, já a ZMVT, garante áreas de uso reservadas à extração de produtos da floresta e manejo comunitário construída com base nos usos relatados pelos moradores.

As famílias das comunidades de Ponta Negra e de Santo Amaro consolidaram sua territorialidade ao longo de todos esses anos de ocupação por

meio de embates, mesmo que velados, com os agentes externos que lhes atravessaram a existência, construíram seu lugar política e simbolicamente. Sendo obrigados a abandonar suas casas, retornaram e reconstruíram a paisagem, consolidando o significado histórico e cultural de seus locais de vida fatos que colaboraram para o reconhecimento da importância da permanência dos moradores por parte do Órgão Gestor. É possível afirmar que houve uma concatenação de fatores, políticos, ideológicos e tradicionais, presentes nas diferentes instâncias envolvidas, o que favoreceu o processo de manutenção das famílias no interior da Unidade, a partir do reconhecimento de seu modo de vida capaz de colaborar com a preservação da UC.

Dentro do Órgão Gestor e da equipe de elaboração do Plano de Gestão, as correntes com olhar mais social acabaram se fortalecendo, inclusive, dada a participação do Conselho Gestor da UC. Consolidando a percepção de que as comunidades tradicionais conseguem colaborar para a manutenção da natureza ao desempenharem suas práticas de sobrevivência.

Com o início da implementação do Plano de Gestão da Unidade e a elaboração do Plano de Uso Tradicional, novos desafios marcarão o cotidiano das comunidades estudadas. Processos que deverão ser acompanhados de perto por mecanismos que possibilitem maior participação de representantes que residem dentro da UC nas instâncias decisórias, seja em uma roupagem mais fortalecida politicamente do Agrovárzea, por meio um Conselho Gestor e/ou por algum outro mecanismo que venha a ser criado.

Ao se investigar o processo histórico de constituição e formas de organização das comunidades ribeirinhas do REVISMA, foi possível perceber a formação histórica das áreas manejadas pelas comunidades de Ponta Negra e de Santo Amaro. O número de famílias, mantém certa constância dentro de suas flutuações pelas condições descritas neste estudo.

Diferentes relatos dos comunitários e a análise dos dados do levantamento socioeconômico realizado pelo Instituto Avaliação demonstram que há uma redução do número de filhos por família, bem como a existência de uma saída destas crianças em busca de estudo que a escola local não consegue suprir. Alguns destes filhos, saídos há mais tempo, ensaiam um retorno, porém ainda não é possível descrever isto como tendência garantida. É provável que

incidam nesta decisão de retornar ou não, o baixo engajamento coletivo que aparenta marcar as comunidades, que a partir das falas dos entrevistados, parecem dispor de maior intercâmbio entre os nichos familiares.

É possível pensar que a inexistência de associações formais colabore para esta dificuldade, bem como a ausência de organizações que agreguem as pessoas das diferentes famílias em um objetivo comum, como costuma ocorrer em clubes de mães, igrejas, entre outros. Mas como abordado anteriormente, a forma organizativa empregada pelas comunidades talvez esteja mais ligada à momentos específicos, nos quais há a necessidade de exercer essa união. Festas e momentos tristes tem um potencial agregador, aproximando mais as pessoas, mesmo dentro de suas divergências<sup>118</sup>. Em dois momentos etapas de campo foram inviabilizadas por eventos ocorridos nos dias planejados, um dos quais festivo, outro trágico, com a morte de um comunitário por acidente com arma de fogo. Nesses momentos citados, houve uma junção maior dos moradores ao vivenciarem as experiências partilhadas de dor e felicidade.

Quando foi investigada a existência ou inexistência de documentos fundiários nas comunidades ribeirinhas do REVISMA, foi possível perceber que não há registros de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) ou Concessão do Direito Real de Uso (CDRU). O Órgão Gestor (IDEFLOR-Bio) autorizava o desbaste do açaí de modo verbal, uma vez que para fazê-lo oficialmente seria necessário acessar a documentação da terra. Alves (2016) demonstra como ribeirinhos de diferentes regiões emitiam a Disposição de Aptidão ao PRONAF (DAP) a partir do TAUS, é possível que com a consolidação do Plano de Uso Tradicional junto ao Órgão Gestor seja possível considerar esse documento para que os moradores tenham acesso a este tipo de política pública (caso permanece existindo no governo eleito para o período 2018-2022).

Foi possível perceber que existem pequenos conflitos internos em Santo Amaro, também documentados pelo levantamento do Instituto Avaliação. Tais situações tem relação com o uso da terra, seja aquela considerada “livre” (de

---

<sup>118</sup> Tais momentos foram presenciados, e referenciados pelos entrevistados. As comunidades parecem estar passando por transformações, de modo que algumas dessas instâncias de organização não-formais são flutuantes e deverão ser compreendidas a partir de estudos/acompanhamentos de médio e longo prazos.

algum modo) ou aquelas que estão repartidas. As queixas se relacionam à exploração indevida dos recursos, especialmente a madeira e a caça. Já os conflitos com pessoas vindas de fora são mais frequentes em Ponta Negra. As situações contenciosas não têm sido registradas de modo formal, apenas verbalmente algumas situações são denunciadas ao IDEFLOR-Bio. De modo que ações judiciais figuram assunto do passado da época da fazenda Pirelli.

Percebe-se com este estudo, que apesar da ausência de organizações formalizadas, como associações, e apesar da inexistência de comprovações robustas de propriedade da terra, especialmente dada a condição de várzea, que em última instância requer a obtenção da Concessão do Direito Real de Uso (CDRU)<sup>119</sup> como documento máximo que poderia ser emitido nestes casos, ainda assim, as comunidades conseguiram neste contexto específico, a partir de uma conjunção de fatores, garantir a maior parte de suas demandas de subsistência mínima na terra que ocupam. Há ainda, muito a avançar no processo de interação e escuta junto a comunidades tradicionais, e o poder público nem sempre está preparado para essa tarefa.

Após a consolidação do Plano de Gestão, as comunidades deverão empreender um esforço maior na construção do Plano de Uso Tradicional, para garantir a elas, as condições de sobrevivência digna face às flutuações nos mercados e nas gestões. Neste momento, acordos mínimos de respeito à área de uso de vizinhos deverão ser reforçados, uma vez que a pesquisa apontou que existem discordâncias na conduta de algumas pessoas das próprias comunidades.

---

<sup>119</sup> Segundo Luft (2017, s/p.), “Na CDRU, o particular usa o imóvel, mas a titularidade e o controle desse uso ficam nas mãos do Estado. Na obra de Meirelles bem se observa que a CDRU é preferível à venda e à doação, pois assegura o uso para o qual o terreno foi destinado, “evitando prejudiciais especulações imobiliárias dos que adquirem imóveis públicos para aguardar a valorização vegetativa, em detrimento da coletividade””.

## REFERÊNCIAS

ABIRACHED, Carlos F. A.; BRASIL, Daniel; SHIRAISHI, Juliana C.. Áreas Protegidas e Populações Tradicionais: Conflitos e Soluções. **Anais V Encontro Nacional da ANPPAS**, Florianópolis, 2010. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT16-437-404-20100831101029.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

ACEVEDO-MARIN, Rosa. A.; CASTRO, Edna. **No caminho de pedras de Abacatal: experiências sociais de negros no Pará**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2004.

ALBERTI, Verena. **Narrativas na história oral** (Proposta de Simpósio Temático apresentada à Associação Nacional de História – ANPUH, com vistas à participação no XXII Simpósio Nacional de História, a se realizar em João Pessoa, PB, 27 jul-01 ago de 2003). **Boletim Eletrônico da ABHO – Especial** Nº 1, nov. 2002.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª Edição. ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo W. B.. Territórios e Territorialidades Específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012.

ALMEIDA, Arlete. S. de; VIEIRA, Ima. C. G. (Coord.) **Cenários para a Amazônia: área de endemismo Belém: sumário executivo**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2014. Disponível em [http://www.ppgca.ufpa.br/arquivos/repositorio/TEXTODOWN/Sumario\\_Executivo\\_AEB.pdf](http://www.ppgca.ufpa.br/arquivos/repositorio/TEXTODOWN/Sumario_Executivo_AEB.pdf). Acesso em 02 mar. 2017.

ALMEIDA, Maria. P. S. R. **Observação de aves No Refúgio De Vida Silvestre Metrópole Da Amazônia: Uma Contribuição Para A Conservação Ambiental da Unidade e ao Desenvolvimento Turístico Do Estado Do Pará**. Manaus, AM: Instituto de Pesquisas da Amazônia, 2013. Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/988/963>. Acesso em: 02 mar. 2017.

ALVES, Fábio (org.). **A Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: IPEA, 2016.

AMMANN, Safira B. **Participação social**. 2 ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

ARAMBURU, Mikel. Aviamento, Modernidade e Pós-Modernidade no interior Amazônico. *In: Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 9, n. 25. São Paulo jun. 1994. Disponível em:

[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_25/rbcs25\\_09.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_09.htm). Acesso em 20 de agosto de 2018.

ARAÚJO, Allyne S. *et al.* Análise socioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, Estado do Pará, Brasil. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 7, n. 1, p. 30-37, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/biota/issue/view/115>. Acesso em: 17 mar. 2017.

ASLA. Parque Amazônia, Belém, Pará, Amazônia, Brasil. **Morris Architects**, 2006. Disponível em: <https://www.asla.org/awards/2006/06winners/336.html>. Acesso em: 01 set. 2017.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares – introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Lisboa, Editora Letra Livre, 2012.

BALÉE, William. Cultura na Vegetação da Amazônia Brasileira. In: NEVES, Walter. A. (org.). **Biologia e Cultura Humana na Amazônia: Avaliação e Perspectivas**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

BARBOSA, Leonard J. G.; PALHETA, Laísse; BAHIA, Mirleide C.. Turismo e lazer em Unidades de Conservação: Oportunidades e fragilidades para o Desenvolvimento Sustentável local no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia – PA. **Anais do II SIALAT**, Belém, p. 452- 4536, 2017. Disponível em [https://sialat2017.com/wp-content/uploads/2018/03/GT-09-COMPLETO\\_publicado\\_retificado1.pdf](https://sialat2017.com/wp-content/uploads/2018/03/GT-09-COMPLETO_publicado_retificado1.pdf). Acesso em: 09 de outubro de 2018.

BENATTI, J. H. **Direito de propriedade e proteção ambiental no Brasil: apropriação e uso dos recursos naturais no imóvel rural**. Belém, 2003. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

BENJAMIN, Walter. O Narrador - considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Jornal L'eco del Pará, 1989**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/cache/039403275965/I0000001-2Alt%3D001734Lar%3D001318LargOri%3D004728AltOri%3D006220.JPG>. Acesso em 05 jun. 2017.

BOM MEIHY, José C. S. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, June 1965. ISSN 2316-9141. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>. Acesso em: 12 dez. 2017.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em 17 de jan. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília. 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em 17 de jan. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 2.519 de 16 de março de 1998**. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica. [S.l.]. 1998.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.760/46**. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. 1946. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/CCIVil\\_03/Decreto-Lei/Del9760.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/Decreto-Lei/Del9760.htm). Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Ata da 10ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiras, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no Brasil**. De 15 de dezembro de 2004. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/52-legislatura/cpiopi/notas/nt15122004.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

BRASIL. **Resolução nº 76, de 17 de Julho de 1822**, Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral Constituinte. 1822. Disponível em: [http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/resolucao\\_nde\\_76.pdf](http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/resolucao_nde_76.pdf). Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 601**, Dispõe sobre as terras devolutas do Império (conhecida como Lei de Terras). 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 1318, 30 de Janeiro de 1854**, cria a Repartição Geral das Terras Públicas. 1854. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm). Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.746, de 10 de Dezembro de 1979**, Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. 1979. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6746.htm). Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001**, Altera dispositivos das Leis nºs 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10267.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10267.htm) . Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Lei 12.651, de 25 de Maio de 2012**, Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências (Cria o CAR no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA). 2012a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral**: Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais. Ministério Público Federal. Brasília. 2014.

BRASIL; INSTITUTO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Tamanho das Propriedades**. 2019. Disponível em <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em 19 de janeiro de 2019.

BRASIL. O que são áreas de servidão ambiental? *In: Portal Cadastro Rural*. 2019a. Disponível em: [http://www.cadastrorural.gov.br/perguntas-frequentes/copy\\_of\\_itr2015/area-nao-tributavel/096-2014-o-que-sao-areas-de-servidao-ambiental](http://www.cadastrorural.gov.br/perguntas-frequentes/copy_of_itr2015/area-nao-tributavel/096-2014-o-que-sao-areas-de-servidao-ambiental). Acesso em 20 de março de 2019.

BRUYNNE, Paul. de; HERMAN, Jacques e SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

CABRAL, Rafaella de F. L.. A evolução histórica das sesmarias e terrenos de marinha e seus reflexos fundiários na cidade de Belém. In: NASCIMENTO, Durbens M. **Regularização Fundiária em áreas da União na Amazônia Paraense**. NAEA: Belém, 2014. p. 21-50.

CAÑETE, Thales M. R.; CAÑETE, Voyner R.. Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos. **Anais V Encontro Nacional da ANPPAS**. Florianópolis, 2010. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-29-1009-20100904055930.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

CAÑETE, Thales M. R.. Instrumentos de regularização fundiária em ilhas da União. In: NASCIMENTO, Durbens M. **Regularização Fundiária em áreas da União na Amazônia Paraense**. NAEA: Belém, 2014. p. 51-102.

CAPPELLI, Vittorio. M. Gregório Ronca e Ermanno Stradelli: oficial da marinha e antropólogo na Amazônia. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 38, p. 335-346, 2012.

CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural/textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Paper do NAEA**, Belém, v. 92, Maio 1998. ISSN 15169111. Disponível em: <http://naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/239>. Acesso em: 12 out. 2017.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira; megaprojetos de infraestrutura e integração sulamericana. *Cadernos do CRH, Dossiê Amazônia*, v. 25, nº 64, p. 45-61, jan/abril 2012.

CASTRO, Milene D. C. S. **Território Verde: Análise do Potencial Turístico do Refúgio de Vida Silvestre da Amazônia (Pará)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016. 117 p. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43395>. Acesso em: 02 mar. 2017.

CORIOLANO, L.N.M.T. **O Turismo nos Discursos nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORREA, Dávila; MOURA, Édila. Desenvolvimento de Territorialidade sócio-sustentável na localidade de Vila de Alencar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá. *In: 1º Encontro da Região Norte da SBS*. Manaus: Inst. Piatam, 2008.

CUNHA, Alexandre M. Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *In: HISTÓRIA*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 226-247, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v25n1/a11v25n1.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

CUNHA, Manuela C. da; ALMEIDA, Mauro W. B. de. Populações tradicionais e conservação ambiental. *In: CAPOBIANCO, João P. R. et al. Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

DARTIGUES, André. Paul Ricoeur e questão da identidade narrativa. *In: CESAR, C. M. (Org.). Paul Ricoeur. Ensaios*. São Paulo: PAULUS, 1998.

DIEGUES, Antônio C. **Mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. HUICITEC: USP, São Paulo, 2000.

DIEGUES, Antônio C. *et al.* **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil: Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade**. MMA/COBIO/NUPAUB-USP, São Paulo, 2000.

ÉGLER, Eugênia G.. A Zona Bragantina no Estado do Pará. *In: Rev. Brasileira de Geografia*, jul/set, vol. 23, nº 3, p. 527-556, 1961. Disponível em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1961\\_v23\\_n3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1961_v23_n3.pdf).

Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Módulos Fiscais**. 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em 20 de março de 2019.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org).* Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FLOHRSCHÜTZ; HOMMA; KITAMURA; et al 1983, p.11). Disponível em <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/387135/1/CPATUDOC23.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GODELIER, Maurice. **The Mental and the Material Thought Economy and Society**. Great Britain by The Thetford Press, Thetford, Norfolk, 1986.

GUGLIOTTA, Alexandre C.. **Conte Ermanno Stradelli: Un visionario italiano in Amazonia**. *Rivista InStoria*. N. 5 (XXXVI) - Maggio 2008. Disponível em: [http://www.instoria.it/home/conte\\_ermanno\\_stradelli.htm](http://www.instoria.it/home/conte_ermanno_stradelli.htm). Acesso em: 1 set. 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: **Etc, espaço, tempo e crítica Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**. 15 de Agosto de 2007, nº 2 (4), vol. 1, 2007. Disponível em: <http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads>. Acesso em 01/06/2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARDIN, Garret. A Tragédia dos Comuns. **Revista Science**, vol. 162, No. 3859 (13 de dezembro de 1968), pp. 1243-1248. Tradução de Jose Roberto Bonifácio, Rio de Janeiro/RJ, 10/05/2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3203283/mod\\_resource/content/2/a\\_trag%C3%A9dia\\_dos\\_comuns.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3203283/mod_resource/content/2/a_trag%C3%A9dia_dos_comuns.pdf). Acesso em 01/06/2018.

HECKENBERGER, Michael. **The ecology of power – culture, place, and personhood in the southern Amazon. A.D 1000-2000**, New York, 2005.

HOBBSAWM, Eric.; RANGER, Terence. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

HOUSSAIS. **Dicionário Digital**. 2001.

HUBER, Jacques. **Relatório sobre o estado actual da cultura da *Hevea brasiliensis* nos principais paizes de produção do Oriente**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1912.

HURTIENNE, Thomas. A Agricultura familiar e o desenvolvimento Sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. Especial, p. 442-466, 1999.

ICHIKAWA, Elisa; SANTOS, Lucy W. **Vozes da História: Contribuições da História Oral à Pesquisa Organizacional**. 2003. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2003-epa-0186.pdf>. Acessado em: 05 de agosto de 2018.

IDEFLOR-BIO. **Plano de Gestão da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia**. Instituto Avalia o Programa e Projetos Socioambientais – IA. Belém, 2018a.

IDEFLOR-BIO. **Agrovárzea visita comunidade de Ponta Negra**. Belém, 2018. m teria publicada no dia 29 de março de 2018b. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/2018/03/agrovarzea-visita-comunidade-de-ponta-negra/> Acesso em: 05 de agosto de 2018.

IDEFLOR-BIO. **Ata da reunião de posse do Conselho Gestor**, 10 de dezembro de 2013. Belém, 2013.

IDEFLOR-BIO. **Ata da 2  Reunião Extraordinária do Conselho Gestor**, 14 de abril 2014. Belém, 2014.

IDEFLOR-BIO. **Ata da 8  Reunião Conselho Gestor**, 24 de abril de 2015. Belém, 2015a.

IDEFLOR-BIO **Ata da 9  reunião do Conselho Gestor do REVISMA**, 26 de junho de 2015. Belém, 2015b.

IDEFLOR-BIO **Ata da 11  Reunião do Conselho Gestor**, 24 de maio de 2016. Belém, 2016a.

IDEFLOR-BIO **Ata da 12  Reunião do Conselho Gestor**, 26 de outubro de 2016. Belém, 2016b.

IDEFLOR-BIO **Ata da 13  Reunião do Conselho Gestor**, 21 de dezembro de 2016. Belém, 2016c.

INSTITUTO AVALIA O, PESQUISA, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIOAMBIETAIS (IA). **Etapa 3 – Descri o e Sistematiza o das Oficinas de Planejamento Participativo**. Santarém, 2017a.

INSTITUTO AVALIA O, PESQUISA, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIOAMBIETAIS (IA). **Levantamento socioecon mico para apoio ao Plano**

**de Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia.** Santarém, 2017b.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADA. **Relatório de Pesquisa:** Região Metropolitana de Belém. Governança Metropolitana no Brasil. Caracteriza o e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das fun es públicas de interesse comum (componente 1). IPEA. Rio de Janeiro, 2015.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADA. **Relatório de Pesquisa:** Região Metropolitana de Belém. Governança Metropolitana no Brasil. Caracteriza o e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das fun es públicas de interesse comum (componente 2). IPEA. Rio de Janeiro, 2016.

JACCAUD, Myl ne.; MAYER, Robert. A observa o direta e a pesquisa qualitativa: In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, L (*et al.*). **A pesquisa qualitativa Enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradu o de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895937/mod\\_resource/content/1/04\\_OB-JACCOUD\\_MAYER.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1895937/mod_resource/content/1/04_OB-JACCOUD_MAYER.pdf) Acessado em: 05 de agosto de 2018.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber.** Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1976.

JEUDY, Henry. P. **Memórias do Social.** Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1990.

JORNAL A CONSTITUI O. **Desaparecimento.** Belém, 29 de agosto de 1876, ano 3 n  124.

JORNAL CORREIO PAULISTANO. **Inicia a Pirelli Moderna Planta o de Seringueiras.** São Paulo, 24 de junho de 1956.

JORNAL O LIBERAL. **Aberta a estrada de rodagem: Caraparú – João Coelho.** 14 de dezembro de 1946.

JORNAL TRIBUNA DO PARÁ. **Antiga Fazenda Pirelli vai se transformar em um grande conjunto habitacional.** Belém, 14 a 20 de novembro de 2009.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

LIMA, Marta G. M; PEREIRA, Elves M. B. Popula es tradicionais e conflitos territoriais na Amazônia. In: Geografias, Belo Horizonte 03 (1) 107-119 janeiro-junho, 2007.

LIMA, Débora; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Rev. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 45-76, Aug. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200004&lng=en&nrm=iso). Acessado em: 23 Mar 2018.

LISBOA, P. L. B. (org.). **Aurá: comunidades e florestas**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. **Anuário Antropológico (2002/2003)**. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 2004, pp. 251-290.

LUFT, Rosângela. Concessão de direito real de uso. Enciclopédia Jurídica da PUCSP, São Paulo, 2017. Disponível em <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/16/edicao-1/concessao-de-direito-real-de-uso>. Acesso em: 02 Jul. 2019.

MAGALHÃES, Marcos P.. **Relatório: da Prospecção Arqueológica no Traçado da Alça Viária**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. 2002.

MARQUES, Fernando. L. T.. **Programa de salvamento e monitoramento de sítios arqueológicos no traçado da Alça Rodoviária – Belém/PA**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. 2002.

MARQUES, Fernando. L. T.. **Programa de salvamento e monitoramento de sítios arqueológicos no traçado da Alça Rodoviária – Belém/PA**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém. 2003.

MARQUES, Fernando L. T.. **Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2004.

MARX, **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MINAYO, Maria C. de S.. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MORAN, Emílio; OSTRON, Elinor. (orgs.). **Ecosistemas florestais: interação homem-meio ambiente**. Ed. SENAC/EDUSP. São Paulo, 2009.

MATOS, Aécio G. de. **Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2003.

MUNIZ, João de P. **Índice Geral dos Registros de Terras**. Imprensa Oficial: Belém, 1907. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/indice-geral-dos-registros-de-terras-tomo-i> Acesso em: 17 dez. 2018.

NUNES, Francivaldo. A.. A colonização agrícola e núcleos coloniais das terras de florestas da Amazônia Oriental. **Revista Aedos PPGH UFRGS**, Porto Alegre, v. 2, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10587>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

NUNES, Francivaldo. A.. A Lei de Terras e a Política de Colonização estrangeira na Província do Pará. **Revista Tempos Históricos**, Belém, v. 16, p. 99-126,

2012. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/viewFile/8099/5992>. Acesso em: 07 nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº169/89**. 1989. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf). Acesso em 20 de outubro de 2018.

OSTROM, Elinor; *et al.* **Revisiting the Commons**: Local Lessons, Global Challenges, Science, Vol. 284. no. 5412, pp. 278 – 282, 1999. Disponível em: <http://science.sciencemag.org/content/284/5412/278?sid=811894ac-3b95-4648-a92f-5fa5807a1d2a>. Acesso em: 10 de jun. 2018.

ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**, aprovada pela 107ª Plenária, em 13/9/2007 Disponível em: [https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_pt.pdf](https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf). Acesso em: 20 de outubro de 2018.

PARÁ. **Decreto nº 2.112, de 17 de abril de 1997**. Desapropria a área da Fazenda Pirelli S/A. Diário Oficial do Estado do Pará, Governo do Estado. Belém. 1997.

PARÁ. Diário Oficial do Estado do Pará, 12 de setembro de 2008.

PARÁ. **Mapa do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia**. Belém, 2009a.

PARÁ. **Decreto Estadual de 29 de julho de 2009**. Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho e Estudos voltado à criação de Unidades de Conservação da área integrante da antiga “Fazenda Pirelli”. 2009b. Disponível em <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/2204>. Acesso em 20 de julho de 2018.

PARÁ. Secretaria de Estado de meio Ambiente (SEMA-PA). Site. **Unidade de Conservação de olho no futuro ambiental do Pará**. Matéria publicada em **30 de outubro de 2009**c. Disponível em <https://www.semas.pa.gov.br/2009/10/30/8549/>. Acesso em 20 de julho de 2018.

PARÁ. **Decreto governo estadual nº 2.210, de 30 de março de 2010**, desmembra parte da Pirelli em favor da COHAB para a construção dos conjuntos habitacionais - 01/04/2010a - suplemento do DO, s/p). Disponível em [http://www.ioepa.com.br/pages/2010/04/01/2010.04.01.suplemento\\_1.pdf](http://www.ioepa.com.br/pages/2010/04/01/2010.04.01.suplemento_1.pdf)

PARÁ. **Decreto nº 2.211, de 30 de março de 2010**. Cria o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia Diário Oficial do Estado do Pará, Gabinete da Governadora. Belém. 2010b.

PARÁ. **Reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**, em 15 de abril de 2010c.



PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAs). **Relatório Social dos Seringueiros que atuam no Refúgio de Vida Silvestre MetrÓpole da Amazônia**. Belém: [s.n.], 2012.

PARÁ. Secretaria de Estado de meio Ambiente (SEMA-PA). **Relatório Técnico: Levantamento preliminar de impactos socioambientais provocados por empreendimentos no território estadual de quilombolas do abacatal e entorno. Município de Ananindeua, Pará**. Belém: [s.n.], 2013.

PARÁ. **Norma: Conselho do Refúgio de Vida Silvestre MetrÓpole da Amazônia Resolução nº 001/2016. Diário Oficial do Estado do Pará Nº 33105**. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. Belém. 2016. (Protocolo 948750.)

PARÁ. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAs). **Sobre o CAR**. 2019a. Disponível em: [http://car.semas.pa.gov.br/#/informacoes/sobreCar?efeito=true&tela=SOBRE\\_CAR2019](http://car.semas.pa.gov.br/#/informacoes/sobreCar?efeito=true&tela=SOBRE_CAR2019). Acesso em 19 de janeiro de 2019.

PARÁ. Sistema Integrado de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). **Perguntas Frequentes**. 2019b. Disponível em: [http://www.cadastrorural.gov.br/perguntas-frequentes/copy\\_of\\_itr2015/area-nao-tributavel/096-2014-o-que-sao-areas-de-servidao-ambiental](http://www.cadastrorural.gov.br/perguntas-frequentes/copy_of_itr2015/area-nao-tributavel/096-2014-o-que-sao-areas-de-servidao-ambiental). Acesso em 19 de janeiro de 2019.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992. Disponível em <http://files.anexositecp.webnode.pt/200000082-88343892ea/PATEMAN.%20C.%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Teoria%20Democr%C3%A1tica.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

PENTEADO, Antônio. R. **Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do estado do Pará**. Universidade Federal do Pará. Belém. 1967.

PERFUMO DI DONNA (site). **Seringueiros intagliano l'Hevea brasiliensis per la produzione della gomma lungo il Rio Oriboca, Stato del Para**. Disponível em <https://cordialdo.wordpress.com/2014/06/23/esiste-un-altro-brasile-che-amo-di-piu/amazzonia-seringueiros-intagliano-lhevea-brasiliensis-per-2/>. Acesso em: 10 de março de 2019.

PESAVENTO, Sandra. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PETERSEN, James. B.; *et al.* Gift from the Past: Terra Preta and Prehistoric Amerindian Occupation in Amazonia. In: MCEWAN, Colin; BARRETO, Cristina.; NEVES, Eduardo. **Unknown Amazon**. London: British Museum Press., 2001. p. 86-107.

PIRELLI, R. **PIRELLI. Rivista d'informazione e di tecnica**, 1963. Disponível em: [http://search.fondazionepirelli.org/bookreader/riviste/RivistaPirelli/1963\\_4.html#page/84/mode/2up](http://search.fondazionepirelli.org/bookreader/riviste/RivistaPirelli/1963_4.html#page/84/mode/2up). Acesso em: 07 nov. 2017.

PIZARRO Ana. **Amazônia**: as vozes do rio: imaginário e modernização. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília. 2014.

PONTES, Romero. X. **Assahy-yukicé, iassaí, oyaí, quasey, açã, jussara, manaca, açá, acay-berry**: rizoma. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Belém, UFPA, 2013.

POSEY, Darrel. A. Indigenous Ecological Knowledge and Development of the Amazon. In: MORAN Emílio, ed. **The Dilemma of Amazonian Development**. Boulder, Westview Press: 135-144, 1983.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1996.

QUARESMA, Sílvia J. L. Movimentos Sociais: Legitimação da Participação Social na Saúde. In: **Revista Grifos**, nº 32/33. Ed. Argos/UNOCHAPECÓ, Chapecó, 2012.

RIBEIRO, Ana S. S. *et al.* Utilização dos recursos naturais por comunidades humanas do Parque Ecoturístico do Guamá, Belém, Pará. In: **Revista Acta Amazônica**, Vol. 37(2). p. 235-240, 2007.

ROOSEVELT; Anna T.. Arqueologia Amazônica. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

RVS\_GEST\_001. IDEFLOR-Bio, 09 de novembro de 2018.

RVS\_GEST\_002. IDEFLOR-Bio, 11 de dezembro de 2018.

RVS\_CPN\_005. Comunidade Ponta Negra, 11 de dezembro de 2018.

RVS\_CPN\_006. Comunidade Ponta Negra, 11 de dezembro de 2018.

RVS\_IA\_007. INSTITUTO AVALIAÇÃO. 24 de janeiro de 2019.

RVS\_CSA\_020. Comunidade Santo Amaro, 19/02/2019.

RVS\_CSA\_021. Comunidade Santo Amaro, 18/02/2019.

RVS\_CSA\_022. Comunidade Santo Amaro, 18/02/2019.

SÁ, H. D. S. F. D.; PALHETA, Laisse L.. **Manejo e interpretação ambiental da trilha das samambaias no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia – Marituba- Pará**. Belém: Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2015.

SANTOS, Anadalvo J. dos; *et al.* Produtos Não Madeireiros: Conceituação, Classificação e Mercados. *In: Revista Floresta*, 33 (2) 215-224, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/2275/1900>. Acesso em 20 nov. 2018.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In: SANTOS, M.; SOUZA, Maria A. A; de; SILVEIRA, Maria L. (orgs.) Território: Globalização e Fragmentação*. Ed. HUCITEC/ANPUR. São Paulo, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Patrícia O. D. **A reprodução da agricultura familiar na Região Metropolitana de Belém no início do século XXI: um estudo acerca dos agricultores dos bairros de Almir Gabriel e Uriboca no município de Marituba - Pará**. Dissertação de Mestrado. ed. Belém: UFPA, 2012.

SILVA, José, A. **Análise quali-quantitativa da extração e do manejo dos recursos florestais da Amazônia brasileira: Uma abordagem geral e localizada (Floresta Estadual do Antimari-AC)**. Tese de doutorado, PPGEF, UFPR: Curitiba, 1996.

SIROTHEAU, José L. T. **Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano o caso da comunidade de Abacatal (Pará)**. Tese de Doutorado. Belém: NAEA/UFPA, 2012.

SOFFIATTI, Nelson F. D. L. **Território e Paisagem na Transição Socioeconômica induzida no Quilombo Abacatal: 1880 a 2013**, Belém, 2014. 101. Disponível em: [http://ppgeoufpa.net/images/DISSERTACOES/ANO\\_2012/NELSON-FERNANDO-DE-LISBOA-SOFFIATTI/DISSERTACAO-NELSON-FERNANDO.pdf](http://ppgeoufpa.net/images/DISSERTACOES/ANO_2012/NELSON-FERNANDO-DE-LISBOA-SOFFIATTI/DISSERTACAO-NELSON-FERNANDO.pdf). Acesso em: 02 mar. 2017.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2007.

SURGIK, Ana C. S. Estudo Jurídico para a Várzea Amazônica. *In: BENATTI, José H.; et al. A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos*. Manaus: Edições Ibama / ProVárzea, pp 15-32, 2005.

TIPO ASSIM FOLHETIM (*blog*). **Audiência Pública - Pirelli: E agora José?**. 2009a. Disponível em: <https://tipoassimfolhetim.wordpress.com/2009/11/06/audiencia-publica-%e2%80%93-pirelli/> Acesso em: 03 de fevereiro de 2019.

TIPO ASSIM FOLHETIM (*blog*). **Batalha da Pirelli VI**. 2009b. Disponível em: <https://tipoassimfolhetim.wordpress.com/2009/11/06/batalha-na-mata-da-pirelli-%e2%80%93-vi/> Acesso em: 03 de fevereiro de 2019.

TIPO ASSIM FOLHETIM (*blog*). **Batalha da Pirelli VII**. 2009c. Disponível em: <https://tipoassimfolhetim.wordpress.com/2009/11/06/batalha-na-mata-da-pirelli-%e2%80%93-vi/> Acesso em: 03 de fevereiro de 2019.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **Rev. de História Oral**, v. 5, 2002. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=47&path%5B%5D=39>. Acesso em: 02 mar. 2018.

TRECCANI, Girolamo D.. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

TORRES, Mauricio G. **Terra Privada Vida Devoluta: Ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará**. Tese de doutorado em Geografia Humana. USP: São Paulo, 2012.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair. **O Espaço Amazônico: Sociedade e Meio Ambiente**. 1. ed. Belém, PA: NPI, v. 1, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005**, promulgada pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 6.177, de 1/8/2007.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1993.

VECCHIONE, Marcela. **Cadastro ambiental rural (CAR) e a secundarização de reformas fundamentais para a garantia da posse de terra**. 2016, s/p Disponível em: <http://www.cartadebelem.org.br/site/cadastro-ambiental-rural-car-e-a-secundarizacao-de-reformas-fundamentais-para-a-garantia-da-posse-da-terra/>. Acesso em: Acesso em 19 de janeiro de 2019.

VIDAL, Marly C.; MALCHER, Maria A.. **Sesmarias**. Belém: ITERPA, 2009.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - PLANO DE OBSERVAÇÃO DURANTE AS REUNIÕES DO CONSELHO GESTOR DA UC**

1. Relações de força/tensões;
2. Apresentação discussão PG;
3. Planejamento da gestão UC;
4. Observar a abordagem da condução da reunião;
5. Perceber a diferença entre esta reunião (será realizada em campo, na UC) e as demais que foram realizadas na sede do IDEFLOR.

## **APÊNDICE B - PLANO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE PONTA NEGRA E SANTO AMARO**

Perguntas norteadoras/temas:

1. Há quanto tempo reside na comunidade?
2. Sabe como a comunidade se formou?
3. Por quê escolheu morar na comunidade?
4. Algum dia alguém já precisou pagar para morar aqui? Explique.
5. Quais as relações com as outras comunidades próximas? Quais comunidades possuem mais relações?
6. Já houve algum momento que você precisou se mudar (por se sentir ameaçado ou qualquer outro motivo)?
7. Quando foi que você ficou sabendo que o governo ia tomar conta da Pirelli?
8. Em quê ocasiões a comunidade se reúne para tomar decisões (Para resolver algum problema, para celebrar alguma data importante para todos)?
9. Como cada família sabe qual o limita da área de uso? Se acaba o açai nessa área que é da família onde ela procura outra?
10. Sabe dizer onde começa e onde termina os limites da comunidade?
11. Sabe dizer onde é o limite da comunidade com a Pirelli?
12. Tem fazenda de alguma pessoa que não é da comunidade aqui por perto (se sim, sabe onde ficam os limites)?
13. Se algum dia viesse alguém aqui dizendo que era dono das terras e mandando vocês saíres, o que vocês fariam?
14. Sua família tem alguma área de uso que está dentro do limite da Pirelli?
15. Como foram as reuniões do Plano de Gestão da Pirelli? Explicaram os direitos e deveres de vocês?
16. Como conheceu a Pirelli, como era a relação da Pirelli com sua família?

## **APÊNDICE C - PLANO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DO ÓRGÃO GESTOR NO CONSELHO**

Perguntas norteadoras/temas:

1. Descreva o processo de criação da UC;
2. Na época da criação havia mais pessoas morando lá do que hoje?
3. Qual era o perfil desse morador?
4. Como era a relação do Órgão Gestor com esses moradores antes e depois da criação do IDEFLOR-Bio?
5. Na época que a polícia assumiu o controle da área algumas famílias foram removidas? Se sim, para onde foram essas pessoas?
6. Nesse momento que vocês pensaram o Plano de Gestão, como era a relação ou a perspectiva de relação do Gestor com as comunidades vizinhas e internas?
7. Essa relação mudou? Se sim, quando começaram a ocorrer mudanças?
8. Como o Órgão Gestor percebe a organização e a participação das comunidades Ponta Negra e Santo Amaro na Gestão da UC?
9. Qual o papel atual das comunidades na UC? (idealizado/concretizado)



## **APÊNDICE D - PLANO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DO CONSELHO GESTOR DA UC**

Perguntas norteadoras/temas:

1. Descreva o processo de criação da UC;
2. Como você descreveria as comunidades que moram no Refúgio?
3. Como você descreveria a capacidade de organização dessas comunidades?
4. Você saberia dizer como é a relação do Órgão Gestor com esses moradores?
5. Qual a sua visão sobre a participação das comunidades Ponta Negra e Santo Amaro no processo de elaboração do Plano de Gestão?
6. Como você vê a participação dessas comunidades no Conselho Gestor? Elas participam das reuniões? Quais as contribuições elas apresentam?
7. Como o Conselho Gestor percebe a presença e uso de recurso por parte de populações tradicionais dentro do Refúgio?

## APÊNDICE E - FORMULÁRIO DE REGISTRO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREVISTA

1. Entrevista Nº:
  - a. Tipo - História de Vida-HV/ História Temática-HT: ( ) HV; ( ) HT;
  - b. Linha de Pesquisa:
  - c. Projeto de Pesquisa:
  - d. Responsável pelo Projeto:
  
2. Dados Pessoais
  - a. Nome:
  - b. Data Nascimento (dd/mm/aaaa):
  - c. Sexo: ( ) Feminino; ( ) Masculino
  - d. Profissão/ocupação:
  - e. Naturalidade:
  - f. Filiação:
  - g. Estado Civil (+nome cônjuge se houver):
  - h. Tempo de residência na localidade atual:
  
3. Dados do Conteúdo da Entrevista
  - a. Sumário:
  - b. Palavras-Chave:
  - c. Resumo:
  
4. Dados técnicos da entrevista
  - a. Data (dd/mm/aaaa):
  - b. Local:
  - c. Duração:
  - d. Tipo de mídias/quantidade:
  - e. Número de identificação da mídia:
  - f. Responsável pela pesquisa:
  - g. Entrevistador:
  - h. Responsável pela transcrição:
  - i. Data da transcrição (dd/mm/aaaa):
  
5. Termo de autorização/devolutiva
  - a. ( ) assinado; ( ) gravado;
  - b. Data (dd/mm/aaaa):
  - c. Data da devolutiva (dd/mm/aaaa):
6. Observações

## APÊNDICE F - RESUMO DAS ENTREVISTAS.

<b>CÓDIGO</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>	<b>PRINCIPAIS INFORMAÇÕES</b>
RVS_CPN_003	Comunidade Ponta Negra	Antiguidade da comunidade; utilização do termo ribeirinho para cadastro em loja; relação com moradores do Igarapé do Aurá; Participou de reuniões elaboração do Plano de Gestão.
RVS_CPN_004	Comunidade Ponta Negra	Utilização outro endereço para benefício social; relação com moradores do Igarapé do Aurá; Escolha do local de moradia por ser melhor que outros.
RVS_CPN_005	Comunidade Ponta Negra	História dos conflitos do fechamento da Pirelli; Reivindicação do local de moradia – retorno após expulsão – embate judicial; Não possuem documentação da terra; Pouca participação da comunidade em reuniões da gestão; Ex-funcionário da Pirelli; Diferença entre SEMA/IDEFLOR-Bio.
RVS_CPN_006	Comunidade Ponta Negra	História detalhada da região; descrição do embate judicial pelo direito de morar (documentos se perderam); Capacidade de acionar instâncias representativas; Iniciativa de reconhecimento do direito de morar na área; Reconfiguração da paisagem com esforços próprios para recompor a mata.
RVS_CSA_010	Comunidade Santo Amaro	Possuem documentos da terra; Ex-funcionário da Pirelli; Residem no Uriboca; Participaram de reuniões do Conselho Gestor; Participam dos Projetos do IDEFLOR-Bio; Diferença entre SEMA/IDEFLOR-Bio; Problemas com pessoas que invadem a área para extrair recursos sem autorização.
RVS_CSA_011	Comunidade Santo Amaro	Possuem documentos da terra; Residem no Uriboca; Aquisição dos terrenos com pagamento de imposto territorial; Croqui da área;
RVS_CSA_012	Comunidade Santo Amaro	Possuem documentos da terra; Ex-funcionário da Pirelli; Residem no Uriboca; Participaram de reuniões do Conselho Gestor; Participam dos Projetos do IDEFLOR-Bio; Diferença entre SEMA/IDEFLOR-Bio; Plantou mais de oito mil pés de açaí.
RVS_IA_007	Instituto Avaliação	Processo participativo de elaboração do Plano de Gestão; Baixa capacidade das

<b>CÓDIGO</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>	<b>PRINCIPAIS INFORMAÇÕES</b>
		comunidades entenderem o processo apesar de conseguirem colocar suas demandas; Populações tradicionais ribeirinhas com baixa capacidade de influência; Abacatal serve de modelo e a relação com eles fortalece Ponta Negra e Santo Amaro; Limitações em decorrência do baixo número populacional; Papel fundamental do Gestor para consolidação do Plano de Gestão permitindo moradia e uso de recursos por parte das populações tradicionais ribeirinhas; Importância de equipes interdisciplinares no Órgão Gestor e no Instituto Avaliação.
RVS_GEST_001	Órgão Gestor IDEFLOR-Bio	Papel fundamental do Gestor para consolidação do Plano de Gestão permitindo moradia e uso de recursos por parte das populações tradicionais ribeirinhas; Baixa capacidade organizativa das comunidades; diferença entre SEMA/IDEFLOR-Bio; Importância de equipes interdisciplinares no Órgão Gestor e no Instituto Avaliação.
RVS_GEST_002	Órgão Gestor IDEFLOR-Bio	Papel fundamental do Gestor para consolidação do Plano de Gestão permitindo moradia e uso de recursos por parte das populações tradicionais ribeirinhas; Baixa capacidade organizativa das comunidades; preservacionista x conservacionista; diferença entre SEMA/IDEFLOR-Bio; Importância de equipes interdisciplinares no Órgão Gestor e no Instituto Avaliação.
RVS_CONS_008	Conselho Gestor da UC	Dificuldade de ficar sabendo das reuniões; Dificuldade em se deslocar para atividades; Baixa participação das comunidades
RVS_CONS_009	Conselho Gestor da UC	Baixa participação das comunidades; Dificuldades de entendimento;

Fonte: Entrevistas realizadas  
 Organização: Leonard J. Grala Barbosa

**APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa tem o nome de **Comunidades ribeirinhas no processo de consolidação fundiária do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia – PA** e está sendo desenvolvida pelo aluno Leonard Jéferson Grala Barbosa, do Curso de mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia. Os objetivos do estudo são estudar como a territorialidade das comunidades ribeirinhas de Ponta Negra e Santo Amaro podem influenciar ações de regularização fundiária e/ou reconhecimento do direito dessas comunidades pelo poder público. Conhecer a história das comunidades e como se organizam. Descobrir se as pessoas têm ou não documentos da terra. Estudar se a organização das comunidades ribeirinhas do REVISMA consegue produzir efeitos nas políticas públicas para a garantia à moradia. Solicitamos a sua colaboração para uma entrevista (conversa) que demora mais ou menos meia hora, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e publicar em revistas científicas nacional e/ou internacional. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

\_\_\_\_\_ Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável.

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Belém, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assinatura do participante.

Contato com o Pesquisador Responsável: Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador Leonard Jéferson Grala Barbosa. Telefone: 982594922 ou para o Comitê de Ética da Universidade Federal do Pará.

**APÊNDICE H - SÍNTESE DAS ATAS DO CONSELHO GESTO DO REVISMA.**

Quadro síntese das principais atas de reunião do Conselho Gestor utilizadas			
Data	Título Ata	Participantes	Assuntos
12/04/2013 - SEMA	Reunião de Criação do Conselho da Unidade de Conservação de Proteção Integral Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia - REVIS	SEMA/PA; EMATER-PA; ONG – Ecotropic; Ass. Comunitária Agrovila São Pedro; Ass. Moradores Almir Gabriel; AMORAG; BPA; Fórum dos Lagos/ONG-ADECAM; Inst. Pirelli; CEPLAC; Ass. Moradores Bairro Santa Clara – Marituba; Ass. Moradores Abutiram – Marituba; SEMMA- Ananindeua; ONG Ambientalistas ANANI; Morador da Estrada da Pirelli; Morador do Interior do Refúgio; Ass. Moradores Resid. Imperial – AMRI – Marituba/PA; Amigos São Pedro; AMCOB; Residente Conj. Beija Flor-Marituba; Cooperativa Santo Antônio - COOPSANT – Cheguevara /Almir Gabriel-Marituba; APMQUA; Com. Quilombola de Abacatal; Abacatal; SEMMA – Marituba/PA; Com. Ponta Negra; ICMbio; Fac. Tur. UFPA; SEMMA – Marituba; SEMMA – Sta. Izabel-PA.	1) Acordos de boa convivência; 2) Apresentação da UC; 3) Objetivos da UC; 4) Importância de Conselhos Gestores; 5) Apresentação do Mapeamento de instituições para compor o conselho da UC desenvolvido nas oficinas participativas; 6) Questionamento do motivo da inclusão de grupos sem CNPJ; 7) Questionamento de mais participação popular; 8) Preocupação com relação à cobrança por parte do poder público sobre responsabilidade preservação ambiental; 8) Foi informado que todos têm direito à fala no Conselho, mas apenas membros votam; 9) Discussões sobre duração e papel do Conselho; 10) Problemas sobre lixo no interior e entorno da UC; 11) Problemas de participação, gestão afirma que haverá capacitação; 12) Votação para permanência ou não das instituições indicadas; 13) Instituições para compor o Conselho: Representantes do Poder Público: a) Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/PA; b) Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Ananindeua/PA; c) Secretaria Municipal de Meio Ambiente município de Benevides/PA; d) Secretaria Municipal de Meio Ambiente município de Marituba/PA; e) Secretaria Municipal de Meio Ambiente município de Santa Izabel/PA; f) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PA); g) Instituto de Segurança Pública do Pará (IESP); h) Batalhão de Policiamento Ambiental do Pará (BPA); i) Universidade Federal do Pará (UFPA); j) Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); k) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio); l) Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC); Representantes da sociedade civil: a) Comunidades do Interior do REVIS (Comunidade da Vila do Dique e Vila Três Marcos); b) Comunidade Ponta Negra; c) Comunidade Santo Amaro; d) Associação de Moradores do Abacatal; e) Proprietários de terras no interior do REVIS, empresas privadas e Restaurante Terra do Meio; f) Comunidades do Entorno do REVIS (Associação de Moradores do Bairro Santa Clara, Associação dos Moradores do Conjunto Beija Flor e Associação dos Moradores do Conjunto ABUTIRAM e Jardim Imperial); g) Comunidade do Entorno do REVIS (Associação dos Moradores do Almir Gabriel – AMORAG e Associação Comunitária Agrovila São Pedro); h) Sindicato Produtores Rurais; i) Instituto Socioambiental Pirelli; j) Instituto de Ecologia Tropical; k) Organização Não Governamental Ambientalista ANANI; l) União de Centros Comunitários de Santa Izabel do Pará; 14) Orientações gerais e escolha da data da próxima reunião (obs: há muita divergência entre nomes e associações representadas na ata, pessoas que representam em 2019 uma entidade aparecem respondendo por outra na primeira ata, isso pode ser acomodação/alteração ou erro no registro).
	Reunião de Posse do Conselho da	SEMA/PA; MPEG; ICMbio; SEMMA- Ananindeua-PA); UCAMEPASIPA; Inst. PIRELLI –	1) Apresentação das pessoas que participaram do processo de criação do Refúgio e que irão acompanhar a gestão; 2) Posse dos conselheiros, muitos não estão presentes; 3) A ausência de muitos foi questionada por representante da sociedade civil; 4) Gestora fala que foi encaminhada

**Quadro síntese das principais atas de reunião do Conselho Gestor utilizadas**

<b>Data</b>	<b>Título Ata</b>	<b>Participantes</b>	<b>Assuntos</b>
10/12/2013 - SEMA	Unidade de Conservação de Proteção Integral Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia - REVIS	Marituba; AMCOB; Ass. Com. Agrovila São Pedro; Fac. Tur. UFPA; SETUR; Com. Ponta Negra; BPA; SEMMA - Marituba/PA; Inst. de Ecologia Tropical; Ass. de Moradores e Produtores Rurais Quilombolas de Abacatal I; Restaurante Terra do Meio; EMATER/PA; SEMMA-Ananindeua-PA; EMATER/PA; CEPLAC.	uma minuta de regimento interno do Conselho que deverá ser avaliada; 5) Responsável pelo processo de criação do Conselho Gestor apresenta o que é e para que serve um Conselho Gestor; 6) Explica que o Conselho de Refúgio é consultivo; 7) É questionada a presença do Lixão na UC e que o Conselho deveria se manifestar sobre o assunto; 8) Representante da sociedade civil questiona se haverá recursos para manter o Conselho; 9) É explicado que o Conselho é paritário; 10) Falam das oficinas para criação da UC, das entidades que participaram do processo; 11) Fala-se da importância do Plano de Manejo para a UC; 12) Esforço por compatibilizar interesses diversos; 13) Discute-se sobre zonas de amortecimento e seus efeitos; 14) Levanta-se a questão de ser uma UC de Proteção Integral, mas com pessoas morando; 15) Levanta-se como a REVITA obteve as licenças sendo que há a UC no lugar? 16) Necessidade dos conselheiros fazerem uma visita ao local; 17) Retomam o assunto do Plano de Manejo, zoneamento e correlatos; 18) Abre-se novo questionamento sobre os moradores, uma pessoa sugere a retirada das mesmas; 19) Representante da gestão fala que não é objetivo deles remover essas pessoas; 20) Falam de onde vem os recursos da UC e onde/como são gastos; 21) Retoma-se o assunto da REVITA, adicionando COHAB; 22) Falam do SICUC; 23) Retomado o assunto da REVITA; 24) Falam sobre questões minerais DNPM, curvões, TAC MP; 25) Questões de fiscalização ambiental com o BPA; 26) Falam sobre um novo encontro com capacitação.
10/12/2013 - SEMA			
14/04/2014 - SEMA	2ª Reunião Extraordinária do Conselho da UC Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia - REVIS	SEMA/PA; SEDUR; UFPA; EMATER; UCAMEPASIPA; MPEG; CEPLAC; AMCOB; SEMMA-Ananindeua-PA; Com. Vila Dique/Três Marcos; ONG Ananin Ambientalistas; GEINFRA (especialistas); Dir. Lic. Ambiental de Atividades Poluídas.	1) Pauta: Palestra sobre licenciamento da REVITA e regimento interno; 2) Representante da GEINFRA informa que foi convidada para participar de uma reunião e não explicar o licenciamento do REVITA, mas pode tentar esclarecer; 3) Inicia as explicações sobre o processo, diz que não é lixão e nem um simples aterro; 4) Diz foi licenciado uma Central de Tratamento de Resíduos Classe II; 4) Técnicos passam a explicar o funcionamento do Aterro; 5) Representante da sociedade civil questiona a validade da proposta e diz que nunca deu certo em lugar nenhum; 6) Representantes da sociedade civil questionam estudos técnicos feitos, que o aterro foi rejeitado em audiência pública - somente consultivas; 7) O mesmo representante questiona a área técnica se sabiam que o chorume seria tratado sobre o igarapé Uriboquinha, a servidora afirma que sim; 8) Conselheiro da sociedade civil propõe que o Conselho se posicione contrariamente ao aterro; 9) Outro conselheiro diz que há muitas tecnologias que deveriam ser buscadas; 10) Outro conselheiro da sociedade civil diz que o processo deveria ser de baixo para cima; 11) Representante técnica da SEMA afirma que todos nós somos responsáveis pelos resíduos; 12) Diz que o Aurá funciona sem licença, está com um TAC; 13) Representante da área técnica afirma que a aprovação do projeto é conceitual; 14) Fala ainda que não foi ela que aprovou o aterro, que isso veio de outra gestão, mas pressupõe compensação para a UC; 15) A representante técnica da SEMA questiona a criação da UC, quais foram os parâmetros técnicos, e passa a explanar sobre eles; 16) Afirma que se soubesse da UC antes, talvez não licenciariam o aterro; 17) Há discordância de documento jurídico

**Quadro síntese das principais atas de reunião do Conselho Gestor utilizadas**

<b>Data</b>	<b>Título Ata</b>	<b>Participantes</b>	<b>Assuntos</b>
			da licença em confronto com a existência da UC; 18) Conselheiro da sociedade civil diz que querem fazê-los algo que é inaceitável; 19) Há questionamentos sobre municípios incluídos no consórcio; 20) Conselheiro da sociedade civil pergunta se SNUC permite aterro no entorno de UC, gerente da UC diz que não proíbe; 21) O assunto do aterro segue até o final da reunião, sendo estabelecido a chamada de representantes do aterro.
02/02/2015 (ou 12/02/2015) – SEMA	7ª Reunião do Conselho; 1ª Reunião Extraordinária do Conselho do REVIS	SEMA/PA; UFPA; EMATER; CEPLAC; ECOTRÓPIC; SEMMA-Santa Isabel; Restaurante Terra do Meio; SEMMA- Ananindeua-PA; Inst. Pirelli Socioambiental (não há uma lista oficial, apenas os que se manifestaram constam em ata).	1) “Pauta: Solicitação da Empresa Guamá (REVITA), para expandir o tratamento de resíduos para industrial e hospitalar”; 2) Explicação da presidência do Conselho sobre recurso de compensação; 3) Diferentes questionamentos são levantados, inclusive a respeito da necessidade dos técnicos da empresa comparecerem nas reuniões; 4) Representante da sociedade civil se posicionam contra a deposição de lixo hospitalar; 5) Representantes de universidades afirmam ser necessário parecer externo; 6) Encaminhamento de chamar uma comissão e obter estudos técnicos complementares.
24/04/2015 – IDEFLOR-Bio	8ª Reunião do Conselho da UC de Proteção Integral Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia - REVIS	<b>Poder Público:</b> UFPA; ICMBio; EMATER/Marituba; SEMMA-Marituba; SEMA-PMA; CEPLAC-PA; Emater – Pará; BPA/PMPA); representando a <b>Sociedade Civil:</b> Ponta Negra; Conj. Beija – Flor; Inst. de Ecologia Tropical; Proprietários Terras Interior do Revis/Restaurante Terra do Meio e Sítio Tapera; Agrovila São Pedro; Com. Santo Amaro; UCAMEPASIPA.	1) Apresentação do novo gestor; 2) Mudança de competência do Órgão Gestor (antes SEMA, agora IDEFLOR-Bio) em gerenciar as UC, o órgão antigo fica mais focado em licenciamento e fiscalização; 3) Momento de apresentações de todos os participantes; 4) Representante da sociedade civil demonstra preocupação com mudanças nos órgãos; 5) Representante de comunidades do Refúgio questiona por quê as reuniões não acontecem na UC para facilitar para quem reside lá; 6) Gestor informa que a pauta é apresentar a equipe, composição da comissão para análise do licenciamento da REVITA, Estação Científica, Sist. de Monitoramento de UC e atividades planejadas para 2015; 7) Representante da sociedade civil afirma que em última reunião os conselheiros repudiaram o aterro; 8) Gestor afirma que precisam esperar o técnico chegar para essa discussão; 9) Passam a debater sobre uma provável estação científica e uma comissão para montá-la; 10) Debatem pouco o SMUC e passam a tratar das atividades de 2015; 11) Sinalização de trilhas e importância de cadeias produtivas (seringueiros); 12) Falam da necessidade de um Plano de Manejo; 13) Gestor pontua do o Refúgio é de proteção integral mas aceita moradia; 14) Representante da EMATER diz que não podem emitir DAP/DAF aos moradores enquanto não houver Plano de Manejo; 15) Gestor disse que o IDEFLOR pode um Termo de Uso com a população local; 16) Retomam o assunto da REVITA; 17) Um dos representantes diz para constar em ata que o Conselho sempre foi contrário ao aterro; 18) Representante do IDEFLOR afirma que não houve parecer oficial do Conselho sobre o aterro.
	9ª Reunião do Conselho da UC de Proteção	BPA; EMATER-PA; CEPLAC; SEMMA-Marituba; ICMBio; Com. de Vila do Dique e Vila três Marcos; Ass. dos Moradores e Produtores	1) Leitura da ata anterior; 2) Conselheiro afirma que as reuniões deveriam ser gravadas; 3) Falouse da formação das comissões “cadeias produtivas” e “estação científica”, mas ninguém participou; 4) Reclamações sobre não recebimento de comunicado das reuniões, necessidade de melhor comunicação; 5) Passam a tratar do licenciamento do aterro, afirmando que com a mudança nos



**Quadro síntese das principais atas de reunião do Conselho Gestor utilizadas**

<b>Data</b>	<b>Título Ata</b>	<b>Participantes</b>	<b>Assuntos</b>
26/06/2015 – IDEFLOR-Bio  26/06/2015 – IDEFLOR-Bio	Integral Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia – REVIS; 2ª Ordinária de 2015	Rurais Quilombolas de Abacatal/Aurá; UFPA; SEMMA-Marituba; SEMMA – STA. Izabel; ONG – Ananin Ambientalistas; IDEFLOR-Bio; UCAMEPASIPA.	órgãos, a SEMAS dependeria do IDEFLOR-Bio dar parecer favorável; 6) Gestor relembra que o Conselho é consultivo, mas pode se manifestar contrário ao aterro; 7) Representante de uma comunidade diz não serem contra o aterro, mas sim contra o local ao qual foi instalado; 8) Gestor afirma terem contido invasões no Refúgio com a ajuda do BPA; 9) Retomam o assunto do aterro, o gestor afirma que deve ter pareceres técnicos para emitir alguma consideração; 10) Foi apontado por representante da sociedade civil que o Refúgio tem que ter seus limites bem demarcados; 11) Tratam de questões sobre turismo histórico e investimentos; 12) Há reclamação de que os assuntos do Refúgio ficam apagados em meio às discussões sobre o aterro; 13) Falam novamente da visita técnica que não foi realizada; 14) Falam de um possível viveiro de ararajuba; 16) Representante da sociedade civil levanta o assunto de que haveria o planejamento de um distrito industrial no entorno do Refúgio; 16) Retomam a necessidade de elaborar um Plano de Manejo para a UC.
17/11/2015 – IDEFLOR-Bio	Relatório da Oficina de planejamento do ano de 2016; 10ª Reunião do Conselho Gestor; 3ª Reunião Ordinária de 2015.	BPA; EMATER-PA; CEPLAC; SEMMA-Marituba; ICMBio; ECOTROPIC; Com. de Vila do Dique e Vila três Marcos; Ass. dos Moradores e Produtores Rurais Quilombolas de Abacatal/Aurá; UFPA; SEMMA- Marituba; SEMMA – STA. Izabel; Restaurante Rural Terra do Meio; IDEFLOR-Bio; UCAMEPASIPA.	1) Apresentação atividades de 2015; 2) Leitura ata anterior; 3) Metodologia de planejamento para 2016 (ferramenta 5W2H); 4) Aprovação da ata da 9ª Reunião Ordinária do conselho Gestor do REVIS Metrópole da Amazônia na próxima reunião do conselho; 5) Encaminhar relatório da Oficina de Planejamento para os conselheiros da UC.
24/05/2016 - EMATER	11ª Reunião do Conselho Gestor; 1ª Reunião Ordinária de 2016.	IDEFLOR-Bio; SEMMA Marituba; SEMMA Santa Isabel; SETUR; UFPA; CEPLAC; AMCOB; Inst. Pirelli; Restaurante Terra do Meio; Ass. dos Quilombos do Abacatal; Com. Vila do Dique.	1) Pauta: processo de renovação do Conselho e ações planejadas para 2016; 2) Regimento interno; 3) Proposta de exclusão de instituições faltosas (SEMA-Benevides, MPEG, SETUR, Ong. Ananin, Seringueiros do Revis, Comunidade Ponta Negra, Agrovila São Pedro, AMORAG e Santa Clara); 4) Conselheiros se manifestam contrários à exclusões; 5) Representante da sociedade civil alega dificuldade para chegar aos locais de reuniões; 6) Outro representante diz que deveriam dar mais apoio à sociedade civil para participar; 7) Representante diz que devem ser formalmente avisadas; 8) Votação pela retirada 9 x 3 a favor de retirar, podem retornar na nova chamada; 9) Edital do Plano de Manejo aberto; 10) Agrovárzea como premissa de fortalecimento da agricultura familiar; 11) Potencial turístico da UC/Estação científica; 12) Representante da sociedade civil pede que se avalie os impactos do aterro, propõem constante fiscalização;
26/10/2016 – IDEFLOR-Bio	12ª Reunião do Conselho Gestor; 2ª Reunião	IDEFLOR-Bio; SEMMA Marituba; UFPA; Inst. Pirelli; Restaurante Terra do Meio; Ass. dos Quilombos do Abacatal; Inst. Ecologia Tropical	1) Apresentação da contratada para o Plano de Manejo; 2) Mapeamento instituições para Conselho; 3) Importância da participação do Conselho no processo; 4) Gestor afirma que a importância maior do processo está nas oficinas participativas para que o Plano não fique apenas no papel; 5) Conselheiro questiona custos e se haverá zona de amortecimento; 6)

**Quadro síntese das principais atas de reunião do Conselho Gestor utilizadas**

<b>Data</b>	<b>Título Ata</b>	<b>Participantes</b>	<b>Assuntos</b>
	Ordinária de 2016.	(ECOTROPIC); Inst. Avaliação; UCAMEPASIPA.	Representante da contratada apresenta a equipe que coordenará o Plano, bem como suas etapas; 7) Foi ressaltado desafio do Plano ser funcional, UC de Proteção Integral com uso; 8) Enviar convite às novas instituições; 9) Agendar oficinas participativas; 10) Capacitação em captação de recursos.
21/12/2016 – IDEFLOR-Bio 21/12/2016 – IDEFLOR-Bio	13ª Reunião do Conselho Gestor; 3ª Reunião Ordinária de 2016.	IDEFLOR-Bio; EMATER; MPEG; Inst. Ecologia Tropical (ECOTROPIC); Restaurante Terra do Meio; UFPA; UFRA; UCAMEPASIPA; ONG Ananin; Agrovila São Pedro; Empresa-Guamá de Tratamento de Resíduo.	1) Primeira renovação do Conselho desde sua criação em 2013; 2) Representantes que perderiam a vaga: Sema-Benevides, MPEG, Ong Anani, Ass. Agrovila São Pedro, Residencial Almir Gabriel, Ass. dos Seringueiros e Com. Ponta Negra; 3) Leitura da ata anterior; 4) Representante da sociedade civil quer que conste em ata que conselheiros foram contra lixo hospitalar no aterro, gestor afirma que não houve consenso; 5) Apresentação dos conselheiros, extensa apresentação da empresa Guamá; 6) Gestor afirma que na visita técnica ao aterro foram apenas 4 conselheiros; 7) Planejamento 2017, Plano de Manejo com foco nas oficinas participativas; 8) Necessidade de revisão do regimento do Conselho; 9) Distrito Industrial de Marituba, Rodovia Liberdade, Linhão de energia;
03/05/2017 – IDEFLOR-Bio	14ª Reunião do Conselho Gestor; 1ª Reunião Ordinária de 2017.	IDEFLOR-Bio; UFPA; Agrovila São Pedro; SEMMA-Ananindeua; BPA; Sec. de Turismo-SETUR; ICMbio; CEPLAC; Inst. Pirelli; Ass. dos Moradores do Conj. Beija Flor-AMCOB; Com. Vila do Dique; Ong Ambientalista Anani; Ass. dos Moradores e produtores quilombolas do Abacatal/Aura; Restaurante Terra do Meio; SEMMA-Santa Izabel; INCRA; Com. Piriquitaquara; Ass. dos Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu-AMEPI; Ass. dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Transporte Marítimo e Passageiros das Ilhas de Belém-ASTIB; PAE-Combu; Delegacia de Meio Ambiente-DEMA; FABER; SEBRAE; Inst. Avaliação.	1) Reunião conjunta com APA Combu: regimento interno de ambas; 2) Convite à instituições para a APA Metropolitana; 3) Ao avaliar o regimento o gestor questiona a paridade, segundo ele deixa-se de incorporar entidades para dar espaço à sociedade civil sendo que esta não comparece; 4) Mudança na paridade, na proporção de representação; na metodologia de substituição dos conselheiros; 5) Intervenção da comissão da Delegacia Ambiental sobre o aterro; 6) Muitas reclamações sobre o aterro; 7) Gestor afirma que o Conselho nunca emitiu nenhuma nota oficial contra o aterro; 8) Contratada para elaborar Plano de Manejo do Refúgio chama para participar das oficinas;
20/06/2017 – IDEFLOR-Bio	15ª Reunião do Conselho Gestor; 2ª Reunião Ordinária de 2017.	IDEFLOR-Bio; UFPA; BPA; Sec. de Turismo-SETUR; SEMMA-Marituba; Com. Vila do Dique; Inst. Pirelli; Ass. dos Moradores e produtores quilombolas do Abacatal/Aura; UNAMA; IMAZON; Ass. dos Moradores do Parque do Utinga-Águas Lindas; Centro Com. Passagem Unidos do Parque com o Pantanal-Curió-	1) Reunião conjunta com Conselho do PEUt, pauta conjunta: mapeamento de instituições para Conselho da APA Metropolitana de Belém usando Diagrama de Venn; 2) Conselheiro fala da importância de gestão conjunta e que as comunidades são o elo mais fraco; 3) Conselheiro reclama que pautas antigas não são atendidas pela gestão; 4) Conselheiro diz que fazem denúncias mas não há fiscalização da gestão; 5) Quem licencia deve fiscalizar empreendimentos; 6) Presidente fala de um “corredor de biodiversidade” e serviços ambientais, importante manancial; 7) Muitos conselheiros demonstram preocupação sobre o Distrito

**Quadro síntese das principais atas de reunião do Conselho Gestor utilizadas**

<b>Data</b>	<b>Título Ata</b>	<b>Participantes</b>	<b>Assuntos</b>
		Utinga; Ass. dos Eng. Sanitaristas do Pará; Ass. Com. Parque Cabanagem-Barrio Castanheira; SECTECT; Restaurante Terra do Meio; Igreja Evangélica Pentecostal Primitiva; ECOTROPIC; Inst. Avaliação.	Industrial de Marituba; 8) Conselheiro apresenta imagens de animais mortos por causa do chorume do aterro; 9) Presidente fala dos objetivos da APA; 10) Enviar convites para instituições mapeadas;
30/11/2017 – SEMAS	16ª Reunião do Conselho Gestor; 3ª Reunião Ordinária de 2017.	IDEFLOR-Bio; UFPA; SEMMA-Ananindeua; SEMMA-Santa Izabel; EMATER; UCAMEPASIPA; Guamá Resíduos Sólidos; Igreja Evangélica Pentecostal Primitiva; Ass. dos Moradores e produtores quilombolas do Abacatal/Aura; ASFLORA; Inst. Avaliação.	1) Apresentação do Plano de Gestão da UC; 2) Presidente fala do caráter social inovador, garantia aos moradores tradicionais; 3) Representante da contratada apresenta o percurso de elaboração do Plano de Gestão, mostrando os principais dados dos diagnósticos e análise integrada; 4) Outro representante da contratada apresenta o resultado do zoneamento, ressaltando as zonas dedicadas às moradias e uso tradicional; 5) Representante do aterro se mostra preocupado com as restrições impostas pela UC.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

Figura 15: : Importância da região do Caraparú (fronteira dos atuais municípios Benevides e Santa Isabel do Pará).

## Aberta A Estrada De Rodagem Caraparú-João Coelho

Constitue acontecimento de grande importancia, na vida deste Municipio, a recente abertura da estrada que liga João Coelho ao distrito de Caraparú.

Velha aspiração dos habitantes daquela localidade vem de ser concretizada essa notável obra, graças aos esforços do sr. Antônio Pinheiro dos Santos, digno prefeito deste municipio, e exmo. sr. dr. Otávio Meira, ex-Interventor Federal do Estado, que soube compreender a necessidade de satisfazer aquela pretensão e que encontrou completo apoio e prestigio por parte do exmo. sr. Senador, Coronel Magalhães Barata, que muito se interessou para o atendimento da mesma.

Enormes são as vantagens trazidas por essa realização, principalmente no campo econômico, pois, dessa maneira, a população de Caraparú, constituída na sua quase totalidade de agricultores, poderá levar suas mercadorias á feira livre na sede do municipio.

Como um dos primeiros sintomas do progresso que chega a Caraparú, salienta-se o fato de ter sido concorridissimo o Cirio de N. S. da Conceição, a 8 deste mês, no qual tomaram parte

cerca de 3.000 romeiros, á frente dos quais se notava a figura amigã do prefeito Antônio Pinheiro dos Santos, acompanhado de sua familia, dr. Pedro Mélo, esforçado Diretor do Serviço Estadual de Estradas de Rodagem, bem assim do Capitão Ferreira de Sousa, elementos de destaque da sociedade local.

Bem significativo foi o encontro dos trabalhadores da referida estrada com os moradores de Caraparú que justamente cheios de alegria e indescritivel jubilo, confraternizaram com aqueles, aclamando-os e comemorando festivamente esse feliz acontecimento.

Na verdade, os aplausos dirigidos aos trabalhadores representantes naquele momento da norma de ação do governo Otávio Meira, constituem uma verdadeira apoteose ao inspirador dessa norma de ação — Coronel Magalhães Barata.

Verificada a necessidade da existência de um posto sanitário na Vila de Caraparú, tendo em vista o grande numero de habitantes, é pensamento do sr. Antônio Pinheiro dos Santos, prefeito municipal, pleitear junto aos poderes competentes a criação de um órgão de assistência social.

Fonte: O Liberal, 14 de dezembro de 1946.

## ANEXO II

Figura 16: Fragmento de jornal, editado em italiano, tratando de assuntos locais de interesse comercial na Itália.

**L' ECO DEL PARÀ**  
Organo settimanale degl' interessi del Parà in Italia e di quelli italiani nel Parà

<p>ABBONAMENTI</p> <p>Stato del Parà (per un anno) ... R. 120000 Italia (per un anno) ..... &amp; 10 00 Insartiani; -- rivolgersi all'amministrazione</p>	<p>ANNO I--Belem-Parà 29 Maggio 1898--N.° 1</p> <p>(Un esemplare 220 reis) (Arretrato 900 reis)</p> <p>CAIXA NO CORREIO--498 LARGO SANTO ANTONIO--N.° 3</p>	<p>AGENZIA E RAPPRESENTANZA</p> <p>PER L' ITALIA</p> <p>PABRO IL RIO DOMITIO CASTELLI</p> <p>Corso Vittorio Emanuele, 28--Milano</p>
---	---	--

**L' Eco del Parà**

Il Parà?!!!  
E ci par d'odire le esclamazioni di molti di coloro che, in Italia, riceveranno questo giornale.  
Il Parà?!!!  
Ci è accaduto di sentir parlare, frequentemente, a Milano, per esempio, della *Para* come del migliore e preferito tipo di CAUTUCHE (gomma elastica) e nessuno, neppur gli

Stati che compongono la regione amazzonica--equatoriale del Brasile appariscono al più unicamente, come una meravigliosa leggenda appresa nelle vaghe lettere degli Humboldt e degli Agassiz.  
Ancora oggi, in pieno 1898, dopo un anno dall' apertura di una nuova linea di navigazione italiana fra il Mediterraneo e l' Amazzonia, dovuta all' audace iniziativa della *Liguria Brasiliana* e del suo presidente, l' onor. Gavotti, quanti non sono nella stampa, nel Parlamento e

Ci muove un alto senso di affetto pel paese onde nascemmo; ci muove l' orgogliosa speranza di contribuire ne' limiti modesti della nostra capacità ad una nuova intrapresa, degna delle gloriose tradizioni delle nostre repubbliche di Venezia, di Genova, di Pisa e d' Amalfi.  
A questo intento qui stiamo un'altra volta sulla breccia e qui attendiamo, fidenti e sicuri.

MARIO CATTARUZZA.

perfettamente sciolta la riproduzione in prima prova degli stessi motivi di cronaca di bordo, costati in tutta la lingua dei migliori scultori.  
Dal mio giornale di bordo stacco le seguenti note:  
L' *Antonia Oyeda* uscì dal porto di Belem alle 11 di notte del 23. La mattina dopo alle 9 passammo davanti alle Isole del Guianà, alle 10 a quelle del Tocantins e a mezzogiorno a quelle del Maranhão. Alle 4 di sera tra una scuola di verde e di sole appariva ai nostri occhi la graziosa cittadina di Caravello.  
Il giorno 25 ci apporve Garopó a mezzo giorno e entrammo nel' ora dopo in un braccio del Xizé.

*Handwritten note on the right:*  
Indirizzo: "Cassa" Paulistana

Fonte: Biblioteca Nacional (2017).